

RESOLUÇÃO Nº 14/REIT - CEPEX/IFRO, DE 02 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Jaru.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.011657/2017-00, considerando a Resolução nº 20/CONSUP/IFRO/2018, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex na 11ª Reunião Ordinária, em 01/03/2018;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Jaru, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Presidente do Conselho**, em 04/05/2018, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0231812** e o código CRC **55773970**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 13, DE 27 DE MARÇO DE 2018

PPC TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO INTEGRADO - CAMPUS JARU - [LINK - 0231810](#)



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO
TRABALHO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO
CAMPUS JARU**

Jaru/RO - 2018.

IFRO-*Campus* Jaru

Av. Vereador Otaviano Pereira Neto, nº 874 - Setor 02 - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO

E-mail: campusjaru@ifro.edu.br / Site: www.ifro.edu.br / Telefone: (69) 9 9918-2512



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO
CAMPUS JARU**

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC:

Portaria Nº 60/Jaru - CGAB/IFRO, de 16 de agosto de 2017

Faelen Taís Kolln

Alana Mara Kolln

Enilda Da Silva Aliares

Ana Paula Alves Gonçalves

Márcia Cristina Florêncio Fernandes Moret

Gracilene Nunes da Silva

Mateus Gomes dos Santos

Jaru/RO - 2018

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE IMAGENS	9
APRESENTAÇÃO	10
I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES.....	11
1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria).....	11
2. Dirigentes ligados a Reitoria.....	11
3. Dados da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	12
4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	12
5. Dados Gerais do Curso a ser implantado.....	12
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO	13
1. Dados Institucionais	13
1.1. Breve Histórico do IFRO	13
1.2. Missão, Visão e Valores do IFRO	15
1.2.1. Missão	15
1.2.2. Visão.....	15
1.2.3. Valores.....	15
1.3. Breve Histórico do <i>Campus</i>	15
1.4. Dados Socioeconômicos da Região.....	18
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	23
1.1. Do Contexto Educacional.....	23
1.1.1. Dados populacionais da região e pirâmide populacional	23
1.1.2. População do Ensino Fundamental Regional	24
1.1.3 Demanda pelo Curso	27
1.1.4. Da Justificativa do Curso	29
1.1.5. Formas de Acesso ao Curso.....	31
1.2 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso	32
1.2.1. Políticas de Acesso e Permanência e Êxito do IFRO	32
1.2.2. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão	34
1.2.3. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados.....	34
1.2.4. Políticas de Ensino	36



1.2.5. Políticas de Pesquisa.....	37
1.2.6. Políticas de Extensão	39
1.2.7. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	40
1.3. Objetivos do Curso.....	42
1.3.1. Objetivo Geral do Curso	42
1.3.2. Objetivos Específicos do Curso	42
1.4. Perfil Profissional do Egresso: Competências e Habilidades	43
1.5. Estrutura Curricular	48
1.6. Conteúdos Curriculares do Curso	50
1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares.....	50
1.6.2 Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso	51
1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares face às Diretrizes Curriculares Nacionais	52
1.6.4 Matriz Curricular do Curso	53
1.6.5. Ementário.....	54
1.7. Metodologia.....	99
1.7.1. Tecnologias Assistivas.....	101
1.7.2. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas	102
1.7.3 Transversalidade do Currículo	104
1.7.4 Prática como Componente Curricular	106
1.7.4.1 Projeto Integrador	107
1.7.5 Estratégias de Acompanhamento Pedagógico	108
1.7.6 Flexibilização Curricular	108
1.7.7 Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais.....	109
1.7.8 Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos	111
1.7.9. Estratégias de Interdisciplinaridade	112
1.8. Prática Profissional Supervisionada	113
1.8.1. Estágio Curricular Supervisionado.....	113
1.8.2. Trabalho de Conclusão de Curso	114
1.9. Atividades Complementares	115



1.10. Apoio ao Discente	116
1.11. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso	117
1.11.1. Atendimento Extraclasse	119
1.11.2. Atendimento Psicopedagógico.....	120
1.11.3. Estratégias de Nivelamento	120
1.11.4. Estímulos às Atividades Acadêmicas	121
1.12. Atividades de Tutoria.....	121
1.13. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino- aprendizagem	122
1.14. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem	124
1.15 Número de Vagas	125
1.16 Participação obrigatória dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC.....	126
DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE.....	126
2.1. Composição e funcionamento do Conselho de Classe	126
2.2. Atuação do Coordenador do Curso.....	127
2.2.1. Identificação do coordenador do curso	127
2.2.2. Titulação e formação do coordenador do curso.....	127
2.3. Experiência profissional de magistério superior e de gestão do coordenador do curso	128
2.4. Regime de trabalho do coordenador do curso	128
2.5. Titulação do corpo docente	128
2.5.1. Políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente	129
2.6. Titulação do corpo docente – percentual de doutores.....	130
2.7. Regime de trabalho do corpo docente	130
2.8. Experiência profissional do corpo docente.....	130
2.9. Funcionamento do Colegiado ou equivalente	131
2.10. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica do corpo docente	131
2.11. Titulação e formação do corpo de tutores de curso	132
2.12. Experiência do corpo de tutores em Educação a Distância	132
2.13 Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante.....	133
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA.....	133



3.1. Gabinetes de trabalho para professores em tempo integral.....	133
3.2. Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos.....	134
3.3. Sala de Professores.....	134
3.4 Salas de aula	135
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática	135
3.5.1 Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos.....	136
3.6. Bibliografia básica	136
3.7. Bibliografia complementar.....	136
3.8. Periódicos especializados	137
3.9. Laboratórios didáticos e especializados.....	137
3.9.1. Plano de atualização tecnológica, serviços e manutenção dos equipamentos	137
3.9.2. Infraestrutura de laboratórios específicos da área de formação	138
DIMENSÃO 4 – REQUISITOS LEGAIS	139
4.1. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica.....	139
4.1.1. Normativas Internas.....	141
4.1.2. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étno- raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira, africana e indígena ..	142
4.2. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	142
4.3. Tempo de Integralização	143
4.4. Acessibilidade para pessoas com deficiência física	144
4.5. Acessibilidade para alunos com deficiência visual	145
4.6. Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.....	146
4.7. Informações Acadêmicas	147
DIMENSÃO 5 - DOS TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	149
5.1 Infraestrutura do <i>Campus</i>	149
5.1.1 Infraestrutura de segurança	149
5.1.2. Área de Convivência.....	150
5.1.3 Biblioteca	150
5.1.4. Espaços para eventos	151
5.1.5. Instalações sanitárias	151
5.1.6. Acessibilidade Arquitetônica	151



5.2. Organização do controle acadêmico	152
5.3 Setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo	153
5.3.1 Diretoria de Ensino	154
5.4. Departamento de Extensão.....	156
5.5. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	156
5.6. Coordenação de Tecnologia da Informação	157
5.7. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.....	157
5.8. Políticas especiais do IFRO	159
5.8.1 Políticas de educação inclusiva	159
5.9. Certificação de Conclusão de Curso	161
5.10. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes.....	161
5.11. Recursos audiovisuais disponíveis para o exercício da docência.....	161
REFERÊNCIAS	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO (Reitoria)	11
Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO	11
Quadro 3: Dados Gerais do <i>Campus</i>	12
Quadro 4: Diretor Geral e Diretor de Ensino	12
Quadro 5: Dados Gerais do Curso	12
Quadro 6: Número de alunos matriculados em nível de Ensino Fundamental em Jarú	25
Quadro 7: Escolas que oferecem o Ensino Fundamental em Jarú.....	26
Quadro 8: Matrículas por nível em Jarú comparando com o Estado de Rondônia e o Brasil	26
Quadro 9: Matrículas no Ensino Fundamental na Microrregião de Jarú.....	26
Quadro 10: Plano de atividades EAD	111
Quadro 11: Titulação da coordenadora do curso	127
Quadro 12: Titulação do corpo docente	128
Quadro 13: Regime de trabalho do corpo docente.....	130
Quadro 14: Experiência profissional fora da docência.	130
Quadro 15: <i>Curriculum Lattes</i> do Corpo Docente	132
Quadro 16: Experiência do corpo de tutores em educação a distância.....	132
Quadro 17: Recursos audiovisuais.....	161

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Despesas e receitas orçamentárias	20
Figura 2: Produto Interno Bruto	20
Figura 3: PIB (valor adicionado)	21
Figura 4: PIB per capita.....	21
Figura 5: Evolução populacional de Jaru, de Rondônia e do Brasil.....	23
Figura 6: Pirâmide etária de Jaru, de Rondônia e do Brasil	24
Figura 7: Matrículas efetivadas no Ensino Fundamental no ano de 2015 em algumas cidades de Rondônia.....	25
Figura 8: Localidades de participação da pesquisa para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso em Segurança do Trabalho.....	28
Figura 9: Interesse no curso Técnico em Segurança do Trabalho	28

APRESENTAÇÃO

O presente documento se constitui do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio, referente ao eixo tecnológico Segurança do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este projeto tem como objetivo contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para o respectivo curso, organizado na perspectiva de uma gestão estratégica e participativa, levando em consideração os desafios da educação técnica diante das transformações significativas e rápidas que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Jarú*, passa a ofertar, a partir do primeiro semestre de 2018 o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino, destinado a discentes que concluíram o 9º ano do Ensino Fundamental e que pleiteiam uma formação técnica, estudarão o Ensino Médio juntamente com a área técnica em Segurança do Trabalho no IFRO – *Campus Jarú*.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho formará um profissional capacitado e habilitado para atuar em órgão público da administração direta ou indireta, órgão dos poderes legislativo e judiciário, assim como empresa pública ou privada, como indústrias, hospitais, comércios, construção civil, portos e aeroportos, instituições de ensino, fabricação e representação de equipamentos, empresas de consultorias, além de outros setores. Este profissional tem como responsabilidade o planejamento, implementação e controle de medidas individuais e coletivas do ambiente do trabalho, bem como a integração e a articulação com os demais setores da empresa e/ou órgãos públicos e seus objetivos, visando estabelecer cultura de segurança no ambiente do trabalho.

Estão presentes como marco orientador desta proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Pedagógico, traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFRO que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação

do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente e eticamente comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

Assim, apresentamos a estrutura que orientará a prática pedagógica do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio do IFRO - *Campus Jaru*, entendendo que este documento está passível de aprimoramentos sempre que se fizer necessário.

I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES

1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO (Reitoria)

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		Sigla	IFRO
Cnpj	10.817.343/0001-05			
Lei	Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008			
Logradouro	Avenida Sete de Setembro	Nº	2090	
Bairro	Nossa Senhora das Graças	Cidade	Porto Velho	
Estado	Rondônia	Cep	76.804-124	
E-Mail	reitoria@ifro.edu.br	Fone	(69) 2182 - 9601	

2. Dirigentes ligados a Reitoria

Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO

Reitor	Uberlando Tiburtino Leite
Pró-reitor de Ensino	Moisés José Rosa Souza
Pró-reitor de Pesq. e Inov. e Pós-Graduação	Gilmar Alves Lima Júnior
Pró-reitor de Extensão	Maria Goreth Araújo Reis
Pró-reitora de Administração e Planejamento Substituta.	Jéssica Cristina Pereira Santos
Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional	Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

3. Dados da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 3: Dados Gerais do *Campus*

Campus	Campus Jaru		
Logradouro	Av. Ver. Otaviano Pereira Neto	Nº	874
Bairro	Zona Urbana	Cidade	Jaru
Estado	Rondônia	Cep	76.890-000
E-mail	campusjaru@ifro.edu.br	Fone	-
C. Postal	-0-	Celular	(069) 9 9918-2512

4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 4: Diretor Geral e Diretor de Ensino

Diretor Geral	Renato Delmonico
Diretora de Ensino	Gracilene Nunes da Silva

5. Dados Gerais do Curso a ser implantado

Quadro 5: Dados Gerais do Curso

Nome do Curso	Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio
Modalidade	Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio
Endereço de Funcionamento do Curso	Av. Ver. Otaviano Pereira Neto, 874 - Jaru, Rondônia, CEP: 76.890-000
Número de Vagas Pretendidas	40 vagas com uma entrada anual
Turno de Funcionamento do Curso	Diurno
Carga Horária Total do Curso	3.373 horas relógio
Tempo Mínimo de Integralização	3 anos
Tempo Máximo de Integralização	6 anos
Regime de Matrícula	Anual

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO

1. Dados Institucionais

1.1. Breve Histórico do IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica Federal de Colorado foi implantada.
- 2007: Criação da Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;

- 2008: Autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria 707, de 9/6/2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: Início das aulas e dos processos de expansão do IFRO;
- 2010: Implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades. O *campus* passou a denominar-se Porto Velho Calama em 2011.
- 2011: Implantação de Polos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: Implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: Início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;
- 2013: Instalação de 12 polos EaD;
- 2014: Expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades.
- 2015: Foi implantado o *Campus* Binacional de Guajará-Mirim, na cidade de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia;
- 2016: Implantação do *Campus* Avançado Jaru. A autorização de funcionamento da unidade foi efetuada pela Portaria MEC nº 378, de 9 de maio de 2016.
- 2017: Alteração de tipologia para *Campus* Jaru definida através Portaria nº. 1.053, de 5 de setembro de 2017.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus campi e de sua rede. Para o ano de 2018 a configuração é esta: uma Reitoria; nove *campi* implantados: Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim e o *Campus* Jaru.

1.2. Missão, Visão e Valores do IFRO

1.2.1. Missão

Promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável.

1.2.2. Visão

Consolidar a atuação institucional, sendo reconhecido pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência.

1.2.3. Valores

Ética, transparência, comprometimento, equidade, democracia, respeito, e efetividade.

1.3. Breve Histórico do *Campus*

O município de Jaru fica localizado no Estado de Rondônia, a 290 km da capital Porto Velho. Situa-se na BR 364, fazendo divisões limítrofes com os seguintes municípios: ao Norte, com Theobroma; ao Sul, com Mirante da Serra e Nova União; a Oeste, com Cacaulândia e Governador Jorge Teixeira; a Leste, com Vale do Paraíso e Ouro Preto do Oeste.

O município é considerado extremamente importante para o desenvolvimento econômico do estado por diversas razões, dentre as quais podemos citar: forte produção na agroindústria; apresenta um número populacional superior a cinquenta mil habitantes, possui vários municípios menores em seu entorno e há inúmeras empresas fortes nas diversas áreas do comércio.

No entanto, o município é carente de instituição de ensino que ofereça educação profissional e tecnológica para atender as demandas local e regional.

Nesse contexto, em 2012, em atendimento aos pedidos por parte de autoridades da educação do município de Jaru no sentido de ofertar cursos profissionalizantes aos cidadãos da região, o IFRO implantou um Polo de Educação

a Distância, dando, portanto, início às atividades de ensino com a oferta de quatro cursos do Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), com abertura de 200 vagas para atendimento aos servidores públicos do município e região, com o seguintes cursos: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar.

Os cursos foram ofertados via EaD, através de uma parceria com o IFPR – Instituto Federal do Paraná, cujo objetivo foi proporcionar qualificação profissional aos servidores públicos que atuavam na área de apoio técnico (merendeiras, zeladoras e agentes administrativos) da educação estadual e municipal de Jaru.

Os cursos foram de suma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores com grande percentual de aproveitamento acadêmico e baixa evasão. É importante dizer que, de acordo com o trabalho de acompanhamento dos egressos, muitos alunos tiveram suas vidas alteradas para melhor após concluírem os cursos ofertados pelo IFRO, por exemplo, mudando de função dentro da instituição onde eram lotados. Esses alunos eram matriculados no *Campus Ariquemes*, porém atendidos em Jaru, com um encontro presencial uma vez por semana.

Em 2013, com a finalidade de se expandir as atividades do IFRO no Estado e atender um maior número de pessoas, deu-se início ao processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru – UEP Jaru, vinculada ao *Campus Ji-Paraná*, cujo objetivo foi atender às necessidades de oferta de educação profissional gratuita à comunidade do município e adjacências pelo PRONATEC. No entanto, tal demanda não foi atendida.

Ainda em 2013, o *Campus Zona Norte* ofertou os cursos Técnico em Informática e Técnico em Finanças. E em parceria com o IFPR – Instituto Federal do Paraná, ofertou também o Curso Comunitário de Saúde. Entretanto, não houve continuidade, pois o IFPR cancelou o referido curso por motivos adversos. Então, para que os alunos não ficassem prejudicados, o *Campus Zona Norte* proporcionou a esses alunos o curso de Cuidador de Idoso.

A partir de então, intensificou-se a manifestação de interesse por parte de autoridades locais para implantação de uma unidade de ensino definitiva do IFRO em Jaru. Por meio do ofício 138, de 21 de fevereiro de 2013, o Executivo Municipal

de Jarú considera a atuação do Instituto como destaque na formação de pessoal e oficializa a intenção da Prefeitura em receber um *Campus*, com os seguintes argumentos:

- a) O Município possui economia expressiva, sendo a 2ª maior bacia leiteira per capita do país e a maior da Região Norte.
- b) Há 52.005 habitantes no Município, dentre os quais 15.210 são jovens e adultos entre 15 e 29 anos de idade.
- c) O PIB per capita é de R\$ 15.266,27, contra R\$ 12.449,57 da cidade de Ouro Preto do Oeste, que tem o número de habitantes que mais se aproxima de Jarú, considera-se ainda que o PIB per capita é maior que o de Cacoal, Colorado e Ariquemes, onde já existem *Campus* do IFRO instalados.
- d) Jarú possui o maior frigorífico do Estado, três laticínios, expressiva produção de peixe e comércio significativo.
- e) O Município atende administrativamente as áreas de Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Anari, envolvendo uma população de aproximadamente 100.000 pessoas; além disso, aproxima-se dos Municípios de Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra e Vale do Paraíso, num total que atinge quase 20.000 km².
- f) A Prefeitura se comprometeu na ocasião em doar um terreno para a construção do *Campus* e em dispor uma escola com infraestrutura necessária para a instalação inicial da Unidade.

Dessa forma, representantes do IFRO e gestores da prefeitura realizaram várias reuniões, audiências públicas e ações para firmarem parcerias. Culminou que, com a participação da comunidade, de membros do Ministério Público e outras autoridades locais, decidiu-se pela doação de um terreno ao IFRO. Somente após a aprovação da cessão do terreno pela comunidade, através de audiência pública, passou-se a proposta de doação do terreno para a deliberação final dos senhores vereadores. Por fim, a Câmara Municipal de Jarú através da Lei Municipal nº 1974/2014, autorizou o executivo municipal a doar o imóvel onde antes funcionava a EXPOAJA – Exposição Agropecuária de Jarú.

Assim, no dia 22 de dezembro de 2014 foi realizada uma solenidade para oficializar a entrega do imóvel ao IFRO para a construção de mais uma unidade de

ensino – o *Campus* Avançado Jaru. O imóvel fica situado na Av. Otaviano Pereira Neto, 874 – setor 2; o terreno é plano, todo cercado, com muro frontal em toda a sua dimensão e algumas construções já feitas, envolvendo barracões, boxes e outras pequenas estruturas. A área é de aproximadamente 50.000 metros quadrados, o qual já está escriturado em nome do IFRO e pertence à área urbana do município.

No decorrer de todo esse processo de doação do lote de terra, o IFRO continuou desenvolvendo suas atividades de ensino através do *Campus* Zona Norte devido à grande procura por cursos técnicos e tecnológicos profissionalizantes. Assim, em outubro de 2014, iniciou-se uma turma de Informática e em novembro de 2015 começou a turma de Finanças Subsequente. As aulas eram realizadas em salas de aulas de escola municipal, cedidas pela prefeitura.

Por fim, em 2016, foi autorizada pela Portaria Nº. 378 de 09 de maio de 2016 a criação de mais uma unidade do IFRO – o *Campus* Avançado Jaru. Neste mesmo ano, foi dado início à construção da sede do *Campus*, sendo, inicialmente, um bloco com 3 salas de aula e 2 banheiros. Assim, o Polo de Educação a Distância (com os cursos: Técnico em Finanças Subsequente/2015/2 e Técnico em Cooperativismo Concomitante/2016/2) dá lugar para o *Campus* Avançado Jaru e os cursos citados foram deslocados para as instalações da sede do *Campus*.

Logo após a implantação da unidade, a equipe de gestores do *Campus* deu início a uma série de reuniões com setores acadêmicos, políticos e educacionais do município, com o objetivo de apresentar a rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto Federal de Rondônia, a sua expansão em todo o Estado e como o *Campus* Jaru desempenha um papel significativo na transformação social do município de Jaru e demais municípios circunvizinhos, através do seu importante papel no processo de articulação de agentes públicos e privados da região, no sentido de buscar o desenvolvimento socioeconômico regional de forma cooperativa e sustentável.

1.4. Dados Socioeconômicos da Região

A cidade de Jaru, situada no vale do rio Jaru, surgiu em torno de um posto telegráfico instalado em 1912 pela Comissão da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso/Amazonas e chefiada pelo então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. No entanto, o vale do Rio Jaru já era ocupado pelos seringais e seringueiros desde o

século XIX, apesar da resistência imposta pelos índios Jarú, que tinham essa região sob seu domínio. Ocupavam, então, uma extensa área que se estendia desde o rio Jarú, afluente da margem esquerda do Rio Ji-Paraná, até as margens do alto curso do Rio Madeira. Em 1915, a Comissão Rondon procedeu à exploração de estudos do Rio Jarú, inclusive, conservaram este nome em homenagem aos habitantes da época: os Jarú.

A História da criação do município de Jarú começa no dia 11 de outubro de 1977, quando foi criado o Distrito de Jarú pela Lei Federal nº 6.448, subordinado ao município de Ariquemes. Elevado à categoria de município com a denominação de Jarú, pela Lei 6.921, de 16-06-1981 e desmembrado do município de Ariquemes, mas a instalação só foi concretizada em 7 de novembro de 1981, quando Sandoval de Araújo Dantas foi nomeado o primeiro administrador do Distrito. Sua administração durou até maio de 1979, quando foi substituído por Sebastião Ferreira Mesquita. Em seguida, a cidade foi administrada por Raimundo Nonato da Silva, último administrador e primeiro prefeito de Jarú de 1980 a 1983, quando tomou posse o primeiro prefeito eleito, o senhor Leomar José Baratela.

O Município de Jarú possui uma área de 2.944,128 km², representando 1,2392% da área do Estado e 0,0347% do Brasil. A cidade é distante da Capital do Estado cerca de 290 km e está dividida em três subdistritos: Santa Cruz da Serra, Jarú Uaru e Bom Jesus, além do Distrito de Tarilândia, com mais de dez mil habitantes.

A economia do município de Jarú iniciou com comércio do látex da borracha e da madeira oriundos do desmatamento das terras ocupadas pelos migrantes e incentivados pelo governo federal. Com isso, ao longo da BR 364 em construção para integrar a região norte ao centro-sul do país foram criados diversos núcleos de apoio rurais (NUARES) que concentrava um aglomerado populacional e movimentavam a economia local.

Os migrantes oriundos das diversas regiões do país vinham com a esperança de conquistar uma terra para trabalhar com a agricultura. Devido ao incentivo do governo em povoar a região e incentivo ao desmatamento, houve o estabelecimento de indústrias madeireiras que movimentavam fortemente a economia local com muita produção de postos de trabalho aos moradores de Jarú até meados dos anos 90, quando iniciaram as fiscalizações dos órgãos ambientais sobre as madeireiras, reduzindo, assim, suas atividades. Houve um crescimento também da produção agrícola e pecuária da região e, para atender essa parcela do

mercado, se estabeleceram em Jaru diversos empreendimentos comerciais de gêneros alimentícios, como cerealistas, laticínios e mercados.

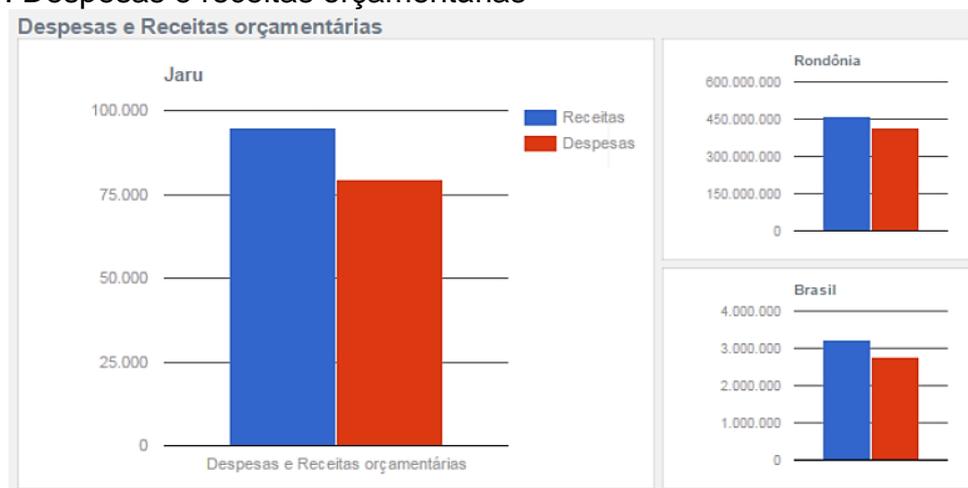
Atualmente, a Associação Comercial e Industrial de Jaru conta com 277 empresas associadas, as quais contribuem nas diversas áreas da economia, sendo empresas ligadas ao comércio, prestação de serviços, indústrias, supermercados, laticínios, cerealistas, hotelaria etc.

Na pecuária, o IBGE apresenta alguns dados de 2015 que merecem atenção, pois o município de Jaru figura em 2º lugar na produção em litro de leite, 1º colocado em quantidade de vacas ordenhadas e 3º colocado em relação ao efetivo do rebanho no comparativo entre os municípios do Estado de Rondônia.

Além dos destaques na área comercial e serviços, as contribuições da área agrícola para a economia de Jaru estão representadas nas informações organizadas através das pesquisas realizadas pelo IBGE.

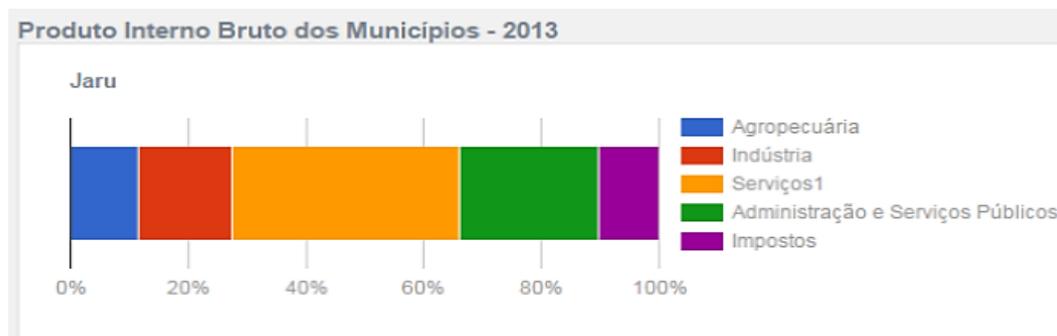
O IBGE apresenta alguns infográficos referentes ao município de Jaru.

Figura 1: Despesas e receitas orçamentárias



IBGE: Atualizado em 28/08/2015.

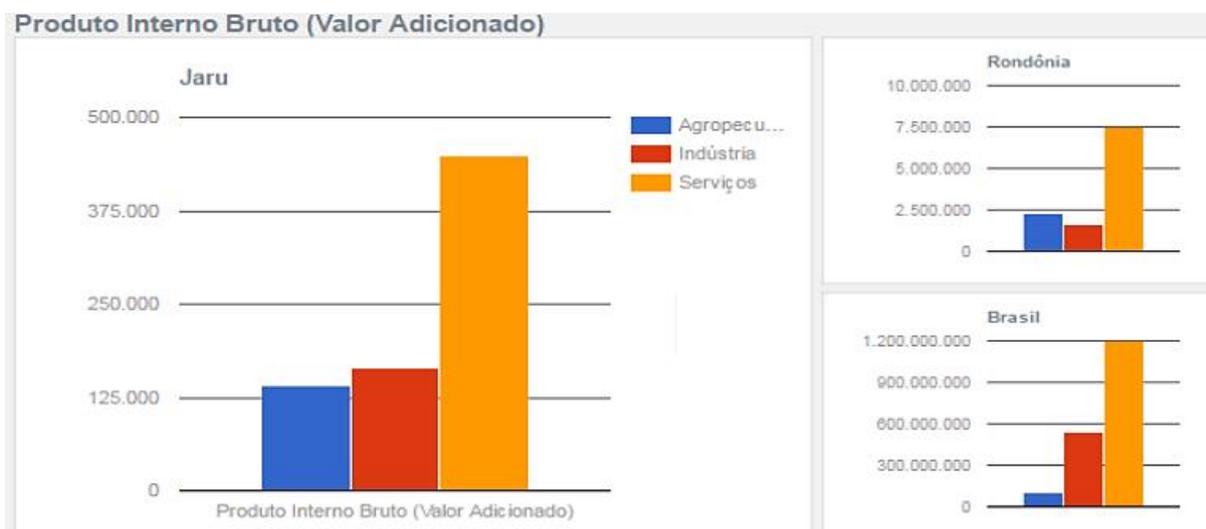
Figura 2: Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2013.

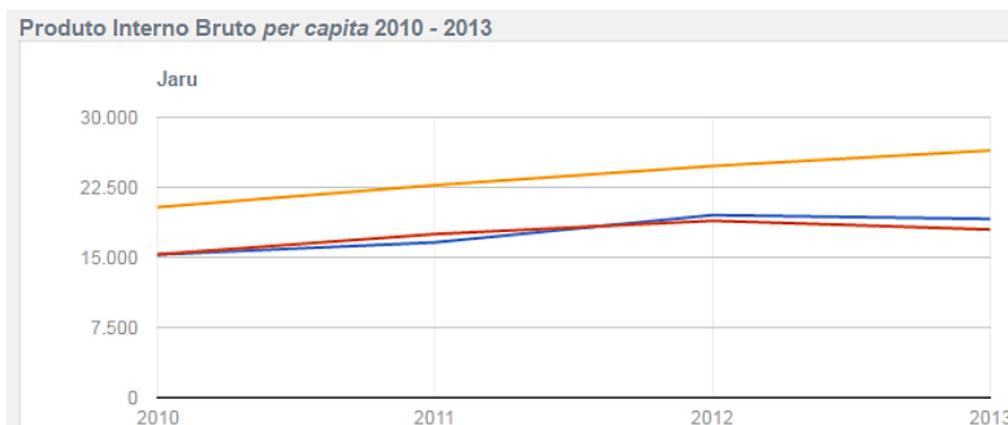
(1) Exclusive Administração e Serviços Públicos.

Figura 3: PIB (valor adicionado)



Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. NOTA: Os dados da série revisada (2010 a 2014) têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Figura 4: PIB per capita



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014.

Observa-se nos quadros acima o potencial de Jarú para o desenvolvimento econômico de Rondônia. Segundo dados da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON, 2016), o município está classificado em 2º lugar no ranking de bovinocultura leiteira do Estado de Rondônia com uma produção de 96.776 (noventa e seis mil e setecentos e setenta e seis) mil litros de leite diariamente.



Com o crescimento dos negócios em todas as áreas, a região requer e anseia por profissionais que sejam capazes de modernizar, gerir e controlar os sistemas produtivos nas indústrias, no comércio, na cidade, no campo e em todos os setores envolvidos direta e indiretamente com o desenvolvimento do Estado e do Município, quer sejam públicos ou privados.

Devido sua vocação para agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviço, o município de Jaru tem necessidade de formar pessoas capazes de gerir esses sistemas produtivos. É nesse sentido que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Jaru, que possui limite de atuação circunscrito ao Município de Jaru, atuará ofertando Educação Profissional e Tecnológica para a formação técnica cidadã da população do município e região.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1. Do Contexto Educacional

1.1.1. Dados populacionais da região e pirâmide populacional

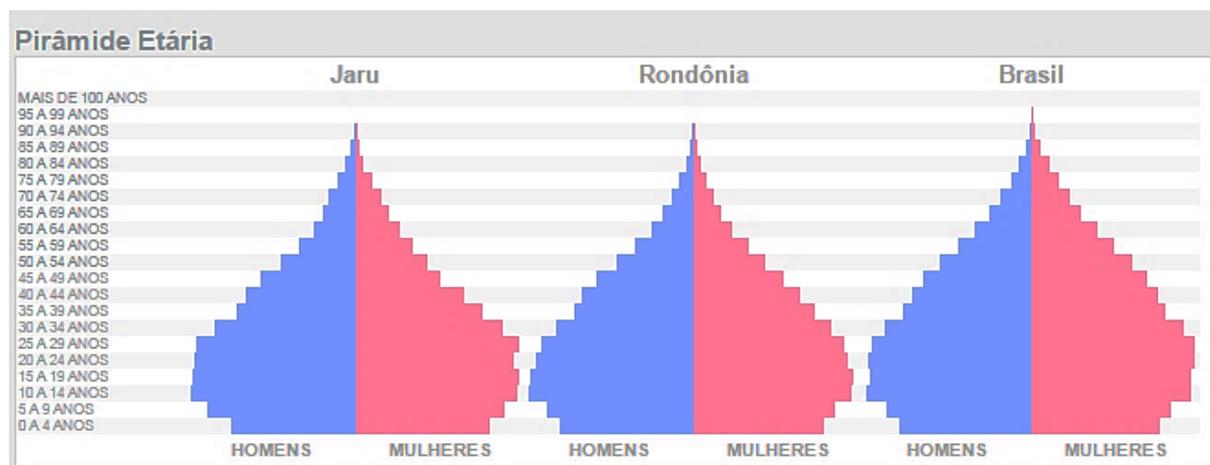
O Estado de Rondônia conta com uma população de 1.562.409, segundo o censo demográfico 2010 realizado pelo IBGE, com estimativa populacional em 2017 de 1.805.788 habitantes. O município de Jaru possui uma população de 52.005 habitantes (censo 2010) e uma população estimada em 2017 de 55.871 habitantes, de acordo com as informações do IBGE/2017. Os municípios vizinhos da **cidade de Jaru** são: **Governador Jorge Teixeira** com 10.512 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 9.745 habitantes; município de **Cacaulândia** com 5.736 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 6.460 habitantes; município de **Theobroma** com 10.649 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 11.350 habitantes; município de **Mirante da Serra** com 11.878 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 12.258 habitantes; município de **Vale do Anari** com 9.384 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 11.149 habitantes; município de **Urupá** com 12.974 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 13.106 habitantes, município de **Teixeirópolis** com 4.888 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 4.931 habitantes; município de **Nova União** com 7.493 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 7.769 habitantes; município de **Ouro Preto do Oeste** com 37.928 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 39.759 habitantes e o município de **Vale do Paraíso** com 8.210 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2017 de 8.047 habitantes.

Figura 5: Evolução populacional de Jaru, de Rondônia e do Brasil

Evolução Populacional			
Ano	Jaru	Rondônia	Brasil
1991	63.535	1.132.692	146.825.475
1996	47.981	1.219.702	156.032.944
2000	53.600	1.379.787	169.799.170
2007	52.453	1.453.756	183.987.291
2010	52.005	1.562.409	190.755.799

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010;

Figura 6: Pirâmide etária de Jarú, de Rondônia e do Brasil



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010;

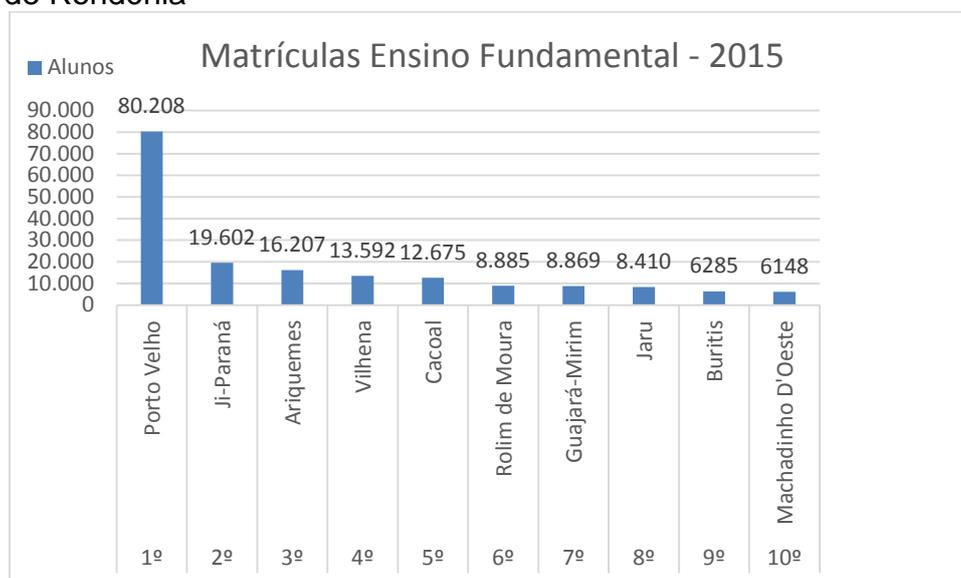
Analisando os dados apresentados pelo IBGE em relação à evolução populacional, observamos que no município de Jarú houve uma redução populacional se compararmos com dados dos anos anteriores. Entretanto, a estimativa populacional 2016 mostra uma projeção de recuperação.

Já a pirâmide etária apresenta uma estrutura populacional jovem. Esse é um ponto de oportunidade para inserção do IFRO neste município.

1.1.2. População do Ensino Fundamental Regional

De acordo com os dados informativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015, o município de Jarú está classificado dentre os 52 municípios do Estado de Rondônia em 8º lugar em número de matrículas efetivadas no nível de Ensino Fundamental. Sendo assim, a população estudantil deste município necessita da educação profissional técnica de nível médio como uma das três modalidades de educação profissional e tecnológica previstas pela legislação educacional brasileira (Lei nº 11.741/08 e LDB 9394/96, Art. 36-B, I e II). Sua oferta pode ser articulada com o Ensino Médio Integrado ao ensino profissionalizante.

Figura 7: Matrículas efetivadas no Ensino Fundamental no ano de 2015 em algumas cidades de Rondônia



INEP - Censo Educacional 2015

Como a região de Jaru e o Estado de Rondônia apresentam uma forte contribuição na área de serviços e indústrias, a formação do profissional técnico de nível médio na área de Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio ofertado pelo IFRO irá contribuir para atender as exigências requeridas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, além disso, esse curso estará oportunizando uma inserção social e profissional daqueles que concluíram o 9º ano do Ensino Fundamental e darão continuidade aos seus estudos no Ensino Médio, aliado com o ensino técnico. Portanto, essa formação profissional de nível técnico oportuniza a entrada desses cidadãos no mercado de trabalho.

De acordo com dados do IBGE 2015, foram registradas, no Município de Jaru, 8.410 matrículas no Ensino Fundamental, conforme quadro abaixo.

Quadro 6: Número de alunos matriculados em nível de Ensino Fundamental em Jaru

Nível	Número de Alunos
Ensino Fundamental	8.410
TOTAL	8.410

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Em Jaru, de acordo com os dados do Censo Educacional 2015 (INEP), há 29 escolas de Ensino Fundamental, conforme quadro abaixo:

Quadro 7: Escolas que oferecem o Ensino Fundamental em Jaru

Tipo de Escola (Ensino Fundamental)	Número de Escolas
Escolas Públicas Estaduais, Municipais e Escolas Privadas	29
TOTAL	29

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Quadro 8: Matrículas por nível em Jaru comparando com o Estado de Rondônia e o Brasil

MATRÍCULAS POR NÍVEL			
Variável	Jaru	Rondônia	Brasil
Pré-escolar	1.207	38.080	4.916.525
Fundamental	8.410	276.904	27.825.338
Médio	2.295	64.820	8.074.881

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Na Microrregião de Jaru, os dados do Censo Escolar de 2015 revelam que foram registradas 27.369 matrículas no Ensino Fundamental, o que confirma a existência de demanda potencial por formação em curso de nível médio integrado ao técnico na localidade.

Quadro 9: Matrículas no Ensino Fundamental na Microrregião de Jaru

Municípios da Microrregião de Jaru	Nº de matrículas no Ensino Fundamental em 2015
Governador Jorge Teixeira	1.599
Theobroma	1.810
Vale do Anari	1.621
Ouro Preto do Oeste	5.863
Nova União	1.156
Urupá	1.942
Teixeirópolis	796
Vale do Paraíso	1.313
Jaru	8.410
Cacaulândia	933
Mirante da Serra	1.926
TOTAL	27.369

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

1.1.3 Demanda pelo Curso

A partir da nomeação do Diretor Geral do *Campus* Jarú, Renato Delmonico, conforme Portaria 1.301 de 04 de julho de 2016, deu-se início às atividades de divulgação da instalação do IFRO no município. Para isso, foram realizadas reuniões com a Associação Comercial e Industrial de Jarú – ACIJ, comunidade em geral e com prefeitos dos municípios vizinhos. Nessas reuniões, além de divulgar a implantação do *Campus*, também se buscou ouvir os diversos segmentos da sociedade jaruense e região a fim de identificar a demanda existente.

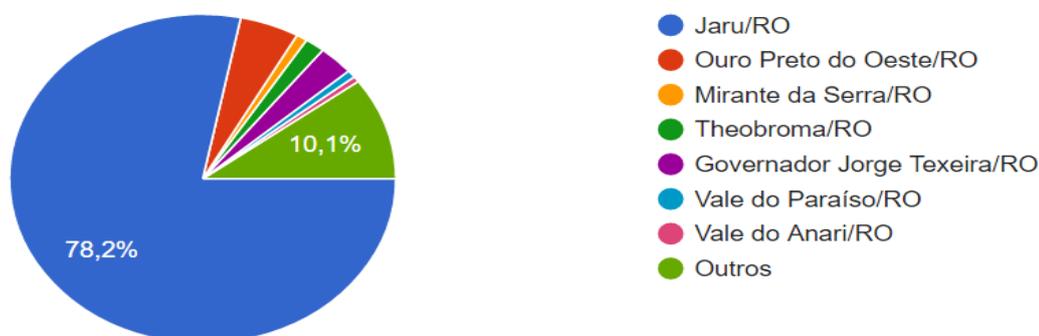
Após esse primeiro contato com a comunidade, foi realizada uma pesquisa de demanda/2016/2 para verificação de cursos a serem ofertados pelo IFRO em Jarú. Com o resultado da pesquisa, foi constituída a Comissão através da Portaria nº 60/Jarú - CGAB/IFRO, de 16 de agosto de 2017 para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio, sendo a Comissão inicial através da Portaria 2.176, de 18 de novembro de 2016 responsável para gerenciar a pesquisa de demanda dos cursos a serem implantados.

A pesquisa prévia de demanda foi realizada por meio de um formulário eletrônico que continha diversas perguntas objetivas com o intuito de identificar o perfil da sociedade jaruense/região e seus anseios. Esse formulário ficou disponível *online*, sendo amplamente divulgado nas redes sociais e em outros veículos de comunicação local, no período de novembro a dezembro de 2016.

Uma das perguntas da pesquisa referia-se ao grau de escolarização. Pelo gráfico, é possível perceber que a 14,5% dos entrevistados não completaram o ensino o médio. Enquanto que 36,7% possuem o ensino médio completo. Assim sendo, percebe-se que há um número considerável de pessoas que ainda não concluíram o Ensino Médio, constatando, portanto, que há demanda para os cursos Técnicos integrados ao Médio.

A pesquisa abordou também a participação das pessoas por localidades. Observa-se que a 78,2% dos participantes moram na área do município de Jarú. Isso pode significar que temos um grande número de pessoas residentes no município e seus distritos que, potencialmente, poderão ser alunos do IFRO-*Campus* Jarú.

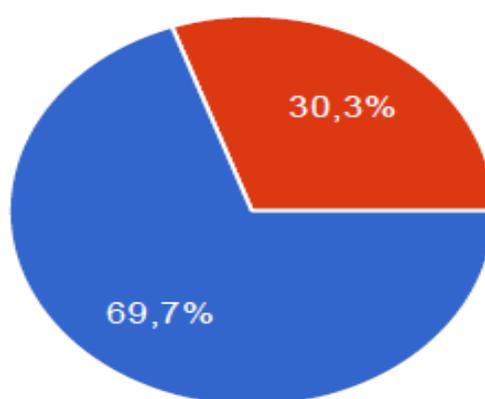
Figura 8: Localidades de participação da pesquisa para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso em Segurança do Trabalho.



Fonte: Elaborado pela comissão/2016.

No formulário constava uma lista de dez (10) cursos técnicos para que a população indicasse qual(is) dele(s) gostaria que fosse(m) ofertado(s) pelo *Campus Jarú*. Da população pesquisada, 44.6% assinalaram o curso Técnico Segurança do Trabalho. Esse interesse foi reafirmado quando os pesquisados responderam a seguinte questão: “Você teria interesse em ingressar no Curso Técnico em Segurança do Trabalho?”. Do total de 545 participantes da pesquisa, 69,7% dos entrevistados responderam que fariam o curso Técnico em Segurança do Trabalho, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Figura 9: Interesse no curso Técnico em Segurança do Trabalho



Fonte: Elaborado pela comissão/2016.

Como visto, a oferta do curso Técnico em Segurança do Trabalho atenderá às necessidades do município de Jarú e região.

1.1.4. Da Justificativa do Curso

O mundo contemporâneo vem passando por diversas transformações em seu modelo de produção. Essas transformações consolidaram novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, cooperação e competição entre os agentes, assim como de circulação e de valorização do capital, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho. Essas práticas apoiam-se em novos saberes e competências, em novos aparatos e instrumentais tecnológicos, tanto como em novas formas de inovar e de organizar o processo produtivo, expressando-se, assim, uma nova economia ou um novo padrão técnico-econômico.

Nesse novo contexto, houve um expressivo crescimento das empresas e das indústrias, atraindo mais trabalhadores para serviços cada vez mais complexos. O crescimento dessas empresas criou uma realidade e uma estrutura até então inédita no mundo do trabalho e junto com essa estrutura, foram modificadas drasticamente as condições de trabalho vivenciadas pelos empregados. Muitas dessas condições, cedo ou tarde, revelaram-se insalubres ou prejudiciais à saúde do trabalhador, em graus variados.

Dessa forma, prevenir acidentes de trabalho, torna-se, de forma interligada, uma exigência legal, uma estratégia de otimização e, sobretudo, um dever social. Diante desse cenário, a área de Saúde e Segurança do Trabalho se caracteriza pelo papel estratégico de proporcionar ao trabalhador um meio ambiente seguro para a realização de suas atividades laborais, além de educá-lo no sentido de promover atitudes conscientes para o trabalho seguro durante a realização das suas tarefas diárias.

Os profissionais da área de Saúde e Segurança do Trabalho são capacitados para analisar as condições do ambiente laboral, planejar e elaborar normas e instruções de trabalho, reforçar comportamentos seguros, realizar auditorias e implementar ações corretivas, tendo em vista acabar ou pelo menos minimizar os riscos nos locais de trabalho. O funcionamento efetivo da Saúde e Segurança do Trabalho nas organizações pode trazer o benefício da redução das perdas humanas e patrimoniais, de danos ao meio ambiente e dos prejuízos ao processo, evitando consequências desfavoráveis ao mundo do trabalho.

As exigências para os sujeitos contemporâneos, nesse cenário, são cada vez maiores em termos de uma formação que vise não somente o desenvolvimento de habilidades e competências, mas que considere o homem em todas as suas possibilidades, levando-o a compreender e atuar na dinamicidade que representa a dinâmica no mundo do trabalho hoje, não como um ser passivo, mas enquanto sujeito político e produtivo em conformidade com suas necessidades de sobrevivência.

Partindo desses pressupostos, o curso técnico em Segurança do Trabalho proposto pelo Instituto Federal de Rondônia – *Campus Jaru* se justifica pelo fato de, no Brasil, assim como em Rondônia e, mais especificamente, no município de Jaru, haver uma grande carência de profissionais capazes de compreender e atuar nos diversos segmentos quem envolvem as atribuições do profissional técnico em Segurança do Trabalho

Nesse contexto, o Instituto Federal de Rondônia – *Campus Jaru* precisa formar esse profissional para atender a necessidade do mercado e demanda gerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE que, na Norma Regulamentadora nº 4, colocou esse profissional dentro do quadro técnico que compõe o SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho), que é dimensionado na empresa através da Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, com correspondente Grau de Risco – GR da atividade. Como Rondônia é um Estado novo em pleno crescimento econômico e social, esse profissional tem muito a contribuir para um desenvolvimento com harmonia entre a necessidade de produção e a segurança para a saúde do trabalhador.

No município de Jaru e região muitas empresas necessitam de um profissional assistente, para o trato de questões acessórias à área, tais como a gestão de equipamentos de proteção individual e de equipamentos portáteis de combate a incêndios ou ainda para atender a demandas temporárias. Cumpre ainda observar que, muitas empresas no Brasil estão obrigadas a organizar e manter Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), conforme NR-4.

Dessa forma, o Instituto Federal de Rondônia *Campus Jaru*, por meio do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, atendendo à pesquisa de demanda feita

de novembro a dezembro de 2016, visa formar profissionais competentes que sejam capazes de intervir no meio produtivo e contribuir, através de seu conhecimento técnico, para melhorar a qualidade de vida do trabalhador e minimizar os riscos inerentes aos locais de trabalho, além do cumprimento da legislação.

Assim, com base no perfil desejado, observados os aspectos legais estabelecidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e, diante das novas exigências sociais, políticas e tecnológicas, é que o Instituto Federal de Rondônia — IFRO/*Campus Jarú* propõe, neste projeto pedagógico, os objetivos, conteúdos, proposta metodológica, proposta de avaliação e de ensino-aprendizagem, bem como a bibliografia mínima necessária, que formam a proposta curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio.

1.1.5. Formas de Acesso ao Curso

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio (ROA-Técnico): “O ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, devidamente autorizado pelo Reitor, conforme o Regimento Geral do IFRO, por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênere, matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos adotados pelo IFRO”.

Baseados também na Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, as instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. Além de destacar que cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas tratadas no o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

O PDI – Projeto de Desenvolvimento Institucional do IFRO prevê que “[...] para ingressar nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, incluindo-se

aqueles na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá ter concluído, sem dependências, o Ensino Fundamental”.

Dessa forma, o Instituto Federal de Rondônia – IFRO, por meio do *Campus Jaru*, oferecerá o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio no período diurno, com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica aos cidadãos concluintes do 9º ano do Ensino Fundamental com êxito em todas as disciplinas.

1.2 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso

1.2.1. Políticas de Acesso e Permanência e Êxito do IFRO

As políticas de acesso e permanência e êxito do IFRO estão pautadas na Resolução nº 033 de 22 de setembro de 2014. A referida resolução dispõe a organização e regulamentação dos programas bem como suas finalidades, princípios e objetivos.

Os Programas de Assistência Estudantil, executados no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO têm como finalidade ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante devidamente matriculado nos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus *campus*.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia desenvolverá seus Programas de Assistência Estudantil – PAEs de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo por princípios a igualdade de oportunidades, a melhoria do desempenho acadêmico e prevenção nas situações de retenção e evasão.

Os Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos pelo IFRO, dividem-se em duas formas de atendimento:

- I- Atendimento universal aos estudantes;
- II- Atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Os Programas de atendimento universal são:

I - Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial – PROASAB: que objetiva trabalhar na perspectiva da promoção da saúde, prevenção de doenças

e agravos, assistência médica, odontológica e psicossocial inicial aos estudantes do IFRO.

II- Programa de Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino – PROASEN: que tem como propósito desenvolver ações voltadas ao atendimento do estudante com baixo desempenho acadêmico, com necessidades educacionais específicas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando seu êxito no processo educativo.

III- Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico – PRODETEC: que objetiva, por meio da articulação dos eixos ensino, pesquisa e extensão, o fomento ao desenvolvimento técnico-científico do estudante do IFRO.

IV- Programa Pró-Cidadania – PROCID: que propõe o desenvolvimento de ações articulando ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento do estudante e seu preparo para o exercício da cidadania.

V- Programa de Monitoria: oportuniza aos estudantes, com reconhecida potencialidade para estes fins, desenvolver competências e habilidades de ensino, tutoria e aplicação de planos e projetos de aprendizagem.

Os Programas de atendimento aos alunos socioeconomicamente vulneráveis:

I - Programa de Concessão de Auxílio Alimentação – PROCAL: que objetiva beneficiar o estudante do IFRO que permaneça na Instituição em período integral ou além do horário de aula, com o provimento de auxílio alimentação.

II - Programa de Concessão de Auxílio Transporte – PROCAT: que objetiva assegurar condições de locomoção do estudante socioeconomicamente vulnerável residente na cidade, na zona rural ou outros municípios circunvizinhos, visando sua permanência e conclusão dos estudos.

III - Programa de Concessão de Auxílio ao Estudante Colaborador – PROCAE: tem como objetivo inserir o estudante, prioritariamente socioeconomicamente vulnerável, em atividades de educação (teórico/prática) realizadas nas dependências do IFRO, em horários compatíveis com suas atividades acadêmicas.

IV - Programa de Auxílio à Moradia Estudantil – PROMORE: que objetiva a viabilização de moradia/aluguel ao estudante socioeconomicamente vulnerável oriundo de outras cidades ou da zona rural e necessite residir temporariamente no

município sede do *campus* para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo.

V - Programa de Auxílio Complementar – PROAC: tem o objetivo de prover auxílio financeiro ao estudante socioeconomicamente vulnerável e que não tenha suas necessidades atendidas em outros programas de Assistência Estudantil propostos.

1.2.2. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa e a extensão: visitas técnicas, minicursos e projetos de ensino e de iniciação científica além de projetos que integram o ensino, a pesquisa e a extensão.

1.2.3. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações para articulação com os setores públicos e privados. Apesar do apoio institucional, ainda é reduzido o número de projetos que o IFRO desenvolve em parceria com

instituições ou empresas sendo, portanto, reduzida captação de recursos externos pela instituição. Faz-se necessária, portanto, a criação de dispositivos internos que regulamentem a execução dos recursos destinados à pesquisa e à inovação no Instituto e que possibilitem a ampliação do quantitativo de servidores e de alunos envolvidos nessas atividades, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo IFRO.

Além disso, a existência desses dispositivos contribuirá para a atração de parceiros, públicos e privados, para a execução, em parceria, de projetos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento local e regional e que contribuirão para a captação de recursos externos ao orçamento da instituição. O IFRO também tem incentivado o fomento à participação de servidores e alunos em eventos científicos e tecnológicos com o objetivo de divulgar e publicar resultados de trabalhos desenvolvidos na Instituição. Porém, com o objetivo de melhorar a produção intelectual qualificada dos servidores e de aumentar as possibilidades de captação de recursos externos, esse fomento deverá ser estendido à publicação em periódicos técnicos e científicos.

Portanto, é objetivo do Instituto ampliar a participação dos seus servidores e alunos em atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, de modo a melhorar e consolidar a posição do IFRO junto à comunidade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional. A articulação entre o IFRO e os demandantes externos de suas atividades de pesquisa e inovação é realizada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto (NIT/IFRO). Esse Núcleo tem desenvolvido ações para disseminar, junto à comunidade interna, a cultura da inovação e da propriedade intelectual, de modo a orientar e incentivar a participação dos pesquisadores da instituição na execução de projetos de pesquisa aplicada em parceria com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia.

No tocante à internacionalização da pesquisa, o IFRO já aderiu a acordos de cooperação técnico-científicos realizados entre a SETEC e instituições estrangeiras. Além disso, apesar da busca constante por parceiros internacionais para o desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisas, inovação e de formação qualificada de pessoal, o Instituto já assinou também termos de cooperação com instituições estrangeiras.

Ainda sobre essa temática, foi criado o Núcleo de Internacionalização Institucional, que coordena o programa de mobilidade internacional do IFRO que oportuniza aos servidores e alunos a realização de pesquisas e de formação em instituições internacionais parceiras. Uma das ações iniciais desse Núcleo será a execução do Programa de Internacionalização da Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica do IFRO (PIPEEX).

Quanto à qualificação de servidores para execução de pesquisas qualificadas e atuação em programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o IFRO implementou parcerias com instituições de ensino para a oferta de Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) aos seus servidores. Além da qualificação, essas ações têm contribuído para a elevação da produção técnico-científica dos servidores, criando um ambiente de produção científica e tecnológica no Instituto para a implantação de programas próprios de mestrado e doutorado, bem como aproximando o IFRO de outras instituições com reconhecida competência no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Em adição, e com o objetivo de ampliar a divulgação das atividades desenvolvidas por seus servidores e alunos, e como forma de contribuir para a consolidação do diálogo e da interação entre a instituição e o mundo da produção, dos serviços e sociedade em geral, o IFRO tem buscado fortalecer seus periódicos técnico-científicos e fomentar a publicação de livros autorais por seus servidores e alunos. Por fim, as atividades de pesquisa e inovação no Instituto, bem como a transferência tecnológica para a sociedade demandante, estão sendo continuamente fortalecidas, com o objetivo de consolidar o IFRO como instituição de excelência no desenvolvimento de atividades técnico-científicas necessárias para atender as demandas sociais e culturais locais e regionais e de contribuir para a elevação da competitividade tecnológica do país.

1.2.4. Políticas de Ensino

No Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos uma educação pautada nos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais. Por assim o ser, O IFRO desenvolveu um conjunto de diretrizes básicas para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e

acadêmicas ao longo dos próximos anos e que podem ser reafirmadas ou reformuladas conforme as mudanças do cenário educacional, regional e local.

Nesse pensar, PDI/IFRO/2017 define as políticas para o ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pautadas no seguinte:

- em um paradigma que supere a sobreposição entre campos do conhecimento e campos da profissionalização;
- na investigação científica a fim de promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia, da inovação tecnológica com o compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento na perspectiva da cidadania e da inclusão;
- no fortalecimento da relação entre a EPT e a Educação Básica, introduzindo o Jovem no universo temático do Mundo do Trabalho/Ciência/Tecnologia, e Cultura como dimensões indissociáveis;
- na aproximação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à EPT (PROEJA).

Além disso, a interação com a comunidade interna e externa deve continuar efetiva por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão, sendo que o ensino e a extensão devem caminhar de forma indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

1.2.5. Políticas de Pesquisa

De acordo com o PDI/IFRO (2017),

O principal objetivo da política institucional de pesquisa é fomentar projetos e bolsas de pesquisa para servidores, alunos e pesquisadores parceiros para desenvolverem projetos em áreas de atuação do IFRO, como uma atividade indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, a pesquisa e inovação tecnológica foram os eixos formativos para os alunos que ingressam no IFRO. As temáticas desenvolvidas tem relação com os conteúdos trabalhados nos currículos dos cursos e advém de demandas da sociedade. Como resultado, o IFRO forma profissionais capazes de identificar problemas, propor causas, possíveis soluções e executar propostas inovadoras em seu ambiente de trabalho e produção.

Em poucos anos de funcionamento (2009 a 2017), o IFRO já conseguiu realizar um trabalho para implementação de atividades de pesquisa em todos os seus *campi*. Para isso, foi e continua sendo necessário que sejam desenvolvidos, de

modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- a) Incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- b) Concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- c) Alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos no Programas de Iniciação Científica;
- d) Promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta em seu PDI as seguintes diretrizes gerais:

- a) Estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;
- b) Promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;
- c) Consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;
- d) Políticas institucionais: O IFRO possui políticas institucionais de pesquisa, de incentivo a participação em eventos e deverá trabalhar na Política institucional de pós-Graduação e na de Inovação Tecnológica.
- e) Projetos de Pesquisa e Inovação Tecnológica: Seguindo os critérios da Política Institucional de Pesquisa e do Regulamento para pagamento

de bolsas e taxas de bancada, o IFRO fomenta a execução de projetos de pesquisa e inovação tecnológica, coordenado por servidores e com participação de alunos, com duração de 12 meses. As propostas são selecionadas através de editais de fomento para auxílio financeiro e bolsas de pesquisa.

- f) Grupos de Pesquisa: Seguindo os critérios do Diretório de Grupos de Pesquisa e da Regulamentação dos Grupos de Pesquisas do IFRO, pesquisadores docentes, técnicos e alunos podem se reunir em linhas de pesquisa, com objetivos em comum e solicitar o registro do Grupo de Pesquisa. A PROPESP como representante institucional, certifica e cadastra os Grupos de Pesquisa do IFRO na Plataforma Carlos Chagas do CNPq.
- g) Eventos: Organizados ou não pelo IFRO, mas voltado ao caráter científico e tecnológico, como palestras, workshops, seminários, congressos, com apresentação de trabalhos e resultados de pesquisas científicas.
- h) Inovação tecnológica: desenvolvimento de produtos, processos, softwares ou marketing, passíveis de registro de propriedade intelectual em órgãos competentes, como o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).
- i) Prestação de serviços: através do Núcleo de Inovação Tecnológica, o IFRO pode oferecer o processo de registro de propriedade intelectual para inventores externos, atendendo a Regulamentação interna.

1.2.6. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFRO (2017), a saber:

A Extensão articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e representa efetivamente a troca de saberes e experiências realizada permanentemente com a comunidade, da qual resulta um conhecimento e uma prática alinhados com a realidade local, regional e nacional. Deve atender aos seguintes princípios:

- impacto e transformação social, por meio de ações entre o IFRO e a sociedade, proporcionando o desenvolvimento local e regional e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- impacto na formação do estudante envolvido na atividade, visando ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos, culturais e de cidadania;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo o processo formativo e a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade;
- interação dialógica com diferentes segmentos da sociedade para promoção da troca de saberes e o desenvolvimento de ações mútuas;
- interdisciplinaridade no atendimento às demandas formativas e sociais.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

1.2.7. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

O Instituto Federal de Rondônia – *Campus Jarú* idealiza o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio em consonância com as diretrizes estabelecidas em suas normativas e referenciais pedagógicos. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos estudantes deste curso os levará a compreender questões críticas e a influenciar no desenvolvimento local e regional. Terão condições de vivenciar e superar problemáticas existentes, para prestarem o atendimento profissional conforme as necessidades do setor em que se inserem.

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

- a) Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os *campi* entre si e desenvolver atividades de integração.

Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os Chefes dos Departamentos de Apoio ao Ensino, os Coordenadores de Cursos, os Coordenadores de Biblioteca e os Coordenadores de Registros Acadêmicos.

- b) Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão – (ENPEX): evento realizado com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos *campi* do IFRO;
- c) Encontro das Equipes de Apoio à Docência e Discência do IFRO – (EENEADD): tem por finalidade promover ações de capacitação em educação inclusiva e assistência estudantil, vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências, individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização dos servidores do IFRO, buscando a excelência na qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais. Fazem parte deste grande encontro os seguintes eventos:
 - 1) Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil: tem como objetivo principal estabelecer ações de desenvolvimento e fortalecimento da Assistência Estudantil, promover ações de capacitação e qualificação profissional e propor, implantar, instruir e supervisionar a política de assistência ao estudante no IFRO, conforme as normativas estabelecidas pelo Ministério da Educação/MEC. Participam do Encontro os Coordenadores e Chefes de Departamento de Assistência ao Educando, Pedagogos/Orientadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, Assistentes de Alunos, Nutricionistas, Enfermeiros e/ou Técnicos em Enfermagem e Diretores de Ensino dos *campi* do IFRO.
 - 2) Encontro dos Profissionais das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil, por categoria: tem como objetivo discutir as atribuições dos profissionais: assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, pedagogos/orientadores, assistentes de alunos, nutricionistas e

Intérpretes de Libras, enquanto componente das equipes da assistência estudantil.

- 3) Encontro das Coordenações dos NAPNEs: tem como objetivo capacitar, discutir e encaminhar os assuntos voltados à Política de Educação de Assistência e Inclusão do IFRO. Objetiva, também, reunir as Coordenações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas para o encaminhamento de ações dos NAPNEs.
- d) Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO (CONPEX);
- e) Eventos nos *campi*: Os *campi* estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral;
- f) Eventos que envolvem ações de esporte, possibilitando a prática do desporto e a interação entre alunos e servidores dos *campi*;
- g) Por sua vez, os *campi* também promovem, através dos Departamentos/Coordenações de Extensão, eventos socioculturais e esportivos envolvendo a comunidade interna dos *campi*.

1.3. Objetivos do Curso

1.3.1. Objetivo Geral do Curso

Formar profissionais-cidadãos técnicos de nível médio na área de Segurança do Trabalho para desempenhar atividades de prevenção de acidentes do trabalho, neles inclusos as doenças profissionais e do trabalho, através de ações e programas específicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro e propiciando a diminuição do custo social decorrente dos infortúnios laborais.

1.3.2. Objetivos Específicos do Curso

- a) Capacitar o aluno a executar atividades de Técnico em Segurança do Trabalho;
- b) Oferecer disciplinas que agregam os conhecimentos necessários para a formação técnica integrada à formação humana e social.

- c) Formar profissionais com visão sistêmica e integrada em Saúde e Segurança do Trabalho;
- d) Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos de prevenção à saúde, avaliando os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho em seu local de trabalho;
- e) Desenvolver procedimentos técnicos voltados para a elevação do nível de qualidade de vida do trabalhador;
- f) Analisar e estabelecer critérios para escolha e utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva;
- g) Identificar medidas de segurança do armazenamento, transporte e manuseio de produtos;
- h) Conhecer e interpretar a legislação e normas técnicas de segurança do trabalho;
- i) Proporcionar aos alunos o reconhecimento de fatores de riscos ambientais e elaborar critérios para preveni-los.
- j) Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho.
- k) Despertar a consciência do aluno e sua relação com a sociedade.

1.4. Perfil Profissional do Egresso: Competências e Habilidades

O Técnico em Segurança do Trabalho é o profissional com visão sistêmica do seu papel em relação ao meio ambiente, saúde e segurança em seu ambiente de trabalho. Aplica seus conhecimentos de forma e inovadora, acompanhando a evolução do setor. Possui conhecimento de dinâmica organizacional, podendo atuar em empresas públicas e privadas, bem como gerir seu próprio negócio. Age com ética profissional, sustentabilidade, iniciativa empreendedora, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber-ser, do saber-saber e do saber-conviver. Possui visão humanística crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade. Tem habilidades de comunicação e de trabalho em equipes multidisciplinares. Facilita o acesso e a

disseminação do conhecimento na sua área de atuação, aplica e respeita as normas de proteção e prevenção do meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Aplica princípios ergonômicos no trabalho. Presta primeiros socorros em situações de emergência, coleta, organiza e registra dados relativos ao campo de atuação. Conhece os fundamentos de prevenção das doenças laborais, avalia os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho. Reconhece fatores de riscos ambientais. Identifica e avalia rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos.

Com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, também da Lei 7.410, de 27 de novembro de 1985 e também o que prevê no Art. 1º da Portaria nº 3.275, de 21 de setembro de 1989, que especifica as competências do Técnico em Segurança do Trabalho, o profissional egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio, oferecido pelo IFRO – *Campus Jarú*, deve apresentar um perfil que o habilite a desempenhar atividades voltadas para a prevenção e combate aos acidentes de trabalho. Esse profissional deverá demonstrar habilidades/capacidades de:

- ✓ Expressar ideias de forma clara, empregando técnicas de comunicação apropriadas a cada situação comunicativa;
- ✓ Aplicar a variante linguística a cada contexto real de comunicação oral e escrita;
- ✓ Fazer uso apropriado das normas gramaticais da variante em determinado contexto de comunicação;
- ✓ Utilizar as ferramentas de navegação na internet;
- ✓ Elaborar relatórios técnicos de procedimentos e atividades;
- ✓ Aplicar os princípios de organização, seus principais elementos e as relações estabelecidas na atividade laboral;
- ✓ Utilizar a legislação e as normas do trabalho;
- ✓ Utilizar conhecimentos próprios para prestação de primeiros socorros às vítimas de acidentes de trabalho;
- ✓ Manusear corretamente instrumentos e materiais de desenho;
- ✓ Ler e interpretar dados coletados para construção de tabelas, gráficos e planilhas;

- ✓ Apresentar dados estatísticos sobre problemas ou situações de segurança do trabalho;
- ✓ Utilizar métodos e técnicas de comunicação que estimulem a implantação de programas e ações de prevenção e correção de acidentes de trabalho;
- ✓ Fiscalizar o uso de equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa/órgãos públicos;
- ✓ Adotar as medidas cabíveis à proteção da saúde ocupacional;
- ✓ Executar programas e projetos de análise de riscos estabelecendo metas, cronogramas, custos e procedimentos de segurança no armazenamento de cargas;
- ✓ Executar programas e projetos de análise de riscos estabelecendo metas, cronogramas, custos e procedimentos de avaliação;
- ✓ Ministrando treinamentos específicos sobre combate a sinistros;
- ✓ Executar ações segundo métodos e técnicas de combate e prevenção a incêndios;
- ✓ Realizar avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos pertinentes à sua área de atuação;
- ✓ Desenvolver projetos de segurança do trabalho em canteiros de obras;
- ✓ Realizar vistoria técnica para avaliação das condições de segurança em ambientes, materiais, máquinas, ferramentas e equipamentos;
- ✓ Realizar estudos e pesquisas relacionados à área de segurança;
- ✓ Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho;
- ✓ Orientar procedimentos técnicos que evitem patologias geradas pelo trabalho e ocupações;
- ✓ Elaborar resumo, resenha e relatórios técnicos;
- ✓ Aplicar os princípios da qualidade total no gerenciamento dos recursos humanos e nos procedimentos operacionais;
- ✓ Acompanhar a implementação do sistema de gestão e garantia da qualidade por toda a empresa.

No contexto destas habilidades, pressupõe-se que o profissional seja capaz de encontrar soluções para problemas reais, comerciais ou administrativas, podendo adaptá-las às novas tecnologias atendendo às necessidades do mercado e também será capaz de gerenciar os recursos voltados à área de Segurança do Trabalho.

O compromisso, nesse sentido, é buscar desenvolver um perfil técnico cuja formação garanta a internalização de ideias, valores e convicções fundamentadas na responsabilidade social, justiça e ética; uma formação humanística e geral, que assegure a compreensão de seu meio social, político, econômico e cultural. Uma sólida formação teórica e técnica, voltada para uma atuação crítica e reflexiva acerca da área de segurança no trabalho e com capacidade de compreensão da necessidade de aperfeiçoamento profissional, interpessoal e institucional contínuo.

A formação deste novo perfil pressupõe, um embasamento teórico que assegure o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e o domínio de conteúdos básicos, que de forma articulada possibilitem: a compreensão e a interpretação da realidade da tecnologia; a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; a capacidade de lidar com modelos de gestão inovadores; enfim, a capacidade de tomada de decisão em um mundo diversificado e interdependente, através da ordenação de atividades e da seleção de formas e conteúdos adequadas às ações previstas.

O Técnico em Segurança do Trabalho requer um profissional que associa, em suas funções, atividades laborais consagradas e outras que vêm se mostrando cada vez mais presentes nas suas atribuições, destacando-se as relacionadas às políticas de segurança e aos processos de auditoria, pelas quais é chamado a responder individualmente ou, mais comumente, em equipes formadas por profissionais de diversas outras áreas que mantêm entre si uma grande proximidade em termos de objetivos e que, através de instrumentos e potencialidades específicos, perseguem a melhoria das condições de vida em nosso planeta. Dessa forma, o levantamento Profissiográfico do Técnico em Segurança do Trabalho revelou que seu trabalho não se restringe à execução de tarefas e normas prontas e determinadas. Ao contrário, envolve três momentos específicos e complementares: o **planejamento**, a **execução** e a **avaliação**.

- a) Planejamento: nessa fase cabe ao Técnico de Segurança do Trabalho, elaborar e/ou participar da elaboração de Programas e Projetos específicos da sua área de atuação ou multifuncionais, envolvendo uma série de objetivos relacionados. Caracterizam as ações de planejamento, entre outras, estudos diagnósticos, seleção e/ou formulação de estratégias e metodologias, verificação de interfaces entre as políticas para outras áreas da organização e a de Segurança e Saúde do Trabalho.
- b) Execução: as ações de execução presentes no trabalho desse profissional comportam uma multiplicidade de atividades, abrangendo desde a implantação de políticas institucionais na área de Segurança e Saúde do Trabalho à especificidade de elaboração de um parecer técnico.
- c) Avaliação: presente em todas as fases do processo de trabalho, a avaliação torna-se mais caracterizada nas atividades que têm por objetivo determinar a eficiência e eficácia dos programas, projetos e qualquer ação na área de Segurança e Saúde do Trabalho. Sua realização demanda ao profissional acompanhamento sistemático e estruturado de todos os processos e procedimentos para que possa ser determinada, de fato, a eficácia do que está sendo realizado, definindo sua manutenção ou correção.

Assim sendo, as principais funções que compõem o Perfil do Técnico de Segurança do Trabalho e que se desdobram em várias subfunções, são: Políticas de Segurança e Saúde do Trabalho, Gestão de Riscos, Gerenciamento Ambiental e Auditoria.

Ao concluir o curso, o egresso terá desenvolvido, ainda, concepções no âmbito humano e social, que lhe permitirá adotar visões e posturas éticas, cordiais e respeitadas no relacionamento com os demais, ter autoconsciência de seu papel profissional e cidadão e de suas responsabilidades sociais e ambientais junto às comunidades nas quais está inserido.

1.5. Estrutura Curricular

O currículo foi organizado de modo a garantir o desenvolvimento global do aluno, conforme as diretrizes fixadas pela Resolução do CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro 2012, (Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) e Resolução do CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, (Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio), e os princípios educacionais defendidos pelo Instituto Federal de Rondônia, pautados numa educação significativa.

A organização curricular para a Habilitação de **Técnico em Segurança do Trabalho** está estruturada em anos letivos, de modo a fomentar o desenvolvimento de capacidades, em ambientes de ensino que estimulem a busca de soluções e favoreçam o aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem.

As disciplinas de cada período letivo representam importantes instrumentos de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois, adaptando-se às distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos. A concomitância de disciplinas de formação geral com as de formação profissional, não raro inter e transdisciplinarizadas, orienta à construção de um aprendizado que seja fundamental para todas as instâncias da vida pessoal e social dos educandos.

O curso privilegia o aluno enquanto agente do processo da aprendizagem, por prever o desenvolvimento de projetos, atividades científico-culturais, promoção da inter e transdisciplinaridade e processos dialógicos de formação, dentre outros princípios construtivistas de ensino e aprendizagem. Os conteúdos associam o mundo do trabalho, a escola e a sociedade, assim como se definem pela contextualização. Serão trabalhados com recursos tecnológicos e estratégias inovadoras, mediados por relações afetivas, interacionais e transformadoras.

O ensino é concebido como uma atividade de compartilhamento e não de transferência de conteúdo, e a aprendizagem, como um processo de construção e não de reprodução de conhecimentos. Os alunos e os professores serão sujeitos em constante dialética, ativos nos discursos e efetivos para interferir nos processos educativos e no meio social. Caberá a cada professor definir, em plano de ensino de



sua disciplina, as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento do trabalho, mas sempre tendo em vista esse ideário metodológico aqui delineado.

É prioritário estabelecer a relação entre a teoria e a prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos em experiências (pesquisas, testes, aplicações) que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio supervisionado, serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação, incluindo-se excursões e visitas técnicas, estudos de caso e desenvolvimento de projetos.

A unidade teoria-prática é o princípio fundamental e conduz a um fazer pedagógico que busca essa articulação através de atividades orientadas por métodos ativos como pesquisas, projetos, estudos de caso, seminários, visitas técnicas e práticas laboratoriais, entre outras atividades presentes em todas as unidades curriculares.

Os componentes curriculares são compostos por conteúdos que preparem os estudantes para planejamento, elaboração de projetos, gestão de serviços e pessoas e aplicação prática das técnicas e tecnologias. O desenvolvimento das ações é pautado pelos fundamentos da modalidade escolhida para o exercício da profissão. As disciplinas agregam os conhecimentos necessários para a formação técnica integrada à formação humana e social.

A disciplina Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa tem por finalidade preparar os alunos para a metodologia do trabalho científico e o estágio. As disciplinas estão distribuídas em 03 (três) anos de atividades letivas. Além disso, o Curso prevê 140 horas aulas de Estágio Supervisionado obrigatório, podendo, o aluno, desenvolver outras atividades complementares, tais como Projetos de Pesquisa e/ou Extensão, TCC ou ainda Artigo Científico, sob a orientação de um professor do Curso, com a finalidade de prover experiências mais intensivas e específicas em situações reais de trabalho.

Empreendedorismo, que consiste também numa forma de sistematização e aplicação do conhecimento, contempla noções de cooperativismo e gestão de pessoas e do ambiente organizacional. O núcleo profissional prevê também conteúdos de outros temas transversais relativos à profissão.

A interdisciplinaridade dar-se-á por intermédio de projetos que podem ser desenvolvidos em todos os semestres englobando toda ou parte das disciplinas segundo a demanda dos temas e o interesse da equipe de professores, porém é reforçada através do Projeto Integrador previsto nos componentes curriculares com a participação de todos os professores do curso.

Nesse sentido, as disciplinas da base comum e as demais atividades são organizadas para permitir o aprofundamento e a reflexão dos conteúdos que integram os conhecimentos específicos da área, elegendo como elementos de ligação e problematização a experiência do estudante e a realidade da Segurança do Trabalho nas empresas como tema gerador que orientará a prática dialógica dessa formação, construindo, assim, uma transversalidade entre os conteúdos específicos da área do curso em questão, da gestão e de outras ciências, em uma escala local e global, verticalizando-se o processo ensino-aprendizagem em uma perspectiva interdisciplinar.

Em face do exposto, considera-se que este projeto tenha sido elaborado de forma a favorecer o aluno e o professor, procurando assegurar-lhes a mais ampla acessibilidade pedagógica e atitudinal. A organização pedagógica e a administrativa proposta por este projeto visam promover a teoria aliada à prática na formação ampla do futuro egresso, asseverando-lhe as necessárias competências e habilidades para o exercício da profissão e para as relações subjetivas de transformação do meio no qual está inserido.

1.6. Conteúdos Curriculares do Curso

1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares

COMPONENTES DA BASE NACIONAL COMUM E DIVERSIFICADA
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira
Inglês
Espanhol
Arte
Educação Física
Matemática
Física
Química
Biologia
História
Geografia
Filosofia
Sociologia

COMPONENTES DO NÚCLEO PROFISSIONAL
Estatística Aplicada à Segurança do Trabalho Higiene e Saúde ocupacional I Informática Básica Introdução à Segurança do Trabalho Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho Prevenção e Combate a Sinistro I Desenho Técnico Higiene e Saúde Ocupacional II Orientação para Prática Profissional e Pesquisa Prevenção e Combate a Sinistro II Processos Industriais Segurança do Trabalho Análise de Risco Prática Controle Ambiental Empreendedorismo Ergonomia Prevenção e Controle de Perdas Primeiros Socorros Projeto Integrador
COMPONENTES DO NÚCLEO COMPLEMENTAR
Prática Profissional Supervisionada Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Artigo Científico e/ou Projeto de Pesquisa/Extensão.

1.6.2 Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico, de no mínimo 3 e no máximo 6 anos.

A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso mais vivenciada e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a ser formado no egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente para atender à formação do perfil do profissional egresso.

1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares face às Diretrizes Curriculares Nacionais

A estrutura curricular do curso, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e autoaprendizagem, por meio de adequado planejamento das cargas horárias semestrais, respeitado o limite máximo de horas/aula semanais, seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do Catálogo Nacional para Cursos Técnicos.

Ainda, em consonância com este propósito, busca-se oportunizar a flexibilização por meio da implementação curricular das Atividades Complementares de interesse individual e coletivo.

As disciplinas estão organizadas na matriz curricular de modo a atender os interesses das políticas nacionais para a educação técnica e também para adequar o curso às exigências regionais.

O graduando em Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do Técnico em Segurança do Trabalho é importante ressaltar que o conhecimento adquirido na escola é o referencial para a organização da vida e do trabalho. Os estudos e conhecimento devem servir como principal base de promoção, com equidade, do exercício pleno da cidadania.

1.6.4 Matriz Curricular do Curso

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO						
CAMPUS JARU						
Matriz aprovada pela Resolução n.º 14/CEPEX/IFRO/2018.						
LDB 9.394/96, Art. 24 — Resoluções CNE n.º 2/2012 e n.º 6/2012 — Decreto n.º 5.154/2004						
Carga Horária do Curso dimensionada para 40 semanas, sendo garantidos os 200 dias letivos anuais						
Duração da Aula: 50 minutos						
	DISCIPLINAS	AULAS SEM./ANO			TOTAIS (HoraAula)	TOTAIS (HoraRelógio)
		1ª	2ª	3ª		
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	3	3	360	300
	Matemática	3	3	3	360	300
	Física	2	2	1	200	167
	Química	2	2	1	200	167
	Geografia	2	2	0	160	133
	História	0	2	2	160	133
	Biologia	2	2	0	160	133
	Filosofia	1	1	1	120	100
	Sociologia	1	1	1	120	100
	Arte	2	0	0	80	67
	Educação Física	2	2	2	240	200
Total de aulas por semana — Base Nacional Comum		20	20	14		
CARGA HORÁRIA DA BASE NACIONAL					2.160	1.800
NÚCLEO DIVERSIFICADO	Inglês	2	1		120	100
	Espanhol		2	1	120	100
Total de aulas por semana — Núcleo Diversificado		2	3	1		
CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO DIVERSIFICADO					320	267
NÚCLEO PROFISSIONALIZANTE	Estatística Aplicada a Segurança do Trabalho	2			80	33
	Informática Básica	2			80	33
	Segurança do Trabalho	4			160	67
	Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho	2			80	67
	Higiene e Saúde ocupacional		5		200	67
	Desenho Técnico		2		80	67
	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa		1		40	33
	Prevenção e Combate a Sinistro		4		160	67
	Processos Industriais			3	120	100
	Análise de Risco, Prevenção e Controle de Perdas			4	160	100
	Controle Ambiental			2	80	100
	Empreendedorismo			2	80	33
	Ergonomia e Primeiros Socorros			2	80	33
	Projeto Integrador			2	80	67
Total de aulas por semana — Núcleo Profissionalizante		10	12	15		
CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO PROFISSIONAL					1.480	1.233

NÚCLEO COMPLEM.	Prática Profissional Supervisionada				168	140
Total geral de aulas por semana		32	35	30		
Nº total de componentes curriculares a cada ano		17	17	17		
Carga horária anual (hora-aula)		1.280	1.400	1.200		
Carga horária anual (hora-relógio)		1.067	1.167	1000		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					4.048	3.373
Carga horária máxima em EAD (sem inclusão da Prática Profissional Supervisionada)					776	647

1.6.5. Ementário

PRIMEIRO ANO

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 1º	
CH Total: 120 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Aprimorar o uso da linguagem, nas suas formas oral e escrita, bem como ampliar o conhecimento sobre literatura brasileira.		
Ementa:		
Formação da Língua Portuguesa e da Literatura. Elementos da comunicação. Comunicação (língua, linguagem, texto e discurso). Funções da linguagem. Figuras de linguagem. Leitura, compreensão e interpretação textual. Gêneros e tipologias textuais: descrição, narração, dissertação. Processos de Formação de palavras. Ortografia, acentuação e problemas gerais da língua. Redação Técnica I — fichamento, resumo, resenha e redação oficial. Literatura: Trovadorismo, Classicismo, Quinhentismo, Barroco e Arcadismo.		
Referências básicas:		
CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Saraiva, 2009.		
GONÇALVES, M. T.; BELLODI, Z. C.; e AQUINO, Z. T. de. Antologia comentada de literatura brasileira. São Paulo: Vozes, 2006.		
KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1990.		
Referências complementares:		
BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. 22.ed., São Paulo: Ática, 2006.		
FARACO, C. E. e MOURA, F. M. Literatura brasileira. São Paulo: Ática, 2000.		
FARACO, C. E. e TEZZA, C. Oficina de texto. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.		



PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: MATEMÁTICA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 1º	
CH Total: 120 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Construir significados para os números naturais, inteiros, racionais e reais. Utilizar a matemática para a resolução de problemas do cotidiano.		
Ementa:		
CONJUNTOS NUMÉRICOS: teoria dos conjuntos, conjunto N, conjunto Z, conjunto Q, conjunto I, conjunto R, reta real, intervalos, operações entre intervalos. RELAÇÃO CARTESIANA: produto cartesiano, plano cartesiano e relação. FUNÇÕES: definição, gráfico função, domínio, imagem, função injetora, sobrejetora, bijetora, composta e inversa, função constante, gráfico da função constante, funções com mais de uma sentença. FUNÇÃO AFIM: definição, função linear, gráfico da função linear, função de 1º grau, coeficientes da função de 1º grau, raiz da função de 1º grau, equação de 1º grau, crescimento e decréscimo da função de 1º grau, sinal da função de 1º grau, problemas. INEQUAÇÃO DE 1º GRAU: inequação do 1º grau, inequação produto, inequação quociente, sistema de inequações do 1º grau. FUNÇÃO QUADRÁTICA: definição de uma função do 2º grau, gráfico da função de 2º grau, máximo e mínimo e estudo do sinal, imagem de uma função de 2º grau, problemas sobre função de 2º grau. INEQUAÇÃO DE 2º GRAU: sistema de inequações do 2º grau. MÓDULO: equação modular, função modular. EXPONENCIAL: equação exponencial, função exponencial, inequação exponencial. LOGARITMOS: logaritmo, equação logarítmica, função logarítmica, inequação logarítmica. SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS: formação dos elementos de uma sequência, introdução à progressão aritmética (PA), definição de PA, termo geral da PA, a PA e a função afim, introdução à progressão geométrica (PG), definição de PG, classificação de PG, termo geral da PG, soma dos N termos de uma PG, soma dos termos de uma PG infinita, produto dos primeiros termos de uma PG, PG e a função exponencial.		
Referências básicas:		
DANTE, L. R. Matemática . São Paulo: Ática, 2014.		
EVES, Howard Whitley. Introdução à história da matemática . São Paulo: Unicamp, 2004.		
IEZZI, G. et al. Matemática . São Paulo: Atual, 2002.		
Referências complementares:		
IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: Logaritmos . Volume 2, 9ª Edição, São Paulo: Atual Editora, 2004.		

IEZZI, Gelson; DEGENSZAJN, David. **Fundamentos de matemática elementar: Matemática comercial, Financeira, Estatística.** Volume 11, 1ª Edição, São Paulo: Atual Editora, 2004.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar: Sequências, Matrizes, Determinantes, Sistemas.** Volume 4, 7ª Edição, São Paulo: Atual Editora, 2004.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos e Funções.** Volume 1, 8ª Edição, São Paulo: Atual Editora, 2004.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: FÍSICA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 1º	
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Promover o entendimento das leis gerais da Física.		
Ementa:		
Mecânica (cinemática, dinâmica, rotações). Energia e Trabalho. Momento e Colisão.		
Referências básicas:		
BONJORNIO, Clinton; BONJORNIO, Regina F.S. Azenha; RAMOS, Clinton. Física - História & Cotidiano 1 - Edit. FTD, 2005.		
ALVARENGA, Beatriz. MAXIMO, Antonio. Curso de Física Vol. I. São Paulo: Scipione, 2005.		
RAMALHO, Francisco et al. Os Fundamentos da Física 1: Mecânica – Ed. Moderna, 9ª Edição, 2009.		
Referências complementares:		
CALCADA, Caio Sergio. Física Clássica Cinemática. São Paulo: Atual, 2010.		
GASPAR, Alberto. Física: Mecânica Vol. I. Ed. Atica, 2004.		
GREEF – Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 1: Mecânica – 7ª Edição, Edusp, 2012.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: QUÍMICA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 1º	
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -



Objetivo Geral:

Reconhecer, compreender e aplicar conceitos de química relacionados à matéria, quanto à sua composição bem como proporcionar conhecimentos teóricos e práticos de química orgânica para construir conhecimentos básicos e gerais necessários a uma boa compreensão da química aplicada aos alimentos.

Ementa:

Atomística. Tabela Periódica. Ligações Químicas. Funções Inorgânicas. Química do carbono. Funções orgânicas.

Referências básicas:

CANTO, Eduardo Leite e PERUZZO, Tito Miragaia. **Química: na abordagem do cotidiano**. 4.ed., São Paulo: Moderna, 2012.

FELTRE, Ricardo. **Química: Química Geral**. 6.ed., São Paulo: Moderna, 2004.

REIS, Martha. **Química 3**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2014.

Referências complementares:

CANTO, Eduardo Leite e PERUZZO, Tito Miragaia. **Coleção base química**. São Paulo: Moderna, 2006.

NÓBREGA, Olímpio; SILVA, Eduardo; e SILVA, Ruth. **Química**. São Paulo: Ática, 2007.

CRUZ, Roque. **Experimentos de química: microescala, materiais de baixo custo e do cotidiano**. 1.ed, São Paulo: Livraria da Física, 2004.

FELTRE, Ricardo. **Química: Química Orgânica**. 6.ed., São Paulo: Moderna, 2004.

RUBINGER, M. M. Magalhães. **Ação e reação: ideias para aulas especiais de Química**. 1.ed, Belo Horizonte: RHJ, 2012.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: GEOGRAFIA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 1º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:



Compreender a transformação dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder. Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social. Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

Ementa:

Conceitos da Geografia. Evolução do pensamento geográfico. Regionalização do espaço. Coordenadas geográficas. Representações cartográficas. As eras geológicas. A tectônica de placas. A teoria da deriva dos continentes. Os agentes formadores e modeladores do relevo terrestre. O ciclo das Rochas e suas classificações. Solos: origens, classificação e uso. Águas: oceânicas e continentais e sua utilização socioeconômica. Paisagens climatobotânicas. Questões ambientais contemporâneas. Organização do espaço nas diferentes formas de organização social: capitalismo, socialismo, sociedades sem classes. A nova ordem mundial e a globalização. Conceitos demográficos. Migrações. Indústria e comércio. Comunicações e transportes. Fontes de Energia.

Agricultura e Pecuária. O consumo e seus impactos ambientais urbanos. Poluição.

Referências básicas:

MAGNOLI D. e ARAUJO, R. **Geografia: paisagem e território.** São Paulo: Editora Moderna, 2001.

MÉDICI, Miriam de C. e ALMEIDA, Miriam L. **Geografia: ensino médio.** São Paulo: Nova Geração, 2005.

MENDES, Ivan L e ONNIG, James. **Geografia geral e do Brasil.** São Paulo: FTD, 2006.

Referências complementares:

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: BIOLOGIA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 1º	
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		

Compreender e relacionar a vida e seus fenômenos influenciado por um pensamento historicamente construído, correspondente à concepção de ciência de cada época, no qual as informações e os conhecimentos obtidos se transformem em instrumentos de compreensão, interpretação das mudanças e previsão da realidade.

Ementa:

Bioquímica celular. Teorias sobre a origem da vida. Citologia: envoltórios celulares, organelas citoplasmáticas, núcleo celular e síntese proteica. Metabolismo energético da célula. Divisão celular. Reprodução e embriologia. Histologia animal e vegetal. Anatomia e fisiologia animal comparada..

Referências básicas:

AMABIS e MARTHO. **Biologia das células**. 3 volumes, São Paulo: Moderna, 2003.

LOPES, Sônia. **Biologia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA JÚNIOR, César de; SEZAR, Sasson; CALDINI JÚNIOR, Nelson. **Biologia 1**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Referências complementares:

LINHARES, Sérgio e GEWANDSZNADJER, Fernando. **Biologia hoje**. São Paulo: Ática, 2002.

PAULINO, W. R. **Biologia atual**. São Paulo: Ática, 2003.

SOARES, J.L. **Fundamentos de biologia**. São Paulo: Scipione, 2003.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: FILOSOFIA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 1º

CH Total: 40 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Auxiliar o estudante em seu primeiro contato com os fundamentos da reflexão filosófica. Neste primeiro ano, o objetivo geral será não só o reconhecimento de uma atitude filosófica nos primeiros filósofos, mas o desenvolvimento no aluno desta característica, que é típica dos filósofos originários. Por fim, destacar-se-á a possibilidade de uma reflexão filosófica fundante em tornos da segurança do trabalho.

Ementa:

Introdução à filosofia: conceito. Significado da palavra. Mito e Filosofia: distinções e semelhanças. Filosofia da Antiguidade. História da filosofia: principais autores e seus pensamentos. Contextualização: análise de alguns textos filosóficos. Razão e verdade. Filosofia e educação para a diversidade de sujeitos e suas formas de pensamento. Introdução e possibilidades de uma Filosofia da Alimentação; O alimentar como ato universal; O homem e suas relações com o alimento: Pobreza, Angústia e Morte.

Referências básicas:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2010

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia, dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar. 5.ed., 2008.

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro. **Um outro olhar**. São Paulo: FTD, 1995.

Referências complementares:

ARONDEL-ROHAUT, Madeleine. **Exercícios filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BOFF, Leonardo. **O despertar da águia: o diabólico e o simbólico na construção da realidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CHALITA, Gabriel. **Vivendo a filosofia**. 1a ed. São Paulo:Ática, 2011.

KOHAN, Walter O. (Org.). **Filosofia: caminhos para seu ensino**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

WEATE, Jeremy. **Filosofia para Jovens**. —Penso, logo existoll. São Paulo: Callis, 2006.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: SOCIOLOGIA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 1º

CH Total: 40 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Compreender a sociedade enquanto construção social, historicamente constituída, a partir das contribuições do pensamento sociológico, sua gênese e transformação como um processo aberto, dialético e dialógico.

Ementa:

Introdução ao estudo da sociedade humana por meio das Ciências Sociais. Bases sociológicas do pensamento e conhecimento das Ciências Sociais na evolução histórica. Organização social e objeto da Sociologia: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. A Teoria Social no Brasil e a Formação da Nação Brasileira. A convivência humana. Processos sociais. Comunidade, cidadania, minorias e questões ambientais. Socialização e controle social. Os agrupamentos sociais. A sociologia da juventude. A base econômica da sociedade: Instrumentos de produção. As forças produtivas (urbana e rural). Relações de produção e modos de produção. Estratificação e mobilidade social. Mudança social: Conceito. Ritmo das Mudanças sociais. Causas das mudanças. Fatores contrários e favoráveis às mudanças. As políticas de inclusão das pessoas com necessidade específica. Preconceito nas relações de gênero.

Referências básicas:

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de e COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia: o conhecimento humano para jovens do ensino profissionalizante.** Rio de Janeiro: Catedral das Letras, 2005.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia:** ensino médio. São Paulo: Ática, 2004.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à sociologia.** São Paulo: Atual, 2000.

Referências complementares:

GILDENS, Anthony. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

COSTA, Cristina. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2006.

VILA-NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Atlas, 2008.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: ARTE

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM **Ano:** 1º

CH Total: 80 horas/aula **CH Teórica:** - **CH Prática:** -

Objetivo Geral:

Oferecer conhecimento em Arte e desenvolver as habilidades e capacidades artísticas dos alunos, de maneira que se tornem cidadãos mais críticos e atuantes na sociedade e sujeitos com maior conhecimento de si, do outro e de seu entorno.

Ementa:



Iniciação à leitura de imagens, música e representação. Arte na Pré-História: pintura (técnicas e suportes), escultura, arquitetura, música primitiva. Arte Egípcia: pintura, escultura, arquitetura, música. Arte GrecoRomana: pintura, escultura, arquitetura, música, artes cênicas. Arte Cristã e Bizantina: pintura, escultura, arquitetura, música. Idade Média: pintura, escultura, arquitetura, música, elementos da perspectiva. Arte Renascentista. Arte no Brasil: a cultura dos negros e a sua influência no Brasil — música, artesanato e culinária afro-brasileiros; a cultura dos índios e a sua influência no Brasil — pintura (grafismo corporal), escultura (cerâmica), artesanato (trançados e tecelagem), culinária, música e dança. Modernismo Brasileiro: Semana de Arte Moderna e seus desdobramentos.

Referências básicas:

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual**. Trad. De Ivonne Terezinha de Faria. São Paulo: Edusp, Pioneira, 1980.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 2007.

FREDA, PERLA. **Arte em interação**. Perla Freda, Tatiane Cristina Gusmão, Hugo Luis Babosa Bozzano. – 1. ed. – São Paulo: IBEP, 2013.

Referências complementares:

BARRAUD, H. **Para compreender as músicas de hoje**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1975.

CAMPOS, Haroldo. **A arte no horizonte do provável**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

HANSLICK, Eduard. **Do belo musical**. Trad. De Nicolino Simone Neto. Campinas: Unicamp, 1989.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOLES, Abraham. **Teoria da informação e percepção estética**. Trad. De Helena Parente Cunha. Brasília: UNB, 1978.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 1º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: 40 horas/aula

CH Prática: 40 horas/aula

Objetivo Geral:

Desenvolver estudos em Educação Física para o desenvolvimento da corporeidade e de técnicas para o desenvolvimento de habilidades específicas.

Ementa:

Iniciação às modalidades esportivas (história, noções de regras e fundamentos básicos). Vivência dos diferentes tipos de prática da cultura corporal. Conhecimento básico sobre antropometria, cinesiologia, anatomia e fisiologia. Atendimento de emergência. Ética, Saúde e Orientação Sexual. Jogos de Tabuleiros. Pequenos e grandes jogos. Atividades lúdicas e recreativas.

Referências básicas:

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN Ensino Médio**.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física na adolescência: construindo o conhecimento na escola**. São Paulo: Phorte, 2013.

Referências complementares:

DARIDO, S. C. **Educação Física Escolar: compartilhando experiências**. São Paulo: Phorte Editora, 2011.

JUNIOR, D. D. R. **Modalidades esportivas coletivas**. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2006.

GRECO, P. J. & BENDA, R. N. (orgs.). **Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**. Londrina: Midiograf, 2013.

WEINECK, J. **Treinamento Ideal: instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico, incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil**. São Paulo: Manole, 2003.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: INGLÊS

Núcleo: DIVERSIFICADA

Ano: 1º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Promover a autonomia intelectual e a ampliação da capacidade de comunicação, compreensão e aplicação da Língua Inglesa no mundo multilíngue e multicultural contemporâneo, buscando aprimorar a formação pessoal, acadêmica e profissional do aluno-aprendiz.

Ementa:



Leitura, compreensão e interpretação de enunciados pertinentes à área do curso, dentro da visão instrumental do uso da língua inglesa. Vocabulário e estrutura da língua inglesa. Interpretação e produção de textos em língua inglesa. Níveis de compreensão geral de leitura, suas estratégias e aspectos léxico-gramaticais. Reading Comprehension texts. Vocabulary expansion (everyday expressions and vocabulary, idiomatic expressions, technical, phrasal verbs, prepositions, adjectives, vocabulary). Reading strategies: skimming, scanning, prediction. Cognate and false cognate. Simple present tense of to be. Definite and indefinite articles. Interrogative pronouns /Wh-questions (who, what, where, why, when, which). Personal pronouns. Possessive adjectives. Possessive pronouns. Present continuous. Simple present tense. Adverbs of frequency. Simple past tense: regular and irregular verbs. Simple Past continuous.

Referências básicas:

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use: Elementary, Pre-intermediate.** 17th ed. United Kingdom: Cambridge University Press, 2005.

RICHARDS, Jack C. & RENANDYA, Willy A. **Methodology in Language Teaching: An Anthology of Current Practice.** Cambridge. Cambridge University Press, 2008.

RICHARDS, Jack C. **Curriculum Development in Language Teaching.** Cambridge. Cambridge University Press, 2009.

Referências complementares:

ALMEIDA, Rubens Queiroz de. **As palavras mais comuns de língua inglesa.** São Paulo: Novatec, 2003.

SOUZA, Adriana Grade Fiori e ABSY. **Conceição. Leitura em língua inglesa.** [S. l.]: Disal, 2005. SCIELO. Food Science and Technology. Versão On-line ISSN 1678-457X – Campinas. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciserial&pid=0101-2061&rep=&lng=pt>>. Acesso em: 26/08/2015.

STEEL, Miranda (ed). **Oxford Wordpower Dictionary.** New York: Oxford University Press. 2002.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa.** São Paulo: Saraiva, 2007

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Estatística aplicada à Segurança do Trabalho

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 1º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: 40 horas/aula

CH Prática: 40 horas/aula

Objetivo Geral:

Desenvolver condições de organizar e descrever conjuntos de dados estatísticos voltados para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a prevenção de acidentes.

Ementa:

Noções de operações básicas, regra de três e porcentagem. Noções de estatística; Estatística básica.

Referências básicas:

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Denis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística aplicada à administração e economia**. 6^a.ed. São Paulo: Thompson Learning, 2014.

BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**. 8^a.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 19^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências complementares:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contextos e aplicações**. São Paulo: Ática, 2013.

MAGALHÃES, Marcos N.; LIMA, Antonio C. P. **Noções de probabilidade e estatística**. 6^a.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. 12^a ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4^a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

OLIVEIRA, Francisco Estevam Martins de. **Estatística e Probabilidade**. 3^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Informática Básica

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 1^o

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: 40 horas/aula

CH Prática: 40 horas/aula

Objetivo Geral:

Propiciar conhecimentos básicos sobre os computadores digitais e de como utilizar e efetuar configurações simples do sistema operacional, usufruir de recursos de internet, operar softwares aplicativos e proprietários.

Ementa:

Noções de hardware e software. Sistema Operacional. Softwares utilitários. Softwares de escritório. Internet.



Referências básicas:

SILVA, M.G. **Informática - Terminologia - Microsoft Windows 8 - Internet - Segurança - Microsoft Word 2013 - Microsoft Excel 2013 - Microsoft PowerPoint 2013 - Microsoft Access 2013**. São Paulo: Ed. Érica, 2013.

TORRES, Gabriel. **Redes de Computadores: curso completo**. Rio de Janeiro: Axcel Books. 2004.

VELLOSO, F.G. **Informática: Conceitos Básicos**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2017.

Referências complementares:

ALVES, William Pereira. **Informática – Microsoft Office Word 2010 e Microsoft Excel – Avançado**. São Paulo: Érica, 2012.

AQUILA, Robson; COSTA, Renato da. **Informática Básica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

CAPRON, H.I; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8ª ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.

LAPPONI, L. C. **Estatística Usando o Excel**. 4ª ed. São Paulo: Campos, 2005.
RAINER JR, R. K.; CEGIELSKY, C. G. **Introdução a Sistemas de Informação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TANENBAUM, Andrew S. **Organização Estruturada de Computadores**. 5ª ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Segurança do Trabalho

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 1º

CH Total: 160 horas/aula

CH Teórica: 140 horas/aula

CH Prática: 20 horas/aula

Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos conhecimentos sobre os conceitos básicos da segurança de trabalho e as medidas preventivas utilizadas no ambiente laboral para a prevenção dos acidentes e doenças do trabalho.

Ementa:

Histórico da Segurança do Trabalho; Noções fundamentais sobre segurança do trabalho; Acidentes e doenças ocupacionais: conceitos, causas, fatores, custos, aspectos sociais e econômicos; estudo das estatísticas de acidentes do trabalho; Preenchimento da Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT; Serviço especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho SESMT (NR 04); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR 05) e Mapa de risco; Equipamento de proteção individual – EPI (NR 06); Segurança e conforto nas edificações (NR 08); Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho



(NR 24); Condições e meio ambiente de trabalho na Indústria da construção (NR 18); Trabalho a céu aberto (NR 21); Inspeções de higiene e segurança em ambientes laborais; Apresentação do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT; Preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP.

Referências básicas:

BARSANO, Paulo Roberto. Segurança do Trabalho Para Concurso Público. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FARIAS, Thélío Queiroz. Acidente do trabalho. Leme, SP: Anhanguera, 2011.

GONÇALVES, Danielle Carvalho, GONÇALVES, Isabelle Carvalho. GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6a Edição. São Paulo: LTr Editora, 2015.

Referências complementares:

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. 4 ed. São Paulo: Método, 2017.

MANUAL DE LEGISLAÇÃO ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 78ª Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2017.

GONÇALVES, José Alberto de Abreu. **Perícias Médicas Previdenciárias, Doenças Ocupacionais e Acidentes do Trabalho**. Ed. Ltr, 2016.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. . **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 8a Edição. São Paulo: Saraiva, 2016

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. (Org.). **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2017.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 1º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: 70 horas/aula

CH Prática: 10 horas/aula

Objetivo Geral:

Propiciar a adequada assimilação de conhecimentos jurídicos específicos de Segurança e Saúde no Trabalho e necessários para o desenvolvimento de habilidades e capacidade crítica em relação à ciência do Direito.

Ementa:

Conceitos básicos de legislação (lei, decreto, portaria) e a hierarquia das leis; Convenções e recomendações da Organização Internacional Do Trabalho (OIT); Direito Constitucional; CLT; Direito previdenciário. Definição das atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho. Aspectos jurídicos das Normas Regulamentadoras 01, 02, 03 e 28. Instruções e ordens de serviços.

Referências básicas:

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. 4ª edição. São Paulo: Método, 2017.

GONÇALVES, Danielle Carvalho, GONÇALVES, Isabelle Carvalho. GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6ª edição. São Paulo: LTr Editora, 2015.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador**. 6ª edição. São Paulo. LTr Editora. 2011.

Referências complementares:

BARSANO, Paulo Roberto. **Segurança do Trabalho Para Concurso Público**. 3ª edição São Paulo: Saraiva, 2015.

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Aplicada À Segurança do Trabalho - Série Eixos**. São Paulo: Editora Érica, 2014.

BRANDIMILLER, Primo A. **Perícia Judicial em Acidentes e Doenças do Trabalho**. 1ª Edição. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e saúde do trabalhador**. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2013.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 7ª ed. São Paulo: LTr, 2013.

SEGUNDO ANO

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 2º	
CH Total: 120 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Aprimorar o uso da linguagem, nas suas formas oral e escrita, bem como ampliar o conhecimento sobre literatura brasileira.		
Ementa:		

Classes de Palavras (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Coesão e coerência do texto. Sintaxe de argumentação. Orações Coordenadas. Estrutura da narrativa — crônica e conto. Leitura, compreensão e interpretação textual. Redação Técnica II — artigo de opinião e redação oficial. Romantismo — prosa e poesia. Realismo e Naturalismo. Parnasianismo. O indígena na Literatura. Simbolismo.

Referências básicas:

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2009.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

Ser protagonista: Língua Portuguesa, 2º ano: ensino médio/obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por edições SM; editor responsável Rogério de Araújo Ramos. 2. ed. São Paulo: Edições Sm, 2013.

Referências complementares:

MOURA, Faraco; JR, Maruxo. **Língua Portuguesa: linguagem e interação**. 2. ed. São Paulo: Atica, 2013.

BELTRÃO, O. e BELTRÃO, M. **Correspondência: linguagem & comunicação oficial, comercial, bancária, particular**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. Brasília, 2002.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: MATEMÁTICA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 2º

CH Total: 120 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Construir conhecimentos matemáticos no campo da trigonometria, estatística e geometria.

Ementa:



GEOMETRIA PLANA: ângulos (somadas internas e externas), congruência e semelhança, propriedades das figuras, inscrição e circunscrição, áreas e medidas de superfície. TRIGONOMETRIA: trigonometria no triângulo retângulo e no triângulo qualquer. Arcos e ângulos, unidade de medida de arcos. Circunferência trigonométrica. Arcos congruos. Seno. Cosseno. Tangente. Valores notáveis. Relações fundamentais. Identidades. Equações. Transformações. Funções. Problemas de aplicação. MATRIZES: definição. Representação Genérica. Matriz Quadrada. Matriz Triangular. Matriz Diagonal. Matriz Identidade. Matriz Nula. Igualdade. Operações entre matrizes. Matriz transposta. Matriz inversa. Equações matriciais. Problemas de aplicação. DETERMINANTES: Determinante de uma matriz quadrada de ordem 1, 2, 3, n. propriedades. Regra de Chió. Teorema de Laplace, problemas de aplicação. SISTEMAS LINEARES: Equações lineares. Sistemas de equações lineares. Sistemas Lineares 2 x 2. Sistemas lineares 3 X 3. Escalonamento. Sistemas lineares equivalentes. Discussão. Sistemas lineares homogêneos. Regra de Cramer. Problemas de aplicação. ANÁLISE COMBINATÓRIA: Princípio fundamental da contagem. Permutações simples. Fatorial. Arranjo simples. Combinação simples. Permutações. Binômio de Newton. O triângulo de Pascal. PROBABILIDADE: Definição. Espaço amostral. Eventos. Cálculo de probabilidade. Método binomial. Regras da soma e produto. Probabilidade condicional. Problemas.

Referências básicas:

DANTE, L. R. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2014.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; DEGENSZAJN, D.; e PÉRIGO, R. **Matemática**. São Paulo: Atual, 2002.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. São Paulo: Ática. 1993.

Referências complementares:

IEZZI, Gelson et al. **Fundamentos de matemática elementar**. São Paulo: Atual. 1993.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: FÍSICA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 2º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Compreender as leis gerais da Física, relacionando e aplicando os conhecimentos e competências no que se refere à física.

Ementa:

Gravitação. Fluidomecânica. Calorimetria e Termodinâmica. Ondulatória.

Referências básicas:

ALVARENGA, Beatriz. MAXIMO, Antonio. **Curso de Física**. Vol. III. São Paulo: Scipione, 2006.

BONJORNO, Clinton; BONJORNO, Regina F.S. Azenha; RAMOS, Clinton. **Física - História & Cotidiano 3** - Edit. FTD, 2006.

RAMALHO, Francisco et al. **Os Fundamentos da Física 3: Mecânica** – Ed. Moderna, 9a Edição, 2010.

Referências complementares:

CALCADA, Caio Sergio. **Física Clássica Cinemática**. São Paulo: Atual, 2010.

CASTRO, Maria Paula T e Castro Burratini. **Energia Uma Abordagem Multidisciplinar**. 1a Edição, Editora Livraria da Física, 2008.

GREEF – Grupo de Re-elaboração do Ensino de Física. **Física 1: Mecânica** – 7a Edição, Edusp, 2012.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: QUÍMICA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM		Ano: 2º
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Compreender quantitativamente e qualitativamente o comportamento das reações químicas bem como proporcionar conhecimentos teóricos e práticos de química orgânica para construir conhecimentos básicos e gerais necessários a uma boa compreensão da química aplica aos alimentos.		
Ementa:		
Ácidos e bases para química orgânica. Isomeria. Reações Químicas. Estequiometria. Soluções. Propriedades coligativas. Estudos dos gases.		
Referências básicas:		
CANTO, Eduardo Leite e PERUZZO, Tito Miragaia. Química: na abordagem do cotidiano . 4.ed., São Paulo: Moderna, 2012.		
FELTRE, Ricardo. Química: Físico-Química . 6.ed., São Paulo: Moderna, 2004.		
FELTRE, Ricardo. Química: Química Orgânica . 6.ed., São Paulo: Moderna, 2004.		
Referências complementares:		
CANTO, Eduardo Leite e PERUZZO, Tito Miragaia. Coleção base química . São Paulo: Moderna, 2006.		
CRUZ, Roque. Experimentos de química: microescala, materiais de baixo custo e do cotidiano . 1.ed, São Paulo: Livraria da Física, 2004.		
NÓBREGA, Olímpio; SILVA, Eduardo; e SILVA, Ruth. Química . São Paulo: Ática, 2007.		

REIS, Martha. **Química 3**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2014.

RUBINGER, M. M. Magalhães. **Ação e reação: ideias para aulas especiais de Química**. 1.ed, Belo Horizonte: RHJ, 2012.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: GEOGRAFIA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM		Ano: 2º
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Compreender a transformação dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder. Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social; Estudar a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço, em diferentes contextos históricos, econômicos e geográficos.		
Ementa:		
A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO. A chegada dos portugueses e espanhóis. O processo de ocupação do interior do país: As Bandeiras. O Brasil e seus contornos atuais: ciclos econômicos. Formação, organização e evolução do espaço geoeconômico brasileiro. A integração do Brasil no espaço globalizado. Desenvolvimento econômico, pobreza e desigualdades sociais no Brasil. A Amazônia no contexto nacional e global. Aspectos físicos do Brasil: clima, relevo, vegetação e hidrografia. O ESPAÇO DA PRODUÇÃO E DA CIRCULAÇÃO NO BRASIL: A indústria brasileira. A agricultura e a pecuária brasileira. Comércio e Comunicações no Brasil. Recursos Minerais na Amazônia brasileira. Fontes de energia no Brasil. Transportes. A DINÂMICA POPULACIONAL: crescimento, perfil e distribuição geográfica. Estrutura etária da população brasileira. População economicamente ativa. Migrações intra-regionais e inter-regionais no Brasil. As condições de vida da população brasileira. MEIO AMBIENTE NO BRASIL: origem e evolução do conceito de sustentabilidade. A degradação ambiental na Amazônia brasileira. A questão das águas no Brasil. Problemas Ambientais Urbanos. Destruição dos ambientes litorâneos.		
Referências básicas:		
MENDES, Ivan L e ONNIG, James. Geografia geral e do Brasil . São Paulo: FTD, 2006.		
SENE, Eustáquio de. Geografia: espaço geográfico e globalizado – geografia geral e do Brasil . São Paulo: Scipione, 2003.		
VESENTINI, José William. Brasil: sociedade e espaço . São Paulo: Ática, 2004.		
Referências complementares:		



MÉDICI, Miriam de C. e ALMEIDA, Miriam L. **Geografia: ensino médio.** São Paulo: Nova Geração, 2005.

NOGUEIRA, Ricardo. **Amazonas: a divisão da monstruosidade geográfica.** São Paulo: USP, 2002. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: HISTÓRIA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 2º	
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Compreender a teoria da evolução e diferenciá-la do criacionismo baseado na tradição judaico-cristã. Analisar a formação das primeiras civilizações e o seu posterior desenvolvimento político, social econômico e cultural. Compreender a formação e o desenvolvimento das sociedades grega e romana. Reconhecer na formação do feudalismo, os elementos da cultura germânica e romana. Conhecer características do reino africano de Sahel e as mudanças que o Islamismo trouxe à região. Conhecer o processo de transição da Idade Média para a Moderna com suas rupturas e continuidades trazidas pelo Renascimento. Relacionar as transformações no início da Idade Moderna – o desenvolvimento cultural e científico e a expansão marítima – ao descobrimento da América.		
Ementa:		
Conceitos e teorias da História. Noções de tempo. Cultura material e imaterial. O desenvolvimento tecnológico. A Revolução Agrícola. Modo de produção servil: Egito e Mesopotâmia. Modo de produção escravista: Grécia e Roma. Cidadania e democracia na Antiguidade. A transição do escravismo para o modo de produção feudal e a transformação nas relações sociais. A mentalidade do homem feudal em comparação à antiguidade clássica. A terra como instrumento de poder. A crise do modo de produção feudal. A Revolução Urbana e a sociedade de classes. A transição para o mercantilismo moderno. A Conquista da América. Aspectos históricos dos grupos indígenas. Conflitos entre Europeus e Indígenas na América Colonial. Escravidão e formas de resistência indígena e africana na América. A identidade afro-brasileira. Consciência política e histórica da diversidade. A luta política dos povos indígenas no Brasil. História da criação das áreas indígenas; características culturais, socioeconômicas e históricas das etnias nas áreas indígenas em Rondônia. A participação do indígena na economia local e nacional.		
Referências básicas:		
ALVES, Alexandre. Letícia Fagundes de Oliveira. Conexões com a História. Das origens do homem à conquista do Novo Mundo. Vol. 01 – São Paulo: Ed. Moderna,		



2013.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História em movimento**. Dos primeiros humanos ao Estado Moderno. Vol. 01 – São Paulo: Ed. Ática, 2013.

Referências complementares:

AZEVEDO, Gislaine Campos. Reinaldo Seriacopi. **História em movimento**. Dos primeiros humanos ao Estado Moderno. Vol. 01 – São Paulo: Ed. Ática, 2012.

COTRIM, Gilberto. **História para o Ensino Médio** – Geral e do Brasil – Volume 01 – 1ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

BRAICK, Patrícia Ramos, Myryam Becho Mota. **História das cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Moderna, 1ª Ed., 2008.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Antiguidade clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: BIOLOGIA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 2º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Construir conhecimentos da biologia para, em situações-problema, interpretar, avaliar e planejar intervenções científico-tecnológicas. Compreender que o conhecimento deve ser utilizado para gerar transformações no meio em que vive. Definir os conceitos do cotidiano, à luz das ciências, que os alunos trazem para a escola, os que começam a aprender a aqueles úteis para a compreensão do mundo, fazendo, assim, despertar o espírito crítico do estudante.

Ementa:

Fundamentos da genética: Primeira e Segunda Leis de Mendel; grupos sanguíneos; pleiotropia e interação gênica; biotecnologia. Fundamentos da Evolução. Sistemática e classificação biológica. Os seres vivos: estudo dos cinco reinos e vírus. Fundamentos da Ecologia.

Referências básicas:

SILVA JÚNIOR, César de; SEZAR, Sasson; CALDINI JÚNIOR, Nelson. **Biologia v. 2**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

AMABIS e MARTHO. **Biologia das células**. 3 volumes, São Paulo: Moderna, 2003.

LINHARES, Sérgio e GEWANDSZNADJER, Fernando. **Biologia hoje**. São Paulo: Ática, 2002.

LOPES, Sônia. **Biologia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Referências complementares:

PAULINO, W. R. **Biologia atual**. São Paulo: Ática, 2003.

SOARES, J.L. **Fundamentos de biologia**. São Paulo: Scipione, 2003.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: FILOSOFIA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 2º	
CH Total: 40 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Estimular o aluno a relacionar filósofos e escolas filosóficas. O amadurecimento das aproximações e dos distanciamentos da relação entre Fé e Razão faz-se fundamental, além do contato com a história da constituição do saber e, mais especificamente, do saber científico, o que nos remete à realidade e função dos Institutos Federais do Brasil. Também se faz presente uma discussão em torno da relação entre a percepção do próprio corpo, corporeidade e sua relação com os segurança do trabalho.		
Ementa:		
Filosofia da Idade Média. Principais escolas filosóficas. Ética e moral: conceitos morais e éticos, num mundo globalizado. Teoria do conhecimento. Formas de conhecimento. Lógica filosófica. Novo conceito de natureza e responsabilidade. Conceitos de raça, etnia, mestiçagem, racismo. Preconceito e discriminação. Pensar o corpo e sua conexão com os alimentos.		
Referências básicas:		
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia . São Paulo: Moderna, 2009.		
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2010		
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia, dos Pré-Socráticos a Wittgenstein . Rio de Janeiro: Zahar. 5.ed., 2008.		
SOUZA, Sonia Maria Ribeiro. Um outro olhar . São Paulo: FTD, 1995.		
Referências complementares:		
ARONDEL-ROHAUT, Madeleine. Exercícios filosóficos . São Paulo: Martins Fontes, 2007.		

BOFF, Leonardo. **O despertar da águia: o diabólico e o simbólico na construção da realidade.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CHALITA, Gabriel. **Vivendo a filosofia.** 1a ed. São Paulo:Ática, 2011

KOHAN, Walter O. (Org.). **Filosofia: caminhos para seu ensino.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

WEATE, Jeremy. **Filosofia para Jovens.** Penso, logo existoll. São Paulo: Callis, 2006.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: SOCIOLOGIA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 2º	
CH Total: 40 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Compreender a sociedade enquanto construção social, historicamente constituída, a partir das contribuições do pensamento sociológico, sua gênese e transformação como um processo aberto, dialético e dialógico.		
Ementa:		
Cultura e Ideologia: a cultura popular versus a cultura erudita. Cultura e sociedade: O papel da educação na transmissão da cultura. Identidade cultural. Componentes da cultura. A indústria cultural. Ideologia e classe social. Instituições sociais: a família; a Religião. A questão do trabalho no Brasil: o trabalho e os indígenas no Brasil. A mão-de-obra escrava no Brasil. A emergência e o desenvolvimento do trabalho livre no Brasil. A situação dos trabalhadores no Brasil após 1930. O subdesenvolvimento. Crescimento econômico e desenvolvimento. Trabalho e vida econômica: tendências do sistema ocupacional. A divisão do trabalho e a dependência econômica. A transformação do trabalho. As mulheres e o trabalho. Trabalho e alienação. A insegurança no emprego. Desemprego. Mundo do trabalho, reestruturação produtiva e ensino técnico profissionalizante. A mídia e as comunicações de massa. A nova tecnologia das comunicações. A globalização e a mídia. A mídia e as comunicações de massa: os jornais e a televisão. A nova tecnologia das comunicações.		
Referências básicas:		
OLIVEIRA, Luiz Fernandes de e COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. Sociologia: o conhecimento humano para jovens do ensino profissionalizante. Rio de Janeiro: Catedral das Letras, 2005.		
OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. Introdução à sociologia: ensino médio. São Paulo: Ática, 2004.		

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

Referências complementares:

GILDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

VILA-NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2008.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 2º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Desenvolver estudos em Educação Física para o desenvolvimento da corporeidade e de técnicas para a aplicação de habilidades específicas.

Ementa:

Conhecimento tático, técnico, sistemas defensivos e sistemas ofensivos das modalidades coletivas. Vivência dos diferentes tipos de prática da cultura corporal. Noções de metabolismo e nutrição. Lesões mais comuns no esporte. Saúde e qualidade de vida (ginástica laboral, ergonomia e desvios posturais). Meio ambiente e pluralidade cultural. Atividade física, saúde e bem-estar. Jogos de tabuleiros. Pequenos e grandes jogos. Atividades lúdicas e recreativas.

Referências básicas:

DARIDO, S. C. **Educação Física Escolar: compartilhando experiências**. São Paulo: Phorte Editora, 2011.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física na adolescência: construindo o conhecimento na escola**. São Paulo: Phorte, 2013.

Referências complementares:

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN Ensino Médio**.

JUNIOR, D. D. R. **Modalidades esportivas coletivas**. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2006.

GRECO, P. J. & BENDA, R. N. (orgs.). **Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**. Londrina: Midiograf,

2013.

WEINECK, J. **Treinamento Ideal**: instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico, incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil. São Paulo: Manole, 2003.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: INGLÊS		
Núcleo: DIVERSIFICADA	Ano: 2º	
CH Total: 40 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Promover a autonomia intelectual e a ampliação da capacidade de comunicação, compreensão e aplicação da Língua Inglesa no mundo multilíngue e multicultural contemporâneo, buscando aprimorar a formação pessoal, acadêmica e profissional do aluno-aprendiz.		
Ementa:		
Leitura, compreensão e interpretação de enunciados pertinentes à área do curso, dentro da visão instrumental do uso da língua inglesa. Vocabulary expansion (everyday expressions and vocabulary, idiomatic expressions, phrasal verbs, prepositions, adjectives, technical vocabulary). Object pronouns. Reflexive pronouns. Future tense (going to). Future tense (will). Used to. Modal verbs (can/could, may/ might, should/shouldn't, must/mustn't). Have to. Conditional sentences. Present perfect tense.		
Referências básicas:		
MURPHY, Raymond. Essential Grammar in Use: Elementary, Pre-intermediate . 17th ed. United Kingdom: Cambridge University Press, 2005.		
RICHARDS, Jack C. & RENANDYA, Willy A. Methodology in Language Teaching: An Anthology of Current Practice . Cambridge. Cambridge University Press, 2008.		
RICHARDS, Jack C. Curriculum Development in Language Teaching . Cambridge. Cambridge University Press, 2009.		
Referências complementares:		
ALMEIDA, Rubens Queiroz de. As palavras mais comuns de língua inglesa . São Paulo: Novatec, 2003.		
SOUZA, Adriana Grade Fiori e ABSY, Conceição. Leitura em língua inglesa . [S. l.]: Disal, 2005. SCIELO. Food Science and Technology. Versão On-line ISSN 1678-457X – Campinas Disponível: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciserial&pid=0101-2061&rep=&lng=pt >. Acesso em: 26/08/2015.		

NEPA, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação. Revista Eletrônica da Unicamp em Segurança e Nutricional ISSN 2316-297X. Disponível: <http://www.unicamp.br/nepa/san.php>. Acesso em: 26/11/2015.

STEEL, Miranda (ed). **Oxford Wordpower Dictionary**. New York: Oxford University Press. 2002.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa**. São Paulo: Saraiva, 2007.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: ESPANHOL		
Núcleo: DIVERSIFICADA	Ano: 2º	
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Desenvolver a leitura, a compreensão auditiva, a fala e a produção escrita aplicando o conteúdo gramatical, léxico e cultural aprendido na prática (das relações sociais e profissionais), em língua espanhola.		
Ementa:		
Castellano o español. Alfabeto: letras y sonidos. Países y nacionalidades. Los artículos determinados e indeterminados. Las preposiciones. Pronombres personales y de tratamiento. Pronombres interrogativos. Pronombres demostrativos. Pronombres relativos. Pronombres posesivos. Presentación formal/informal. La familia. Contracciones y combinaciones. Lugares y medios de transporte. Numerales cardinales. Numerales ordinales. Artículo neutro —lo/l. Colores. Los meses del año. Las estaciones del año. Los días de la semana. Las horas. El sustantivo: género y número. Adverbios y expresiones adverbiales. Vocabulario de la casa, la sala de clase y la calle. Verbos regulares e irregulares em presente. Heterosemánticos. Heterogénicos. Heterotónicos. Carreras y profesiones. Verbo gustar. Vocabulario de las comidas y bebidas. Adjetivo: género y número. Los siglos de puntuación. Reglas de eufonía. Vocabulario del vestuario. Vocabulario del cuerpo humano. Pronombres indefinidos. Apócopes. El uso de muy y mucho. Vocabulario de los deportes. Componentes culturales de España y de los países hispánicos: las manifestaciones culturales en todas sus formas (la comida, las danzas, las fiestas populares, los puntos turísticos, las luchas de clases, la agricultura, las costumbres, la música, la literatura, las actividades de ocio, etc).		
Referências básicas:		
MILANI, Esther Maria. Listo: español a través de textos . Santillana. São Paulo: Moderna, 2005.		
COIMBRA, Ludmila. Cercanía joven: espanhol, 1º ano: ensino médio . São Paulo. Editora SM, 2013.		

BOM, Francisco Matte. **Gramática comunicativa del español.** v. 1 e 2. Madri, Edelsa, 1995.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de Espanhol para brasileiros.** São Paulo. Editora Saraiva, 2003.

Referências complementares:

LLORACH, Emílio Alorcós. **Gramática de La Lengua Española.** Espasa Calpe: Madrid, 1995.

LLUCH ANDRÉS, Antoni et al. **Materiales Didácticos para la Enseñanza de Español.** Brasília, DF: Educación, 2008.

MANUAIS PRÁTICOS: Gramática da Língua Espanhola. São Paulo: Escala Educacional, 2004.

DICIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. São Paulo: Larousse, 1997.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Higiene e Saúde Ocupacional

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 2º

CH Total: 200 horas/aula

CH Teórica: 180 horas/aula

CH Prática: 20 horas/aula

Objetivo Geral:

Propiciar a formação de profissionais que atuem na análise dos ambientes de trabalho identificando os riscos ambientais que em condições insalubre podem ocasionar acidentes e doenças ocupacionais e o trabalho em condições perigosas.

Ementa:

Conceitos fundamentais e evolução histórica dos riscos ambientais; Parâmetro de medição; Critérios de avaliação; Medidas de controle e mitigação; Insalubridade (Riscos químicos, físicos e biológicos) e NR 15 com seus anexos; Instrumentação e técnicas de medição; Doenças Profissionais X Doenças Ocupacionais; NR-15 e o Anexo IV do Regulamento da Previdência Social (Decreto 3.048); Riscos e suas doenças: Riscos Físicos: Vibrações, Ruído, Pressões Anormais, Radiações e Dermatoses Ocupacionais por agentes físicos, Riscos Químicos: Doenças respiratórias ocupacionais e Dermatoses Ocupacionais por agentes químicos, Riscos Biológicos; Programas de imunização; Síndrome de Raynaud de Origem Ocupacional; Periculosidade (NR - 16); NR – 32 (Segurança e saúde do trabalho em serviço de saúde); NR – 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO); NR – 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

Referências básicas:

Ezio Breviglieri, José Possebon e Robson Spinelli. **Higiene Ocupacional - Agentes Físicos, Químicos e Biológicos;** 8 ed. Editora SENAC, 2015.



SALIBA, T. M. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 8^a ed. São Paulo: LTr, 2017.

MENDANHA, Marcos Henrique. **Medicina do Trabalho e Perícias Médicas**. 4^a Edição, São Paulo: Ed. Ltr, 2015.

Referências complementares:

ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 78^a Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2017. MONTEIRO,

GONÇALVES, Edwar Abreu. GONÇALVES, José Alberto de Abreu. **Segurança e Saúde no Trabalho em 2000 Perguntas e Respostas**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010.

SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados**. São Paulo: LTr, 2007.

_____. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores**. São Paulo: LTr, 2009.

_____. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2016.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Desenho Técnico

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 2^o

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: 60 horas/aula

CH Prática: 20 horas/aula

Objetivo Geral:

Instrumentar o discente para leitura, interpretação e execução do desenho técnico aplicado às atividades do Técnico em Segurança do Trabalho.

Ementa:

Teoria e prática do desenho técnico aplicado à representação gráfica e convenções de projetos. Normas técnicas. Noções de planejamento visual. Noção de desenho arquitetônico. Noções de AutoCAD.

Referências básicas:

FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. **Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica**. São Paulo: Editora Globo, 2011.

MONTENEGRO. Gildo A. **Desenho Arquitetônico**. São Paulo: Ed. 4^a, Edgard Blücher Ltda. 2001.

SILVA, A., DIAS, J., SOUSA, L. **Desenho Técnico Moderno**. Lisboa: Lidel, 2006.

Referências complementares:

ALBIERO, S. **Desenho Técnico Fundamental**. São Paulo: EPU, 2006.

BAPTISTA, F. P; MICELI, M. T. **Desenho Técnico Básico**. 3 ed. São Paulo: do Livro Técnico, 2001.

LEAKE, James M.; BORGERSON, Jacob L. **Manual de Desenho Técnico para Engenharia** - Desenho, Modelagem e Visualização. São Paulo: LTC, 2015.

RIBEIRO, Milton. **Planejamento Visual Gráfico**. Ed. LGE Editora. 2005.

NETTO, Claudia Campos. **Estudo Dirigido de Autocad 2015** - Para Windows. São Paulo: Editora Érica, 2014.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Orientação para Prática Profissional e Pesquisa

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 2º

CH Total: 40 horas/aula

CH Teórica:30 horas/aula

CH Prática:10 horas/aula

Objetivo Geral:

Aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização do estágio.

Ementa:

Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Operacionalização do estágio.

Referências básicas:

ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: **comentadas para trabalhos científicos**. Paraná: Juruá, 2016.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Referências complementares:

AZEVEDO, C. B. **Metodologia científica ao alcance de todos**. São Paulo: Manole, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.788/2008**. Brasília, 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.



FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONLEVADE, João Antonio Cabral. **Orientações para a Prática Profissional Supervisionada**. Cuiabá: UFMT, 2014.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: Prevenção e Combate à Sinistro		
Núcleo: Profissionalizante		Ano: 2º
CH Total: 160 h/a	CH Teórica: 140 horas/aula	CH Prática: 20 horas/aula
Objetivo Geral:		
Propiciar ao aluno conhecimento para desenvolver uma visão crítica a respeito da prevenção de perdas de um sistema.		
Ementa:		
Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar referente a Sinistro e Pânico; O fogo e o incêndio; A combustão e seus elementos; Métodos de transmissão de calor; Classificação dos incêndios e dos agentes extintores; Sistemas extintores – fixos, móveis e seus tipos. Sistemas de detecção e alarme. Equipamentos de proteção individual para combate a sinistros. Proteções estruturais contra sinistros; Proteção contra Incêndio (NR 23); Sinalização de segurança (NR 26). Planos de emergência; Planos de contingência e seguros e resseguros no Brasil; Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis(NR 20); Explosivos(NR 19); Segurança e saúde ocupacional na mineração (NR 22); Segurança e saúde no trabalho portuário (NR 29); Segurança e saúde no trabalho aquaviário (NR 30); Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura(NR 31); Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval(NR 34).		
Referências básicas:		
BRENTANO, TELMO. A proteção contra incêndio no projeto de edificações . 3ª edição. Porto Alegre. Edição do autor. 2015.		
CAMILO JÚNIOR, A. B. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios . 15ª edição. São Paulo: SENAC São Paulo. 2013.		
LEAL, Paulo. Descomplicando a segurança do trabalho: Ferramentas para o dia a dia . 2ª edição. São Paulo: LTr, 2014.		
Referências complementares:		

CAMPOS, V. F. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. Belo Horizonte: 9ª ed. Indg tecnologia e serviços Ltda: Santana do Parnaíba, 2014.

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. 7ª Reimpressão. São Paulo: Atlas. 2009.

GONÇALVES, Danielle Carvalho, GONÇALVES, Isabelle Carvalho. GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6a Edição. São Paulo: LTr Editora, 2015.

LEAL, Paulo. **Descomplicando a segurança do trabalho: Ferramentas para o dia a dia**. 2ª edição. São Paulo: LTr, 2014.

SALIBA Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. 14ª edição. São Paulo: LTr, 2015.

TERCEIRO ANO

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 3º	
CH Total: 120 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Aprimorar o uso da língua portuguesa, em sua forma escrita e oral, bem como ampliar o conhecimento sobre literatura brasileira.		
Ementa:		
Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Dissertação argumentativa. Revisão dos fundamentos linguísticos: pontuação, acentuação, crase e análise gramatical. Redação técnica III — redação oficial e outros textos. Pré-Modernismo. Vanguardas europeias. Semana de arte moderna. Gerações Modernistas. Tendências contemporâneas. Ocupação colonial na perspectiva dos africanos. Literatura de artistas africanos e afro-brasileiros.		
Referências básicas:		
GONÇALVES, M. T.; BELLODI, Z. C.; e AQUINO, Z. T. de. Antologia comentada de literatura brasileira . São Paulo: Vozes, 2006.		
MOURA, Faraco; JR, Maruxo. Língua Portuguesa: linguagem e interação . 2. ed. São Paulo: Atica, 2013. Ser protagonista: Língua Portuguesa, 3º ano: ensino médio/obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por edições SM; editor responsável Rogério de Araújo Ramos. 2. ed. São Paulo: Edições Sm, 2013.		

Referências complementares:

ABAURRE, Maria Luiza M. ABAURRE, Maria Bernadete M; PONTARA, Marcela. **Português**. Contexto, Interlocução e Sentido. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2013.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

HERNANDES, Roberta; MARTIN, Vima Lia. **Língua Portuguesa 3**. Curitiba: Positivo, 2013.

SARMENTO, Leila Lauer. TUFANO, Douglas. Português: **Literatura**. Gramática. Produção de texto. Vol3. São Paulo: Moderna, 2010.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: MATEMÁTICA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM | **Ano: 3º**

CH Total: 120 horas/aula | **CH Teórica: -** | **CH Prática: -**

Objetivo Geral:

Construir e ampliar conhecimentos matemáticos no campo da estatística, geometria, trigonometria e matemática financeira..

Ementa:

ESTATÍSTICA: Distribuição de frequências. Gráficos. Medida de tendência central (média, mediana e moda),

Medidas de dispersão (variância, desvio padrão e amplitude). Análise das Estatísticas no Trânsito do Brasil. NOÇÕES FINANCEIRAS: Regras de três simples e composta. Juros simples e compostos. Montantes. GEOMETRIA ESPACIAL: Relação de Euler. Diedros. Triedros. Prismas. Cilindro. Volume do prisma e do cilindro. Pirâmides e cones. Esfera. GEOMETRIA ANALÍTICA: Retas. Circunferência. Cônicas. NÚMEROS COMPLEXOS: Igualdade de números complexos. Adição e subtração. Multiplicação. Conjugado. Divisão.

Potências de I. Representação gráfica. Módulo e argumento. Forma trigonométrica. Potenciação. POLINÔMIOS: Grau de um polinômio. Polinômio idêntico a zero ou identicamente nulo. Polinômios idênticos. Valor numérico de um polinômio. Adição e subtração de polinômios. Multiplicação de polinômios. Divisão. Teoremas e relações fundamentais dos polinômios.

Referências básicas:

DANTE, L. R. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2014.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; DEGENSZAJN, D.; e PÉRIGO, R. **Matemática**. São Paulo: Atual, 2002.

Referências complementares:



EVES, Howard Whitley. **Introdução à história da matemática**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar: Sequências, Matrizes, Determinantes, Sistemas**. Volume 4, 7.ed., São Paulo: Atual Editora, 2004.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: FÍSICA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 3º	
CH Total: 40 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Discutir e aplicar conceitos relacionados às leis do eletromagnetismo e outros princípios da Física..		
Ementa:		
Eletricidade e Magnetismo. Óptica. Física Moderna.		
Referências básicas:		
BONJORNIO, Clinton; BONJORNIO, Regina F.S. Azenha; RAMOS, Clinton. Física - História & Cotidiano 3 - Edit. FTD, 2003.		
ALVARENGA, Beatriz. MAXIMO, Antonio. Curso de Física . Vol. III. São Paulo: Scipione, 2010.		
RAMALHO, Francisco et al. Os Fundamentos da Física 3: Mecânica – Ed. Moderna, 9a Edição, 2012.		
Referências complementares:		
CASTRO, Maria Paula T e Castro Burratini. Energia Uma Abordagem Multidisciplinar . 1a Edição, Editora Livraria da Física, 2008.		
GREEF – Grupo de Re-elaboração do Ensino de Física. Física 1: Mecânica – 5a Edição, Edusp, 2003.		
SHIGEKITO, C. YAMAMOTO. Tadeshi. Os alicerces da Física . Vol. 1 – Ed. Saraiva, 2011.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: QUÍMICA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 3º	
CH Total: 40 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -



Objetivo Geral:

Compreender quantitativamente e qualitativamente o comportamento das reações químicas bem como desenvolver habilidades e competências que possibilite reconhecimento, análise e tomada de decisão de forma crítica e consciente sobre temas e situações relacionadas à química aplicada aos alimentos.

Ementa:

Termoquímica. Equilíbrio químico. Eletroquímica. Cinética. Radioatividade.

Referências básicas:

FELTRE, Ricardo. **Química: Físico-Química**. 6.ed., São Paulo: Moderna, 2004.

MORTIMER, Eduardo Fleury; MACHADO, Andréia Horta. **Química**. Vol. 2, São Paulo: Scipione, 2011.

REIS, Martha. **Química 2**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2014.

Referências complementares:

CRUZ, Roque. **Experimentos de química: microescala, materiais de baixo custo e do cotidiano**. 1.ed, São Paulo: Livraria da Física, 2004.

PERUZZO, Francisco M.; CANTO, Eduardo L. **Química na abordagem do cotidiano**. 3 ed. Vol. 2. São Paulo, Moderna, 2003.

RUBINGER, M. M. Magalhães. **Ação e reação: ideias para aulas especiais de Química**. 1.ed, Belo Horizonte: RHJ, 2012.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos (coord.). **Química & Sociedade**. São Paulo: Nova Geração, 2005.

USBERCO, J.; SALVADOR, E. **Química: conceitos básicos**. São Paulo: Saraiva, 2001.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: HISTÓRIA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM | **Ano: 3º**

CH Total: 80 horas/aula | **CH Teórica: -** | **CH Prática: -**

Objetivo Geral:

Entender as transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil, na primeira metade do século XX. Analisar o contexto histórico que desencadeou a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a Revolução Mexicana. Compreender a divisão política, econômica e ideológica que caracterizou a Guerra Fria. Analisar o contexto histórico que possibilitou a instauração das ditaduras militares na América Latina. Conhecer as transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil e no mundo na segunda metade do Século XX aos dias atuais.

Ementa:

Revolução Industrial: sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. As Revoluções Liberais e Nacionalistas do Século XIX. A afirmação do liberalismo político e econômico. O trabalho, as Revoluções Liberais e a Revolução Industrial. As crises do liberalismo burguês. Os confrontos do Capital Liberal com ele mesmo: imperialismo e o neocolonialismo. O totalitarismo. A era das catástrofes: o apogeu da crise (1914 –1945). Liberalismo versus socialismo: Revolução Russa. Guerra Fria. Confrontos e conflitos entre socialismo e capitalismo. O fim da Guerra Fria. Neoliberalismo e globalização. Os desdobramentos das Revoluções Liberais e Industrial no Brasil. O liberalismo brasileiro: acomodação e singularismo — o Século XIX. Os Conflitos sociais: urbanos e rurais. A crise do escravismo e o trabalho assalariado. O republicanismo, a crise e o fim da monarquia. República, democracia e trabalho. O operariado brasileiro no contexto da República Oligárquica. A Revolução de 1930: Era Vargas. A redemocratização, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar. A democracia brasileira contemporânea no contexto da hegemonia do capital neoliberal e da globalização. Modelos de governo e direitos humanos.

Referências básicas:

ALVES, Alexandre. Letícia Fagundes de Oliveira. **Conexões com a História**. Das origens do homem à conquista do Novo Mundo. Vol. 01 – São Paulo: Ed. Moderna, 2013.

AZEVEDO, Gislaine Campos. Reinaldo Seriacopi. **História em movimento**. Dos primeiros humanos ao Estado Moderno. Vol. 01 – São Paulo: Ed. Ática, 2012.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História em movimento**. Dos primeiros humanos ao Estado Moderno. Vol. 01 – São Paulo: Ed. Ática, 2013.

Referências complementares:

ARENDT, Hanna. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COTRIM, Gilberto. **História para o Ensino Médio** – Geral e do Brasil – Volume 01 – 1ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982. FUNARI, Pedro Paulo A. **Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: FILOSOFIA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 3º



CH Total: 40 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -
Objetivo Geral:		
Desenvolver o senso crítico do aluno e estimular a criatividade na proposição de questões filosóficas; Demonstrar a importância das reflexões filosóficas em tempos hodiernos; Enfatizar a proposição de questões éticas fundamentais para o convívio entre os homens; Propor a criação de perspectivas filosóficas autônomas por parte dos estudantes; Apresentar concepções gerais sobre a segurança do trabalho;		
Ementa:		
Filosofia Moderna. Filosofia Contemporânea. Filosofia no Brasil. Filosofia no contexto da educação, ciência e tecnologia. Ética e ciência. Liberdade e política. Os meios de comunicação e a informação. O homem e a hipermídia. Os pensamentos alternativos: orientalismo, pós-modernismo. Importância e limites da liberdade. Ciência, religião e política. Liberdade e política. Filosofia e educação no trânsito.		
Referências básicas:		
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.		
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2010.		
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia, dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar. 5.ed., 2008.		
SOUZA, Sonia Maria Ribeiro. Um outro olhar. São Paulo: FTD, 1995.		
Referências complementares:		
ARONDEL-ROHAUT, Madeleine. Exercícios filosóficos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.		
BOFF, Leonardo. O despertar da águia: o diabólico e o simbólico na construção da realidade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.		
CHALITA, Gabriel. Vivendo a filosofia. 1a ed. São Paulo:Ática, 2011.		
KOHAN, Walter O. (Org.). Filosofia: caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.		
WEATE, Jeremy. Filosofia para Jovens: Penso, logo existoll. São Paulo: Callis, 2006.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: SOCIOLOGIA		
Núcleo: BASE NACIONAL COMUM	Ano: 3º	
CH Total: 40 horas/aula	CH Teórica: -	CH Prática: -

Objetivo Geral:

Compreender a sociedade enquanto construção social, historicamente constituída, a partir das contribuições do pensamento sociológico, sua gênese e transformação como um processo aberto, dialético e dialógico.

Ementa:

Bases teóricas do pensamento e conhecimento das Ciências Sociais e da Ciência Política na evolução histórica. O surgimento do conceito de política. As diferentes dimensões do objeto da Ciência Política. O Estado moderno e a transformação da política clássica. Conceitos fundamentais da ciência Política: poder, dominação, representação, participação, democracia, igualdade, liberdade. Governo e política: tipos de regimes políticos. O avanço global da democracia liberal. Os partidos políticos e a votação nos países do ocidente. Mudança política e social. Movimentos sociais: conflito e ação coletiva. Os movimentos operários e os —novosll movimentos sociais. Os movimentos sociais no Brasil.

Referências básicas:

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de e COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia: o conhecimento humano para jovens do ensino profissionalizante.** Rio de Janeiro: Catedral das Letras, 2005.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia: ensino médio.** São Paulo: Ática, 2004.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à sociologia.** São Paulo: Atual, 2000.

Referências complementares:

GILDENS, Anthony. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

VILA-NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Ática, 2008.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA

Núcleo: BASE NACIONAL COMUM

Ano: 3º

CH Total: 80 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Desenvolver estudos em Educação Física para o desenvolvimento da corporeidade e de técnicas para a aplicação de habilidades específicas.

Ementa:

Noções de arbitragem das modalidades coletivas. Organização e gerenciamento das atividades físico-educativas pessoais e na comunidade. Respostas fisiológicas sistêmicas ao exercício físico. Vivência dos diferentes tipos de prática da cultura corporal. Periodização do treinamento desportivo. Conhecimentos e a prática do Atletismo. Esporte de alto rendimento e esporte escolar. Trabalho e consumo. Jogos de tabuleiros. Pequenos e grandes jogos. Atividades lúdicas e recreativas.

Referências básicas:

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN Ensino Médio.**

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física na adolescência: construindo o conhecimento na escola.** São Paulo: Phorte, 2013.

Referências complementares:

DARIDO, S. C. **Educação Física Escolar: compartilhando experiências.** São Paulo: Phorte Editora, 2011.

JUNIOR, D. D. R. **Modalidades esportivas coletivas.** Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2006.

GRECO, P. J. & BENDA, R. N. (orgs.). **Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida.** Londrina: Midiograf, 2013.

WEINECK, J. **Treinamento Ideal: instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico, incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil.** São Paulo: Manole, 2003.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: ESPANHOL

Núcleo: DIVERSIFICADA

Ano: 3º

CH Total: 40 horas/aula

CH Teórica: -

CH Prática: -

Objetivo Geral:

Desenvolver a leitura, a compreensão auditiva, a fala e a produção escrita aplicando o conteúdo gramatical, léxico e cultural aprendido na prática (das relações sociais e profissionais), em língua espanhola.

Ementa:

Conjunciones. Verbos regulares e irregulares en presente. Las perífrasis. Los medios de transportes. El pretérito imperfecto. El pretérito perfecto. El pretérito indefinido. El futuro imperfecto. Acentuación. El condicional simple. Presente de subjuntivo. Pretérito imperfecto de subjuntivo. Pretérito perfecto de subjuntivo. Pretérito pluscuamperfecto de subjuntivo. Imperativo. Los textos argumentativos y descriptivos. Locuciones prepositivas. El pronombre complemento. Las interjecciones. Aspectos culturales de los países hispánicos significativos para desarrollar los conocimientos da lengua. Tipología textual.

Referências básicas:

BOM, Francisco Matte. **Gramática comunicativa del español**. v. 1 e 2. Madri, Edelsa, 1995.

COIMBRA, Ludmila. **Cercanía joven: espanhol, 1º ano: ensino médio**. São Paulo. Editora SM, 2013.

MILANI, Esther Maria. **Listo: espanhol a través de textos**. Santillana. São Paulo: Moderna, 2005.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de Espanhol para brasileiros**. São Paulo. Editora Saraiva, 2003.

Referências complementares:

DICIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. São Paulo: Larousse, 1997.

LLUCH ANDRÉS, Antoni et al. **Materiales Didácticos para la Enseñanza de Español**. Brasília, DF: Educación, 2008.

MANUAIS PRÁTICOS — Gramática da Língua Espanhola. São Paulo: Escala Educacional, 2004.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Processos Industriais

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 3º

CH Total: 120 horas/aula

CH Teórica: 100 horas/aula

CH Prática: 20 horas/aula

Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos noções básicas dos processos de produção, equipamentos e máquinas para possibilitar a avaliação dos impactos das tecnologias nos processos de produção e sua relação com a segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Ementa:

Conceituação e importância; Processos Industriais; Ventilação; Manutenção; Corrosão; NR – 10 (Instalações e serviços em eletricidade); NR – 11 (Transporte, armazenagem e manuseio de materiais); NR – 12 (Proteção de máquinas e equipamentos); Superfícies de trabalho e estruturas diversas; NR – 13 (Caldeiras e Vasos sob pressão); NR – 14 (Fornos); NR – 33 (Espaço Confinado); NR – 35 (Trabalho em altura); NR - 36 (Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados).

Referências básicas:

CAMPOS, Armando, TAVARES, José da Cunha, LIMA, Valter. **Prevenção e Controle de Risco em Máquinas, Equipamentos e Instalações**. 7ª Ed. São Paulo: SENAC, 2015.

DRAGONI, José Fausto. **Proteção de Máquinas, Equipamentos, Mecanismos e Cadeado de Segurança**. São Paulo: Ed. Ltr, 2011.

FRANCHI, Claiton Moro. **Controle de Processos Industriais - Princípios e Aplicações**. São Paulo: Editora Érica, 2015

Referências complementares:

BARROS, Benjamim Ferreira de, Rodrigues, José Eduardo, Pereira Dos Santos, Rosângela Helena. **Nr-33 - Guia Prático de Análise e Aplicações** - Norma Regulamentadora de Segurança Em Espaços Confinados. São Paulo: Editora Érica, 2012.

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. 4ª ed. São Paulo: Método, 2017.

LOBOSCO, Vagner. **Gestão Nr-10 - Faça você mesmo!** 2ª Edição, São Paulo: LTr, 2013.

MARINHO, Ricardo. **Nr33 - Segurança e Saúde Dos Trabalhos em Espaços Confinados - Principais Desafios**. São Paulo: Viena, 2015.

SHERIQUE, Jaques. **NR-12 - Passo a passo para implantação**. 2ª Edição, São Paulo: LTr, 2016.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

Disciplina: Análise de Risco, Prevenção e Controle de Perdas

Núcleo: Profissionalizante

Ano: 3º

CH Total: 160 horas/aula

CH Teórica: 140 horas/aula

CH Prática: 20 horas/aula

Objetivo Geral:

Possibilitar que o aluno desenvolva uma visão crítica a respeito da prevenção e do controle de perdas de um sistema e do gerenciamento de riscos do mesmo, apresentando um enfoque técnico e moderno do prevencionismo ao profissional da área de segurança e associar os objetivos da disciplina com o conceito prevencionista de acidente de trabalho.

Ementa:

Evolução do prevencionismo; Custo direto / custo indireto; Análise de acidentes do trabalho com a utilização de ferramentas adequadas; Sistema convencional de análise de acidentes; Árvore de causas; Avaliação das perdas num processo; segurança patrimonial; Inspeção de segurança; Relatórios de Inspeção; Análise de segurança de trabalho; Procedimento de trabalho; Observação planejada de trabalho; técnicas de análise de riscos; Confiabilidade de sistemas; Análise Preliminar de Risco-APR; Liberação de Trabalho de Risco- LTR; Permissão de Trabalho-PT; Permissão de Entrada e Trabalho-PET; Check List (Normas, Inspeções, Atividades etc); Procedimento Operacional Padrão-POP; Ordens de Serviço - OS; Demonstração e Uso dos Equipamentos de Avaliação para a Elaboração dos documentos de Análise de Risco Prática; Registro e Arquivamento de Treinamentos na empresa.

Referências básicas:

SCALDELA, Aparecida Valdinéia, et al. **Manual Prático de Saúde e Segurança do Trabalho**. 6ª Edição. São Caetano do Sul: Yendis, 2012.

OLIVEIRA, C. A. **Segurança e Saúde no Trabalho - Guia de Prevenção de Riscos**. São Paulo: Yendis, 2012.

SANTOS, Carlos Eduardo. **Prevenção de Perdas e Gestão de Riscos**. São Paulo: Sicurezza, 2012.

Referências complementares:

ARAÚJO, W. T. **Manual de Segurança do Trabalho**. São Paulo: DCL Difusão Cultural do Livro, 2011.

ARAÚJO, Giovanni Moraes. **Sistema de Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes**. Rio de Janeiro: GVC, 2010. v 1.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. Belo Horizonte: Indg Tecnologia e Serviços Ltda, 2014.

DE CICCIO, Francesco; FANTAZZINI, Mario Luiz. **Tecnologias Consagradas de Gestão de Riscos**. São Paulo: Risk Tecnologia, 2003.

DEJOURS. C. **Trabalho, tecnologia e organização: avaliação do trabalho submetido à prova real**. S. P. Ed. Blucher. 2008.

ROXO, Manuel. **Segurança e Saúde do Trabalho: Avaliação e Controle de Riscos**. São Paulo: Almedina, 2009.

VENDRAME, Antonio Carlos Fonseca. **Livro de Bolso do Técnico de Segurança**

do Trabalho. São Paulo: Ed. Ltr, 2013.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: Controle Ambiental		
Núcleo: Profissionalizante		Ano: 3º
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: 70 horas/aula	CH Prática: 10 horas/aula
Objetivo Geral:		
Apresentar informações básicas sobre qualidade ambiental, para que o profissional técnico possa participar ativamente como agente multiplicador e com isso discernir e identificar ações de degradação ambiental que interfiram na qualidade de vida, como também, as ações e instrumentos de proteção e preservação ambiental, colaborando na tomada de decisões referente à segurança do trabalhador e ao desenvolvimento sustentável.		
Ementa:		
Fontes de Impacto Ambiental. Desenvolvimento Sustentado. Resíduos industriais: sólidos, líquidos e atmosféricos e Resíduos industriais (NR 25). Produção Mais Limpa. Fundamentação legal para a exigência do licenciamento ambiental. Características dos tipos de licenças emitidas. Processo do licenciamento nas esferas federal, estadual e municipal.		
Referências básicas:		
BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.		
GIANETTI, B.F.; ALMEIDA, C. Ecologia Industrial . São Paulo: Edgard Blucher, 2006.		
SANTOS, L. M.M. Avaliação ambiental de processos industriais . São Paulo: Editora Signus, 2011.		
Referências complementares:		
BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938, de 31/08/81). Resoluções CONAMA 05/1989; 03/1990; 375/2005; 001/1986 e 237/1997.		
SANCHEZ, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental – conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.		
TENNEPOHL, C. & TRENNEPOHL, T. D. Licenciamento Ambiental . Editora Impetus. 304p. 2016.		
VERDUM, R. e MEDEIROS, R. M. (org). Rima: relatório de impacto ambiental . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: Empreendedorismo		
Núcleo: Profissionalizante		Ano: 3º
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: 70 horas/aula	CH Prática: 10 horas/aula
Objetivo Geral:		
Compreender os conceitos teóricos e práticos para desenvolver noções de planejamento para o empreendedorismo.		
Ementa:		
O processo empreendedor. Empreendedores independentes. Empreendedorismo interno. Identificação de oportunidades. O plano de negócios. A busca de financiamento. A assessoria para o negócio. Questões legais de constituição de empresas. Recomendações ao empreendedor. Noções de gestão de pessoas. Gestão do ambiente organizacional do trabalho. Cooperativismo e associativismo. Mercado e o desenvolvimento econômico.		
Referências básicas:		
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . São Paulo: Saraiva, 2012.		
DORNELAS, José Carlos Assis. Planos de negócios que dão certo . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.		
MAXIMINIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		
Referências complementares:		
BATEMAN, Thomas S. Administração . Porto Alegre: McGraw Hill/Artmed, 2012.		
CARVALHO, A. D. de. Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica . São Paulo: Baraúna, 2011.		
CAVALCANTI, M.; FARAH, O. E.; MARCOS, L. P. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas . São Paulo: Cengage Learning, 2008.		
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas . Rio de Janeiro: Campus, 2009.		
DAHER, E. Administração de marketing: os caminhos e desafios do profissional . Londrina: Eduel, 2013.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: Ergonomia e Primeiros Socorros		
Núcleo: Profissionalizante		Ano: 3º
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: 70 horas/aula	CH Prática: 10 horas/aula
Objetivo Geral:		
Apresentar aos alunos a norma regulamentadora 17, bem como definir o conceito de ergonomia, objetivos, métodos e sua aplicabilidade processo produtivo, além de preparar o aluno para o atendimento de urgência à vítima de mal súbito ou lesão, seja no ambiente laboral ou não.		
Ementa:		
Introdução à ergonomia e organização do trabalho: conceitos, históricos, objetivos. NR – 17 (ergonomia); Definição de ergonomia física, bem como posturas no ambiente de trabalho, movimentação de carga, biomecânica do movimento; Estudo da ergonomia cognitiva e estudo dos processos mentais no trabalho. Estudo da ergonomia organizacional e sua importância na organização do trabalho. Princípios da Psicologia no trabalho e síndrome de Bournout; Introdução aos primeiros socorros; queimaduras; Hemorragias, ferimentos e contusões; Fraturas, Luxações e Entorses; Desmaios; Corpos estranhos; Intoxicação; acidentes com animais raivosos e peçonhentos; Ressuscitação cardiopulmonar; Mobilização e transporte de acidentados; Angina e Infartos; acidentes com múltiplas vítimas.		
Referências básicas:		
BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Manual de Primeiros socorros do Engenheiro e do Arquiteto . São Paulo: Blucher, 2015.		
DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia Prática . São Paulo: Blucher, 2012.		
LIDA, Itiro; GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo. Ergonomia: projeto produção . São Paulo: Blucher, 2016.		
Referências complementares:		
BRASIL; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE NO BRASIL. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde . Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.		
CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas . 4ª ed. São Paulo: Método, 2017.		
HAFEN, Brent Q.; KARRER, Frandsen. Primeiros Socorros para estudantes . São Paulo: Manole, 2014.		
MENDES, Ricardo Alves; LEITE, Neiva. Ginástica Laboral - Princípios e Aplicações Práticas . MANOLE, 2012.		
Pinheiro, Antonio Carlos da Fonseca Bragança; Crivelaro, Marcos. Conforto Ambiental - Iluminação, Cores, Ergonomia, Paisagismo e Critérios Para Projetos . Editora Érica, 2014.		

SILVA, Alexandre Pinto Da. **Ergonomia - Interpretando A Nr-17**. São Paulo: Ed. Ltr, 2013.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio		
Disciplina: Projeto Integrador		
Núcleo: Profissionalizante	Ano: 3º	
CH Total: 80 horas/aula	CH Teórica: 20 horas/aula	CH Prática: 60 horas/aula
Objetivo Geral:		
Realizar um trabalho interdisciplinar, integrando teoria-prática através do ensino, pesquisa e extensão como atividades integradoras de conteúdos e matérias que norteiam a formação do aluno, bem como despertar nele a capacidade de trabalho em equipe, autônoma e empreendedora.		
Ementa:		
Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando disciplinas e seus conteúdos; Aspectos da interdisciplinaridade; Integração teoria X prática.		
Referências básicas:		
BASTOS, Lilia da Rocha et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertação e monografias . Rio de Janeiro: Ltc, 2004.		
BACK, Nelson et al. Projeto Integrado de Produto . São Paulo: Manole, 2010.		
BERNARDES, Maurício Moreira e Silva. MSPROJECT 2010 - Gestão e Desenvolvimento de Projetos . São Paulo: Érica, 2010.		
Referências complementares:		
CAMILLO JÚNIOR, Abel Batista. Manual de prevenção e combate a incêndios . São Paulo: Editora SENAC, 2013.		
SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA . São Paulo: LTr, 2013.		
SHERIQUE, Jaques. Aprenda como fazer: PPP - RAT/FAP - PPRA/NR-9 - PPRA-DA (INSS) - PPRA/NR-32 - PCMAT - PGR - LTCAT - LAUDOS TÉCNICOS - CUSTEIO DA APOSENTADORIA ESPECIAL - GFIP . 8 ed. São Paulo: LTR, 2015.		
JÚNIOR, L. C.; GAZZONI, W. C.; FREITAS, J. C. Projeto interdisciplinar: uma metodologia de ensino baseada na interdisciplinaridade e no protagonismo discente . In: Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE), Belém, 2012.		

1.7. Metodologia

As metodologias propostas visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é levar os alunos a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

A construção de um projeto apoiado em relações democráticas previstas na concepção do curso fica garantida nas metodologias participativas e integradoras, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas, seminários, entre outras. Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

No IFRO - *Campus* Jaru, caberá a cada professor, apoiado pela equipe pedagógica da unidade, a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. Nesse fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- ✓ Aulas expositivas/dialogadas (explicação, demonstração, ilustração, exemplificação);
- ✓ Leitura e discussão de textos;
- ✓ Estudos e trabalho em grupo (atividades desenvolvidas em conjunto, por equipes de alunos, sob a orientação dos professores, assegurando a cooperação dos participantes entre si e na solução das tarefas);

- ✓ Exercícios de interpretação de textos;
- ✓ Dinâmicas de grupo;
- ✓ Seminários temáticos;
- ✓ Debates de temáticas de interesse na área de formação e/ou de temas transversais;
- ✓ Elaboração e execução de projeto de pesquisa de campo, sob a orientação do professor;
- ✓ Pesquisa teórica/bibliográfica;
- ✓ Visitas técnicas em instituições conveniadas públicas ou privadas;
- ✓ Estudos de caso;
- ✓ Projetos culturais e artísticos;

A integração entre disciplinas/conteúdos ministrados será promovida por meio de trabalhos em equipe; visitas técnicas visando o conhecimento de processos produtivos, dos riscos ambientais, assim como das medidas de prevenção e controle adotadas; atividades de campo para observação do ambiente de trabalho, avaliação de riscos ambientais presentes no mesmo com utilização de equipamentos para obtenção de dados e, ainda, desenvolvimento de seminários integradores em cada semestre do curso, nos quais serão abordados temas relacionados aos conteúdos das disciplinas trabalhadas no decorrer do ano letivo.

Para a realização desses trabalhos – seminários integradores, visitas técnicas, trabalhos em equipe, atividades em campo ou outra atividade similar, os professores de diferentes disciplinas atuarão em conjunto para dar a devida orientação e acompanhamento aos alunos em todo o processo, assim como a equipe pedagógica/coordenadores de cursos também darão o apoio pedagógico necessário para a concretização das ações.

Quando nos referimos ao papel do professor no tocante à educação inclusiva, devemos destacar a importância da parceria entre o corpo docente e o apoio pedagógico, uma vez que o *campus* receberá alunos diversos, com peculiaridades e necessidades distintas. Assim contemplará melhor seu atendimento e promoverá melhorias no processo de ensino-aprendizagem. Aos professores cabe fazer a diferença e aprender a lidar com as situações diversas que poderão surgir durante o processo de inclusão de algum aluno com necessidade específica. Sua responsabilidade é conseguir

acompanhar o desenvolvimento dos alunos e certificar-se de que eles estejam evoluindo em todos os seus aspectos, dentro de suas possibilidades e limitações, e assim contribuir para as suas aprendizagens e também preparando-os para a vida.

1.7.1. Tecnologias Assistivas

As Tecnologias Assistivas (TA) apesar de ainda ser um termo novo, serve para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida Independente e Inclusão.

Entre os recursos necessários e individualizados, a Tecnologia Assistiva está presente em situações onde haja necessidade de: comunicação alternativa e ampliada; adaptações de acesso ao computador; equipamentos de auxílio para visão e audição; controle do meio ambiente (adaptações como controles remotos para acender e apagar luzes, por exemplo); adaptação de jogos e brincadeiras; adaptações da postura sentada; mobilidade alternativa; além de próteses e a integração dessa tecnologia nos diferentes ambientes como a casa, a escola, a comunidade e o local de trabalho.

No processo de inclusão de crianças com deficiência, deve-se observar e providenciar:

- Adaptações ambientais como rampas, barras nos corredores, banheiros e sala de aula, tipo de piso, sinalização dos ambientes, iluminação e posicionamento da criança dentro da sala de aula considerando sua possibilidade visual, alertas (sinais) de comunicação sonoros e visuais.
- Adaptação postural da criança na classe com a adequação da sua cadeira de rodas ou carteira escolar e adequações posturais nas atividades das aulas complementares ou de lazer.
- A garantia do processo de ensino-aprendizagem com a confecção ou indicação de recursos como planos inclinados; antiderrapantes; lápis adaptados, órteses (dispositivo ortopédico de uso externo, usado para alinhar, prevenir ou corrigir deformidades e melhorar as funções de partes móveis de corpo); pautas ampliadas; cadernos quadriculados; letras emborrachadas; textos ampliados; máquina de escrever ou computador; material didático em Braille ou gravado em voz



; máquina que reproduz mapas em alto relevo (mapas táteis) para o ensino da geografia; ábaco (ou soroban) para o ensino da matemática; reglete, tipo de régua para escrever em braile; punção, lápis ou caneta da pessoa cega, usado com a reglete; máquina braile; lupas; lentes de aumento e régua de leitura; suporte com ilustrações; programas de computador leitores de tela, livro falado, gravado ou digitalizado etc.

- O recurso alternativo para a comunicação oral com a utilização de pranchas de comunicação ou comunicadores, e
- A independência nas atividades de vida diária e de vida prática com adaptações simples como argolas para auxiliar a abertura da merendeira ou mochila, copos e talheres adaptados para o lanche, etiquetas em braile em prateleiras e equipamentos.

A informática tem se mostrado um recurso de ajuda poderoso. Os livros digitais, os leitores de tela, teclados virtuais e simuladores diversos estão disponíveis facilitando a vida dos alunos com deficiência e atingindo um público cada vez mais diverso e numeroso. Dessa forma, o IFRO pretende utilizar desses recursos para viabilizar o acesso, permanência e êxito dos seus alunos.

1.7.2. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar, decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais, além de ter por finalidade também a formação acadêmica de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A implantação do curso em tela tem por finalidade também formar um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes ou pequenos centros urbanos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

A implantação do curso não constituiu uma realidade dissociada do contexto geral do IFRO. Muito pelo contrário, esse curso somará esforços aos

demais mantidos pela IE rumo ao cumprimento de sua grande missão que é formar profissionais capacitados para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania plena.

Cabe destacar que o Curso Técnico em Segurança do Trabalho está sendo ofertado no município de Jaru que possui 52 mil habitantes e existem mais 10 (dez) municípios que formam a grande região de Jaru. Isso significa que esses municípios possuem infraestrutura capaz de absorver os egressos, assim como de proporcionar importantes experiências de prática profissional aos alunos. O fato é que a região necessita de um profissional que seja capaz de, não só resolver os problemas urgentes da sociedade, mas que seja capaz de planejar a médio e a longo prazo ações que atendam a um desenvolvimento socioeconômico da sociedade rondoniense de forma digna e sustentável.

Nesse pensar, o curso Técnico em Segurança do Trabalho privilegia o aluno enquanto agente de sua aprendizagem por prever o desenvolvimento de projetos, atividades científico-culturais e processos dialógicos de formação, dentre outras atividades e princípios educacionais. Os conteúdos se associam com o mundo do trabalho, a escola e a sociedade, de modo que se definem pela contextualização. Serão trabalhados com recursos tecnológicos e estratégias inovadoras, usando-se como mediação as relações afetivas, inter-raciais e transformadoras.

O ensino é concebido como uma atividade de aplicação e não de transferência de conteúdo e, a aprendizagem, como uma construção, em vez de reprodução de conhecimentos. Nesse sentido, os alunos e os professores serão sujeitos em constante dialética, ativos nos discursos e efetivos para interferir nos processos educativos e no meio social.

Caberá a cada professor definir, em plano de ensino de sua disciplina, as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento educacional, mas sempre tendo em vista esse ideário metodológico aqui delineado, fundamentado na metodologia de formação que valorizam princípios educacionais como flexibilidade, contextualização, aprendizagem significativa, integração entre a teoria, prática e avaliação.

É prioritário estabelecer a relação entre a teoria e a prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de

aplicação de conceitos em experiências (pesquisas, testes, aplicações) que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio ou com o alternativo trabalho de conclusão de curso; serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação, buscando tornar os alunos em formação extremamente aderente ao que espera o mercado de trabalho.

Com base nisso, as metodologias utilizadas durante o processo de ensino e aprendizagem são distintos, dentro das limitações requeridas pelo público alvo, valorizando as experiências de vida que os alunos já trazem das outras escolas, do convívio com seus familiares, sua comunidade. Ressalta-se que a equipe pedagógica e professores trabalham observando a realidade dos discentes, no sentido de fazer um acompanhamento mais próximo desses estudantes, propondo atividades de ensino diferenciadas como forma de acesso ao conhecimento.

Para maior clareza quanto às abordagens pedagógicas, enfatizamos que no curso Técnico em Segurança do trabalho Integrado ao Ensino Médio, serão apresentadas diferentes atividades pedagógicas para trabalhar os conteúdos com a finalidade de atingir os objetivos propostos para a formação do discente. Assim, as abordagens pedagógicas são diversas, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis.

A cada ano do curso, ou a qualquer tempo em que houver necessidade, o professor planejará o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula/conteúdo, de acordo as especificidades do plano de ensino e da forma da modalidade que está sendo atendida. Os docentes receberão acompanhamento da equipe técnica/pedagógica para que considerem as características específicas de cada estudante, condições de vida, além de observar os conhecimentos prévios ou que estão sendo construídos, orientando-os na reconstrução dos conhecimentos.

1.7.3 Transversalidade do Currículo

Este projeto prevê, além dos componentes formadores da matriz curricular, temas exigidos pela Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012 do Conselho Nacional de Educação, em especial no artigo 10, inciso II, a serem aplicados como conteúdos transversais, ao longo do curso, por meio de ações integradoras e interdisciplinares. Os eixos a seguir são obrigatórios do âmbito

do Ensino Médio e contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento.

- a) Educação ambiental (Lei 9.795/1999): a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania;
- b) Estatuto dos Idosos (Lei 10.741/2003): processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos.
- c) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990): direitos, entidades de apoio, bem-estar; infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e o adolescente.
- d) Educação para o Trânsito (Lei 9.503/1997): melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; Educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro.
- e) Educação alimentar e nutricional: alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional.
- f) Saúde: educação preventiva para a saúde.
- g) Educação em direitos humanos (Decreto 7.037/2009): respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto a religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Dentro das ações de ensino/extensão/pesquisa do IFRO – *Campus Jarú* deverão ser desenvolvidas atividades que contemplem temáticas voltadas para a transversalidade do currículo. Assim, a **Semana de Educação para a Vida**, a **Semana da Consciência Negra** e a **Semana do Meio Ambiente** são algumas das alternativas para o englobamento desses temas, já que os mesmos não são contemplados nos ementários do curso.

1.7.4 Prática como Componente Curricular

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a organização curricular deverá explicitar a prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem. A Prática como Componente Curricular (PCC) não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio ou prática profissional, nem desarticulada de todo o Curso. Em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com o Estágio ou prática profissional, o PCC deve concorrer conjuntamente para a formação dos profissionais técnicos em Segurança do Trabalho. A correlação entre teoria e prática que propõe a PCC é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do aluno e do professor no ambiente escolar e será extremamente importante, dado a importância do profissional técnico em Segurança do Trabalho, conforme descrita neste Projeto, no item referente à metodologia de trabalho a ser desenvolvida no curso.

Assim, a prática vai permear toda a formação do futuro profissional, garantindo uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. A prática, nesta proposta, será desenvolvida nas disciplinas específicas e tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. A excursão e/ou visita técnica é uma das possibilidades para se realizar a prática curricular, uma vez que se trata uma ação onde professores os professores e equipe e Coordenação de Curso planejam atividades de visitação a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso, com vistas à vivência dos alunos nas condições de trabalho, de maneira que os discentes vivenciem na prática o que foi estudado nas aulas teóricas. Outra possibilidade metodológica de realizar a PCC é através da atividade de extensão, por se tratar de atividades complementares orientadas pelos professores tais como, feira, mostra, projetos culturais e sociais, oficina, encontros, palestras, cursos de extensão, entre outras, que desenvolvam algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado dentro do curso.

A experiência dos alunos/professores deve ser ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica, criando desde o primeiro momento do Curso,

uma rede de troca permanente de experiências, dúvidas e propostas de atuação. O eixo norteador da Prática como Componente Curricular é a transposição do conteúdo teórico para a prática de ensino, através da análise de materiais didáticos, de abordagens de ensino, de tarefas de aprendizagem nas diversas habilidades na área de Alimentos.

No Curso Técnico em Segurança do Trabalho, a prática como componente curricular é condição primordial para a formação do egresso, tendo em vista as especificidades previstas nos objetivos deste projeto. Além das horas de prática como instrumento de testagem, de fixação de conteúdos e de avaliação previstas na maioria das disciplinas, a matriz curricular contempla disciplinas destinadas quase que exclusivamente para o desenvolvimento de habilidades práticas por parte do egresso. Ademais, o projeto pedagógico do curso prevê a possibilidade de o aluno desenvolver a prática profissional supervisionada guiada pelo estágio profissional ou o trabalho de conclusão de curso como elemento de consolidação da prática.

1.7.4.1 Projeto Integrador

Na educação profissional, a aprendizagem orientada para o desenvolvimento de competências requer práticas pedagógicas que sejam capazes de ir além do domínio operacional de um determinado fazer. Tais práticas devem prever a compreensão global do processo produtivo, a apreensão do saber tecnológico e a valorização da cultura do trabalho, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional.

Nesse pensar, o *Campus Jaru* propõe o componente curricular “Projeto Integrador” no Curso Técnico em Segurança do Trabalho, o qual tem por finalidade sistematizar os conhecimentos que serão adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso, como também, oferecer vivência prática-profissional mediante aplicação desses conhecimentos em situações reais. Além disso, o projeto também propicia ao discente o contato com o universo acadêmico da iniciação científica. Trata-se, portanto, de um componente curricular com carga horária de 80 horas que será elaborado de forma coletiva pelos professores do curso no início do período letivo e desenvolvido ao longo do ano por um professor da área técnica do curso.

O principal objetivo do Projeto Integrador é realizar um trabalho interdisciplinar, integrando teoria-prática através do ensino, pesquisa e extensão como atividades integradoras de conteúdos e matérias que norteiam a formação do aluno, bem como objetiva despertar no discente a capacidade de trabalho em equipe, autônoma e empreendedora. Neste PPC consta o Plano de Disciplina e o seu desenvolvimento se dará pelo Colegiado de Curso no momento oportuno.

1.7.5 Estratégias de Acompanhamento Pedagógico

O *Campus* Jaru se organiza de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiados e pessoal pedagógico-administrativo. Há um conjunto de profissionais, com perfil adequado e de setores específicos que trabalham em integração, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e controle acadêmico.

O *Campus* conta com colegiados para tratar de assuntos administrativos e de formação acadêmica, o Conselho de Classe e outras representações próprias da estrutura organizacional da unidade ou do IFRO. Pode contar também com representações discentes, quando formalmente constituídas.

1.7.6 Flexibilização Curricular

Evidencia-se a necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização do curso ora proposto, considerando a heterogeneidade na formação dos alunos. O Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio deve ser conduzido por diretrizes curriculares que abandonem as características de meros instrumentos de transmissão de conhecimentos, afastando-se da característica burocratizante e engessada do ensino.

Os princípios da flexibilização e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão devem permear todo o processo pedagógico do curso. Portanto, a flexibilização curricular rompe com a forma de ensino tradicional, com enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização de conteúdos e propõe nova visão de formação profissional, atribuindo nova relação com o conhecimento na perspectiva da ação – reflexão – ação e uma nova visão de ensino – aprender a aprender.

Nesse pensar, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular no curso Técnico de Segurança do Trabalho se concretizam a partir do desenvolvimento de atividades coletivas, projetos de ensino-aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. As iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, como visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extracampus, atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas e privadas locais, dentre outras ações. Nesse aspecto, as atividades complementares, projetos de ensino-aprendizagem, pesquisa, extensão, estágios, visitas técnicas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, devem conferir ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil de um egresso generalista e humanista.

Assim, a articulação teoria e prática não pode aparecer como princípios dicotômicos. Pelo contrário, o curso deve proporcionar aos alunos diversas formas de vivências práticas do fazer profissional para complementação do processo formativo.

1.7.7 Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais

A carga horária em atividade não presenciais se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como a única forma de aplicação das atividades não presenciais previstas no curso. Por meio dele, serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVA será utilizado no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio não presenciais. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como as elencadas a seguir:

- a) Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.

- b) Chat: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções on-line, em períodos previamente agendados.
- c) Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- d) Atividade off-line: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.
- e) Teleaulas: aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campi ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- f) Questionário: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- g) Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Cada plano de ensino dos professores, por disciplina, deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e, nestes, conter os elementos específicos das atividades não presenciais que trarão metodologias específicas para a carga horária parcial e descrição dos conteúdos utilizados nas atividades não presenciais.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades não presenciais e, a equipe diretiva de ensino, pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. Os planos de ensino devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada semestre letivo, em conformidade com o projeto pedagógico do curso, atualizados e/ou reformulados, visando aperfeiçoar a prática docente e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da educação ofertada.

Quadro 10: Plano de atividades EAD

Plano de Atividade em EAD para a Disciplina (Indicar disciplina)	
Elementos do Plano	Descrição dos Elementos
Objetivos	Identificar aqui os objetivos da aprendizagem
Conteúdos	Elencar as abordagens teóricas e teórico-práticas
Carga-Horária	Definir o tempo disponível para a atividade
Ferramentas e Estratégias	Prever estratégias e/ou ferramentas de trabalho.
Atividade do Aluno	Identificar a atividade que o aluno desenvolverá: relatório, exercício, resolução de questionários, etc.
Avaliação	Prever estratégias como provas, testes, debates, respostas aos fóruns, etc.
Material para o Aluno	Apresentar o material a ser usado nos estudos: vídeos, imagens, arquivos
Referências	Elencar o rol de referências: livros, revistas, etc.
Data de Início	Definir a data e hora da abertura da atividade no AVA.
Data de Fechamento	Definir a data e hora do fechamento da atividade no AVA.

Os registros das atividades em EaD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e aos requisitos de qualidade da formação em EaD. Os resultados dos estudos em EaD representarão até 20% das notas na disciplina correspondente.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, sejam as usadas no AVA ou em outro meio, e a equipe diretiva de ensino, pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. Os planos de ensino devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada ano letivo, em conformidade com o projeto pedagógico do curso, atualizados e/ou reformulados, visando aperfeiçoar a prática docente e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da educação ofertada.

1.7.8 Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos

O aproveitamento de disciplinas se dará conforme os critérios dispostos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO (2016).

Entende-se por Certificação de Conhecimentos, a validação de saberes adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho, a fim de alcançar dispensa de disciplina(s)

integrante(s) da matriz curricular do curso A Certificação de Conhecimentos será regida na forma da Lei e por regulamentação própria no âmbito do IFRO. (ROA/TÉCNICO/2016).

1.7.9. Estratégias de Interdisciplinaridade

A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as mesmas, entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- ✓ Horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período;
- ✓ Vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

Uma das formas de se programar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante.

O curso apresentado neste Projeto Pedagógico, pode-se, também, recorrer à interdisciplinaridade desse com outros cursos do IFRO, conscientizando o acadêmico de que um curso de qualidade não se fundamenta na memorização de conceitos, mas na reflexão ampla e profunda da realidade pautada em aspectos teóricos oriundos de diversos campos científicos.

A interdisciplinaridade com outros cursos poderá ocorrer também por meio de parcerias que sustentem o desenvolvimento de projetos voltados para o benefício da comunidade.

A implantação de projetos que visem ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares constitui meta importante no processo de ensino e de aprendizagem dos cursos técnicos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

As ações interdisciplinares deverão ser regulamentadas em programas próprios, os quais, além de normas, objetivos e metas, deverão apresentar princípios didáticos e metodológicos do ser e do fazer interdisciplinar.

1.8. Prática Profissional Supervisionada

1.8.1. Estágio Curricular Supervisionado

A Prática Profissional Supervisionada deverá ser realizada por meio de Estágio Supervisionado ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O estágio supervisionado justifica-se pela necessidade de vivências intensivas dos estudantes com o seu futuro campo de atuação profissional. De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788/2008, “[...] Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando [...]” e ainda prevê, dentre outras ações, a assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação profissional por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio, avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. Para este projeto, é definido na modalidade obrigatório, no mínimo 140 horas de duração.

A apresentação de Relatório de Estágio, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para o cômputo da carga-horária na disciplina. A justificativa para a inexistência de vagas será dada, exclusivamente pela CIEEC do *Campus*, que deve emitir um parecer atestando o fato.

Ademais, todas as instruções e formas de realização do estágio serão definidas conforme o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação vigente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Conforme documentos institucionais do IFRO, poderão ser realizadas diversas formas de práticas profissionais, tais como: estágio obrigatório, aproveitamento de atividades profissionais, equiparação de atividades como estágio (atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica). Serão aceitas todas as formas de Aproveitamento de Atividades Profissionais e de Equiparação de Atividades como estágio obrigatório previstos no Regulamento de Estágio do IFRO, desde que relacionadas diretamente com as disciplinas do núcleo específico do curso e carga horária equivalente ao estágio obrigatório do curso. A carga horária específica de tal prática será acrescida à carga horária total do conjunto dos demais componentes curriculares, nos documentos de conclusão do curso.

1.8.2. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso (TCC) consiste em atividades que promovem a criação, o desenvolvimento e a integração de competências previstas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Trata-se, portanto, de um processo de sistematização do conhecimento a ser desenvolvido pelos estudantes e orientado por um professor do curso. Todas as instruções para a realização do TCC estão descritas no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso vigente no Instituto Federal de Rondônia.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com a sua natureza, poderá ser apresentado na modalidade artigo científico sendo aceitos trabalhos do tipo pesquisa de campo, experimental, estudo de caso ou outra prática semelhante. O aluno apresentará um projeto voltado para a resolução de um problema, criação/inação/adequação de método ou invento/protótipo na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, o discente desenvolverá o projeto e entregará o artigo com os resultados obtidos à CIEEC, sem necessidade de apresentação em banca.

A Coordenação do Curso deverá orientar os alunos sobre os trâmites legais no processo de realização do TCC, de acordo com o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso dos cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do IFRO.

Questões omissas nos Regulamentos do IFRO e deste Projeto Pedagógico, relacionadas às condições de realização do Estágio Supervisionado ou do Trabalho de Conclusão de Curso, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO. O Estágio ou o TCC deve ser iniciado a partir do início do 2º ano letivo, devendo ser encerrado até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará, para fins de diplomação no *Campus*, que essas práticas profissionais supervisionadas sejam realizadas em prazo posterior. A entrega do Relatório de Estágio ou o TCC, devidamente aprovado pelo professor orientador, sendo o requisito para a aprovação a nota igual ou superior a 60 pontos para o TCC e o conceito Aprovado para o Relatório de Estágio. A aprovação na Prática Profissional é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

1.9. Atividades Complementares

Aos alunos do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio será dada a oportunidade de participar das diversas atividades extracurriculares, que venham fortalecer a aquisição de conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento cultural e científico, tais como:

- a) eventos científicos, mostras culturais, seminários, fóruns, debates, cursos de curta duração e outras formas de construção e difusão do conhecimento;
- b) programas de iniciação científica, que reforçam os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c) atividades de extensão, que envolvem, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) monitorias, que realçam os méritos acadêmicos, dinamizam os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizam com agilidade o desenvolvimento de projetos vários;
- e) palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f) visitas técnicas — também em sua função de complementaridade da formação do educando, buscam na comunidade externa algumas

oportunidades que são próprias deste ambiente, em que se verificam relações de produção em tempo real e num espaço em transformação;

g) curso de libras – esse curso pode oportunizar a capacidade de comunicação e favorecer a inclusão.

1.10. Apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno.

O aluno conta ainda com o atendimento da Coordenação de Registros Acadêmicos no que compete a ela e também com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da IE.

Além do atendimento direto e geral, o discente também contará com atendimentos especializados no Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante as suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem.

No âmbito da Assistência Estudantil, há um acompanhamento diário por parte da equipe pedagógica do *Campus*, composta, atualmente, por Orientador Educacional, Assistente de Alunos, Assistente Social e Intérprete de Libras, que dá suporte ao processo educacional, acesso, permanência e êxito dos alunos. Além do mais, há o Plano de Diagnóstico e Nivelamento que visa a diagnosticar os alunos com déficit de aprendizagem e, por meio de ações, nivelá-los segundo critérios descritos em regulamento próprio.

A equipe multidisciplinar composta no *Campus* Jaru se baseia na Resolução nº 033 de 22 de setembro de 2014 que regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do IFRO, que tem como objetivos:

- a. Implementar as condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo;
- b. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- c. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais;
- d. Reduzir as taxas de retenção e evasão;

- e. Promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais.

Os Programas de Assistência Estudantil do IFRO visam ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante, bem como conceder auxílios financeiros aos alunos com vulnerabilidade social para compra de material de distribuição gratuita, compra de material de consumo, despesas com passagens e deslocamentos e alimentação.

Atualmente os Programas de Assistência Estudantil oferecem concessão de auxílios para:

- 75 alunos com PROCAL – Programa de Concessão de Auxílio Alimentação;
- 75 alunos com PROCAT – Programa de Concessão de Auxílio Transporte;
- 42 alunos com PROCID – Programa Pró-Cidadania;

Também foram concedidos a 03 (três) alunos os auxílios do PROASAB - Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial, para compras de óculos e lentes. Nessa visão espera-se atender os presentes e futuros alunos de forma a facilitar o acesso, permanência e êxito no IFRO.

A Direção de Ensino está também disponível para ouvir/atender os alunos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões tanto de forma presencial quanto pelos sistemas de comunicação eletrônicos de modo que se possa dirimir os problemas e que os alunos tenham um acompanhamento adequado no decorrer do seu processo formativo.

1.11. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso

A respeito da autoavaliação, o PPC contempla o previsto na Resolução 6/2012 (Diretrizes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio), do Conselho Nacional de Educação e fundamenta-se no PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

A estruturação avaliativa do curso compreende o especificado no Projeto e Regulamento da CPA e contempla os aspectos da organização didático-

pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO, preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade, aplica, constantemente, instrumentos avaliativos a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a atingir seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada discente.

A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela CPA para que possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso tem possibilitado um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pelo IFRO no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo, desta maneira, para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e atua como agente de transformação social e cultural.

A avaliação do PPC traz, em si, a oportunidade de rupturas com a acomodação e abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, qual a melhor política a ser adotada em sua implementação e qual a sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico, visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

O processo de autoavaliação do PPC foi implantado de acordo com as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional e, por último, deve envolver a participação dos professores, dos estudantes e do corpo técnico-administrativo envolvido com o curso.

Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com o apoio do Colegiado de Curso. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos, a análise desses relatórios conclusivos de autoavaliação pela CPA, pela Coordenação do Curso e pelo Colegiado de Curso.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético.

1.11.1. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado tanto pelo coordenador de curso quanto pelos professores com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, assim como pelos serviços especializados de atendimento ao discente. Esse atendimento é feito personalizado e individualmente. O aluno, sem prévio agendamento, faz valer seus direitos tirando dúvidas e apresentando sugestões. Os docentes atendem os alunos que participam dos

projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso e dos estágios supervisionados.

1.11.2. Atendimento Psicopedagógico

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pelo IFRO conta com o serviço oferecido pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o qual tem por objetivo assessorar e acompanhar os alunos em suas ações, atividades e comportamentos.

O NAPNE promove e executa programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado. Além do mais, este Núcleo desenvolve ações em conjunto com as coordenações de curso, Diretoria de Ensino e Coordenação de Apoio ao Educando com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

1.11.3. Estratégias de Nivelamento

Com o objetivo de dirimir as deficiências de formação dos ingressantes, o IFRO oferece cursos e atividades de nivelamento em Matemática, Língua Portuguesa e em outras disciplinas nas quais os discentes mostrarem-se deficitários em relação aos demais de suas turmas. Os cursos de nivelamento são oferecidos a todos os alunos do primeiro ano do curso, logo nas primeiras semanas de aula, visando dar base para os alunos no sentido de dirimir dúvidas em outras disciplinas do curso.

Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

O IFRO, por meio de programa próprio, oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso e também levando em conta as necessidades identificadas pelas coordenações dos cursos. Além dos acima enumerados, outras disciplinas e conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos ingressantes no IFRO.

1.11.4. Estímulos às Atividades Acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

O Instituto Federal de Rondônia oferece educação técnica, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento e com a transformação social, cultural, política e econômica da cidade de Jaru e da Região. Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes com capacidade de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com a sua missão, o IFRO proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Por assim o ser, O IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos nacionais e internacionais devidamente registrados nos órgãos de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

O discente recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam à permanência na Instituição em programas de formação continuada, graduação e de pós-graduação *Lato e Strito sensu*.

1.12. Atividades de Tutoria

No *Campus Jaru*, a tutoria será realizada integralmente pelos próprios professores das disciplinas que ministram.

Para que a tutoria seja realizada de forma efetiva, três elementos são necessários no processo de interação: aluno, material didático e professor. A

experiência com EaD/AVA adotada e das ferramentas didáticas utilizadas têm demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância. Nesse processo, cabe ao professor/tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao aluno condições de uma aprendizagem autônoma, prestando todo o apoio ao discente no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, até 20% da carga mínima do curso, que não inclui estágio ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da Educação a Distância, sempre que o *Campus* não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária. A carga horária em EaD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele, serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

1.13. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem

O IFRO – *Campus Jaru* dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, na sala administrativa, na sala de aula e no laboratório de informática.

O *Campus* disponibiliza para o início de suas atividades de ensino 1 laboratório de informática equipado com 35 computadores, todos ligados à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Disponibiliza ainda serviço de internet sem fio aos estudantes e incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam

o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

- a) A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia *online*, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;
- b) A comunicação por e-mail, já está consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;
- c) Os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, no laboratório de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos,



financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;

- d) Os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;
- e) Nivelamento em disciplinas básicas, cursos de extensão e integralização de carga-horária, on line, por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE).

1.14. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

A avaliação de desempenho acadêmico, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é feita por disciplina e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina, os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas.

A avaliação do desempenho do aluno, elemento fundamental para acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os [...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96, artigo 24, inciso V, - a. Será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

- a) Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
- b) Autoavaliação;
- c) Análise das produções dos alunos: a participação nos trabalhos, bem como a apresentação, a redação, a coerência, a abrangência,

a pertinência com os temas abordados em aula, a visão crítica e criatividade do aluno, os trabalhos individuais realizados por ele, os trabalhos em grupo, participação em seminários, em colóquios e em visitas de estudos;

- d) Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
- e) Aplicação de atividades específicas de diagnóstico.

A avaliação do aluno deve ocorrer sempre de forma diversa e múltipla, aplicando-se o mínimo de dois instrumentos presenciais, ou estratégias diferentes entre si por componente curricular e por bimestre, em que nenhum ultrapasse 60% da nota. Para a avaliação da aprendizagem, deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor, para cada período letivo. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação.

As provas ou atividades de avaliação, regulamentadas no ROA-Técnico, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e deverão ter previsão expressa nos planos de ensino de cada disciplina.

A cada verificação de aproveitamento bimestral é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero (0,0) a cem (100,0).

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 60,0 (sessenta), conforme estabelece o ROA dos cursos técnicos.

1.15 Número de Vagas

Para 2018, o *Campus Jarú* propõe a ampliação de novas vagas através da implantação do Curso em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio. O curso será ofertado no período diurno, (matutino e/ou vespertino) com a possibilidade da inserção de contraturnos semanais para complementação de carga horária. Para 2018/1 serão ofertadas 40 vagas, com previsão de entrada de novas turmas anualmente.

1.16 Participação obrigatória dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC

O IFRO adota como princípio institucional o diálogo com todos os setores que formam a comunidade acadêmica. Dessa maneira, os discentes são consultados por seu representante para as reuniões do Colegiado. Desse modo, esse representante participa das decisões do curso, tais como reformulações e avaliações de PPC.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE

2.1. Composição e funcionamento do Conselho de Classe

O Conselho de Classe é órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

O Conselho de Classe será presidido pelo (a) Diretor (a) de Ensino, ou por profissional sob sua designação, com a participação efetiva dos docentes das respectivas turmas, tendo a seguinte composição:

- I. Diretor (a) de Ensino;
- II. Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio;
- III. Todos os docentes da turma em análise;
- IV. Chefe de Departamento de Apoio ao Ensino ou Coordenador de Apoio ao Ensino;
- V. Coordenador de Registros Acadêmicos;
- VI. Chefe do Departamento de Assistência ao Educando ou Coordenador de Assistência ao Educando, conforme o caso;
- VII. Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo (área supervisão e/ou coordenação);
- VIII. Um discente representante da turma em análise;
- IX. Outros profissionais que atuam no *Campus* com apoio pedagógico.

A constituição, as competências, as formas de atuação e as orientações de funcionamento estão disciplinadas no Regulamento dos Conselhos de Classe, Colegiado de Curso.

2.2. Atuação do Coordenador do Curso

Trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. Essa articulação conduzida por um profissional com elevado grau de formação e titulação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. Suas competências deverão ser contidas no Regimento Geral e deverão também ser descritas no Regimento Interno do *Campus*.

O coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atende a requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo à coordenação, experiência de trabalho docente no nível técnico, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins.

2.2.1. Identificação do coordenador do curso

A Coordenação do curso será exercida pela professora: Faelen Taís Kolln.

2.2.2. Titulação e formação do coordenador do curso

Abaixo está demonstrada a formação e titulação da coordenadora do curso:

Quadro 11: Titulação da coordenadora do curso

Ano de início e integralização	Nível	Nome do curso	Instituição
2013	Mestrado	Mestrado em Produção Vegetal	UFAC
2015	Especialista	Especialização em Engenharia em Segurança do Trabalho	FAROL
2008	Graduação	Graduação em Ciências Agrícolas-Agronomia	Universidad EARTH

O *Curriculum Lattes* completo da coordenadora do curso está disponível nos arquivos da Instituição para a devida averiguação e comprovação dos dados apresentados neste quadro.

2.3. Experiência profissional de magistério superior e de gestão do coordenador do curso

A referida coordenadora possui 09 meses de experiência no magistério na área do ensino técnico na Gestão acadêmica do Curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade Concomitante e Subsequente ao ensino Médio do Campus Jaru.

2.4. Regime de trabalho do coordenador do curso

A Coordenadora do Curso desenvolve suas funções em regime de 40 horas de trabalho, conforme está demonstrado em sua portaria de nomeação.

2.5. Titulação do corpo docente

Quadro 12: Titulação do corpo docente

Docente	Graduação	IES	Ano	Maior Titulação	IES	Ano
Alana Mara Kolln	Engenharia Florestal	UFMT	2012	Especialista	FAROL	2015
Aldison Diego Fonseca Dias	Tecnologia em Sistema para Internet	FAAr	2013	Especialista	Unesp	2015
Aline Ramos Barbosa	Ciências Sociais	UFSCAR	2013	Doutora	Unesp	2017
Ana Paula Alves Gonçalves	Engenharia Ambiental	UNIR	2009	Especialista	UNIJIPA	2016
Carlos Jose Ribeiro	Matemática	UNIR	2004	Especialista	UNIR	2005
Cleonete Martins de Aguiar	Filosofia	UECE	1995	Mestre	UNIR	2015
Dhieise Ebert Bolsanello	Educação Física	CENCLAR	2013	-	-	-
Érica Cayres Rodrigues	Letras	UNIR	2007	Mestre	Unir	2016
Eslei Justiniano dos Reis	Administração	UNIR	2007	Mestre	Unir	2014
Faelen Tais Kolln	Ciências Agrícolas – Agronomia	EARTH	2008	Mestre	UFAC	2013

Regiane Pandofo Marmetini	Engenharia de Alimentos	UNIR	2015	Especialista	UCAM	
Renato Welmeer Veloso	Engenharia Ambiental	UFV	2007	Doutor	UFV	2015

O corpo docente do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio é composto por 12 professores, sendo 2 doutores, 4 mestres e 5 especialistas e 1 graduado. Os demais professores do Núcleo Comum estão em fase de contratação e/ou remoção, com previsão de início das atividades no *Campus Jaru* até o final do mês de janeiro/2018.

2.5.1. Políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente

A Resolução nº 7/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011, dispõe sobre a Política de Capacitação dos Servidores do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), a qual tem o objetivo de promover e prover ações e estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem aos servidores a construção e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento profissional. Reflete, ainda, a valoração do indivíduo correspondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários ao atendimento da missão institucional do IFRO.

A Política de Capacitação do IFRO prevê Programas de Capacitação que objetivam a integração, a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores para o exercício pleno de suas funções e de sua cidadania. Nessa perspectiva, podem ser ofertados Programas de Integração Institucional que forneçam informações pedagógicas básicas; Programas de Desenvolvimento Profissional que visam atualizar métodos de trabalho e de atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas pelos servidores, através da proposição de cursos, seminários, palestras, encontros, congressos, conferências; Programa de Formação Continuada dos servidores docentes e administrativos; e Programas de Qualificação Profissional que compreendem os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) e *Stricto Sensu*.

Ainda de acordo com a Política de Capacitação, o estímulo à Pós-Graduação ocorre mediante concessão de horários especiais de trabalho, conforme dispõem as normas e legislações específicas, bem como o custeio e incentivo na

participação nos Programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER/DINTER).

2.6. Titulação do corpo docente – percentual de doutores

Como se pode observar no quadro citado acima, “Titulação do corpo docente” até o presente momento dois docentes do curso têm titulação de doutor.

2.7. Regime de trabalho do corpo docente

A composição do corpo docente possui 8 professores efetivos com suas funções em regime integral de trabalho, com dedicação exclusiva, conforme quadro abaixo.

Quadro 13: Regime de trabalho do corpo docente

Docente	Regime	Número em Horas
Alana Mara Kolln	DE	40 horas
Aldison Diego Fonseca Dias	DE	40 horas
Aline Ramos Barbosa	DE	40 horas
Ana Paula Alves Gonçalves	DE	40 horas
Carlos Jose Ribeiro	DE	40 horas
Cleonete Martins de Aguiar	DE	40 horas
Dhieise Ebert Bolsanello	DE	40 horas
Érica Cayres Rodrigues	DE	40 horas
Eslei Justiniano dos Reis	DE	40 horas
Faelen Tais Kolln	DE	40 horas
Regiane Pandolfo Marmentini	DE	40 horas
Renato Welmeer Veloso	DE	40 horas

2.8. Experiência profissional do corpo docente

O IFRO, em cumprimento à sua missão e aos seus objetivos, prima pela formação de docentes que sejam devidamente titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu* e que tenham experiência no magistério, quer seja superior, quer seja na educação básica.

O IFRO investe na formação de seus professores, incentivando-os a cursar pós-graduação, *Lato* e *Stricto Sensu* e outros cursos de formação e especialização docente.

Quadro 14: Experiência profissional fora da docência.

Docente	Experiência Profissional Fora da Docência
Alana Mara Kolln	4 anos
Aldison Diego Fonseca Dias	2 anos e 7 meses

Aline Ramos Barbosa	-
Ana Paula Alves Gonçalves	3 anos
Carlos Jose Ribeiro	5 anos
Cleonete Martins de Aguiar	14 anos
Dhieise Ebert Bolsanello	4 anos
Érica Cayres Rodrigues	5 anos
Eslei Justiniano dos Reis	4 anos
Faelen Tais Kolln	5 anos
Regiane Pandolfo Marmentini	2 anos e 7 meses
Renato Welmeer Veloso	6 meses

Este cenário será atualizado pela Direção de Ensino assim que o quadro docente for ampliado e consolidado na unidade, incluindo os demais docentes da base comum.

2.9. Funcionamento do Colegiado ou equivalente

O Colegiado do Curso Técnico, no âmbito de cada *campus*, é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso. É composto pelos seguintes membros:

O Colegiado do Curso Técnico, no âmbito de cada *campus*, é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso. É composto pelos seguintes membros:

- a) Coordenador do Curso, como presidente;
- b) Docentes em exercício no Curso;
- c) Discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano. Sendo que o processo de escolha de representante discente deve prever o representante titular e um suplente.

Suas competências estão previstas no Regulamento do Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.

2.10. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica do corpo docente

O IFRO é uma instituição preocupada com o desenvolvimento científico, acadêmico, tecnológico, artístico e cultural de seus professores. Assim sendo, tudo o que é produzido por eles recebe tratamento diferenciado. O IFRO desenvolve programas e assegura instrumentos e mecanismos de visibilidade e publicação dos trabalhos desenvolvidos por seus docentes.

Além de sua revista científica, a instituição ainda dá incentivo para que os docentes lotados em seus cursos produzam e publiquem seus trabalhos de natureza científica, tecnológica, artística e cultural em revistas regionais, nacionais e internacionais, devidamente indexadas nos órgãos apropriados.

No quadro abaixo, listamos os endereços dos *Curriculum Lattes* dos professores que atuarão na docência no curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio do *Campus Jarú*.

Quadro 15: *Curriculum Lattes* do Corpo Docente

Docentes	Link Currículo Lattes
Alana Mara Kolln	http://lattes.cnpq.br/0562938713927206
Aldison Diego Fonseca Dias	http://lattes.cnpq.br/1996113450613845
Aline Ramos Barbosa	http://lattes.cnpq.br/7939834632437833
Ana Paula Alves Gonçalves	http://lattes.cnpq.br/0562938713927206
Carlos Jose Ribeiro	http://lattes.cnpq.br/4374147024090430
Cleonete Martins de Aguiar	http://lattes.cnpq.br/0759154103926657
Dhieise Ebert Bolsanello	http://lattes.cnpq.br/1405848040589363
Érica Cayres Rodrigues	http://lattes.cnpq.br/1123159410463855
Eslei Justiniano dos Reis	http://lattes.cnpq.br/8331002099848399
Faelen Tais Kolln	http://lattes.cnpq.br/2324041152357254
Regiane Pandolfo Marmentini	http://lattes.cnpq.br/9909815034975027
Renato Welmeer Veloso	http://lattes.cnpq.br/1650625645480275

2.11. Titulação e formação do corpo de tutores de curso

Como os tutores são os mesmos professores das disciplinas, replica-se o quadro 12 que trata da formação dos docentes.

2.12. Experiência do corpo de tutores em Educação a Distância

A experiência dos tutores em educação a distância segue o quadro abaixo:

Quadro 16: Experiência do corpo de tutores em educação a distância.

Docente	Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância
Alana Mara Kolln	-
Aldison Diego Fonseca Dias	-
Aline Ramos Barbosa	-
Ana Paula Alves Gonçalves	-
Carlos Jose Ribeiro	-
Cleonete Martins de Aguiar	-

Dhieise Ebert Bolsanello	-
Érica Cayres Rodrigues	-
Eslei Justiniano dos Reis	1 ano
Faelen Tais Kolln	-
Regiane Pandolfo Marmentini	1 ano
Renato Welmeer Veloso	-

Este cenário será atualizado pela Direção de Ensino assim que o quadro docente for ampliado e consolidado na unidade.

2.13 Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante

Por serem tutores os mesmos docentes, a relação entre docentes e tutores por estudante permanece, considerando o número de docentes que teremos no decorrer do funcionamento do curso e também o número de vagas oferecidas no decorrer do mesmo prazo, teremos uma média de professor que atenderá, satisfatoriamente, os discentes.

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1. Gabinetes de trabalho para professores em tempo integral

O IFRO construiu um bloco com três salas de aula e 2 banheiros para dar início às atividades acadêmicas do *Campus* Jaru. Esse bloco já contempla em sua infraestrutura a acessibilidade arquitetônica nas portas, nos corredores que possui o piso tátil para pessoas com baixa visão ou cegas, e nos banheiros que já possui o privativo a cadeirantes.

No momento não há espaços para gabinetes de trabalho para os professores. Entretanto, outras obras como a construção de um prédio com 12 salas de aula já está em andamento, assim também a reforma de outro prédio está em processo de planejamento e execução. Esse novo bloco está embasado nas normas brasileiras de construções que visam a acessibilidade arquitetônica.

Em breve, serão disponibilizados os espaços de trabalhos aos professores e coordenadores de cursos desta unidade de ensino.

Quando falamos em acessibilidade precisamos ressaltar a importância de romper as barreiras existentes para inclusão das pessoas com necessidades

específicas, sejam elas arquitetônicas, tecnológicas ou atitudinais. Nessa visão, o *Campus Jaru* se embasa nos princípios de igualdade e liberdade dos cidadãos, bem como seu êxito no processo escolar.

3.2. Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos

O *Campus* ainda não possui espaço exclusivo destinado ao coordenador de curso, em função do processo de implantação do *Campus*, conforme já explicitado em outros momentos. No entanto, no decorrer da implantação dos cursos, serão disponibilizados esses espaços e mobiliários adequados para que os coordenadores de cursos possam realizar os trabalhos acadêmicos.

3.3. Sala de Professores

O *Campus* dispõe de uma sala de aula onde os professores e a equipe pedagógica que atuam no curso realizam seus trabalhos. A sala disponibilizada para os professores e equipe técnico-pedagógica do curso é climatizada, mobiliada e possui equipamentos necessários e adequados à realização dos trabalhos acadêmicos. Além disso, é equipada com mesa grande para estudo/trabalho, poltronas giratórias e almofadadas, mesa de cafezinho, bebedouro coletivo, de forma que há o espaço destinado para convivência dos professores nos horários de intervalo, planejamento, registros de aulas e outros.

Estão em reforma dois prédios no *Campus*; um deles será para a Gestão administrativa e o outro será designado para uso da Direção de Ensino, equipe técnico-pedagógica e sala dos professores. A previsão de entrega dessas reformas está definida para a primeira quinzena de dezembro de 2017/2. Nesse sentido, serão disponibilizados 6 (seis) gabinetes de trabalho para os docentes, além de 3 (três) mesas que comportam 6 (seis) pessoas em cada uma delas. Assim, a sala destinada às atividades administrativo-pedagógicas do *Campus* comporta todos os profissionais do curso em tela.

Além disso, está em plena construção outro prédio com 12 salas de aula com previsão de término da obra no primeiro semestre de 2018. Tão logo a empresa faça a entrega dessa obra, os ambientes serão organizados para o atendimento aos professores e aos alunos de forma mais adequada. No momento, o atendimento aos alunos está acontecendo na sala dos professores e/ou no laboratório de informática.

3.4 Salas de aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, construídas em alvenaria e concreto armado, janelas em vidros temperados, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala um projetor multimídia e um aparelho de TV.

As salas de aula estão mobiliadas com 40 carteiras/cadeiras individuais, quadros brancos, climatizadas com ar condicionado Split e cortinas tipo persiana.

O *Campus* conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 40 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza diária.

Quando nos referimos a aprendizagem é relevante destacar a importância da capacitação profissional para o processo de inclusão das pessoas com necessidades específicas, estabelecendo condições em relação à forma de ensinar e atender cada aluno e suas necessidades.

O *campus* em sua totalidade apresenta planos e ações conjuntas para transformar o ambiente escolar em um espaço mais agradável e acessível a todos. Essas ações estão expressas no plano estratégico para permanência e êxito dos alunos.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A princípio, o *Campus Jarú* coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, um Laboratório de Informática, com 35 computadores, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h55min. Além de um aparelho retroprojetor e quadro branco já afixados para aulas e/ou outras atividades que os professores e alunos precisarem desenvolver naquele ambiente de estudos.

O laboratório de informática visa oportunizar o acesso aos recursos tecnológicos e contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, além de permitir ao aluno novos conhecimentos.

Além do mais, será disponibilizado aos alunos o acesso ao Sistema de Gestão Acadêmica que possibilitará ao aluno acompanhar sua situação acadêmica,

pela Internet, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, comprovante de matrícula e outros, Sistema esse disponibilizado pelo IFRO.

3.5.1 Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos

A atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o custo-benefício, bem como as tendências do mercado de trabalho.

A manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

3.6. Bibliografia básica

A política da biblioteca do *Campus* é adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos, procurando atualizá-la periodicamente.

A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e do Colegiado do Curso, o qual trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno.

No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio.

3.7. Bibliografia complementar

A bibliografia complementar indicada atende aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina.

A bibliografia complementar atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso com a anuência do Colegiado do Curso.

No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia complementar que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio.

3.8. Periódicos especializados

A biblioteca conta, em seu acervo, com periódicos, nacionais e estrangeiros, específicos para os cursos e outros de interesse geral da comunidade acadêmica. Para tanto, são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica.

Além das assinaturas de periódicos, o *Campus* viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da CAPES e em outros bancos públicos e privados, nacionais e internacionais.

Todos os cursos mantidos pelo *Campus* recebem periódicos em número necessário para atender a demanda da comunidade acadêmica em cada área de formação.

3.9. Laboratórios didáticos e especializados

No momento, está disponibilizado laboratório de informática aos alunos, estruturado com computadores conectados à internet e interligados em rede, projetor multimídia, dentre outras formas de conexão. Possibilitam a instrumentalização do aluno na linguagem de hipermídia, inserindo-o no mundo globalizado e oportunizam acesso ao uso das tecnologias, bem como sua inclusão digital. Contam com softwares específicos, de acordo com as necessidades do curso.

3.9.1. Plano de atualização tecnológica, serviços e manutenção dos equipamentos

A escolha do laboratório e as instalações atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados a serem adquiridos em breve, é condição primordial que a IE mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

3. 9.2. Infraestrutura de laboratórios específicos da área de formação

O *Campus Jarú* está em fase de implantação e construção e, nesse sentido, já está previsto na obra em andamento o Laboratório específico de Segurança do Trabalho, bem como os equipamentos inerentes a esse funcionamento, para subsidiar as áreas técnicas de Higiene Ocupacional e Ergonomia, Equipamentos de Proteção Individual, Suporte Básico à Vida e Proteção Contra Incêndios.

Ressalta-se também que muitas atividades práticas serão realizadas mediante parcerias institucionais e visitas técnicas ao decorrer do curso.

DIMENSÃO 4 – REQUISITOS LEGAIS

4.1. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica

Os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio atendem ao respectivo Catálogo do Ministério da Educação, às diretrizes específicas da modalidade dos cursos e às normatizações internas. No âmbito da legislação nacional, elencam-se como referências comuns e recorrentes:

- a) Educação ambiental (Lei 9.795/1999): a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania;
- b) Estatuto dos Idosos (Lei 10.741/2003): processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos.
- c) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990): direitos, entidades de apoio, bem-estar; infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e o adolescente.
- d) Educação para o Trânsito (Lei 9.503/1997): melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; Educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro.
- e) Educação alimentar e nutricional: alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional.
- f) Saúde: educação preventiva para a saúde.
- g) Educação em direitos humanos (Decreto 7.037/2009): respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto a religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades educacionais específicas.
- h) Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003 e

Resolução CNE nº 1/2004): o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos para estudo das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estão contemplados nas disciplinas de Arte, Literatura e História e serão também desenvolvidos por meios de projetos e ações específicas. Os demais temas transversais não apareceram nas ementas das disciplinas e serão desenvolvidos por meio de projetos de extensão, programas e ações específicas. A Semana de Educação para a Vida é uma das alternativas para o englobamento destes temas.

- i) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio: define carga horária de cada formação e sua área de conhecimento, sugere abordagens para os cursos, traça perfis de formação e apresenta campos de atuação profissional;
- j) Decreto 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;
- k) Lei Federal n.º 10.098/2000: dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidade auditiva;
- l) Lei 10.436, de 24 de abril de 2002: dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- m) Decreto 5.296/2004: trata de questões das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- n) Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005: regulamenta a Língua Brasileira de Sinais e regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- o) Lei 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- p) Lei 11.892/08: cria os Institutos Federais.
- q) Lei 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- r) Parecer CEB/CNE 39/2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio;
- s) Resolução CEB/CNE 2/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- t) Resolução CEB/CNE 6/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- u) Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência.
- v) Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- w) Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012: institui as políticas nacionais da Pessoa com Espectro de Autismo.

Especificamente, a Resolução 6/2012, do Conselho Nacional de Educação, apresenta conceitos e princípios de organização basilar para os cursos técnicos, enquanto o Catálogo Nacional específico define os perfis de formação e sugere os eixos de formação mínimos para cada caso.

4.1.1. Normativas Internas

O curso é regido também por normatizações internas que atendem à legislação nacional, quanto à vida acadêmica em geral e às dimensões, fundamentos e processos específicos de formação. Os documentos de maior recorrência são:

- a) Regimento Geral;
- b) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
- c) Regulamento do Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal de Rondônia;
- d) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Regulamento da Organização Acadêmica é o documento mais importante para a orientação geral dos processos de ensino, aprendizagem e

registros acadêmicos. Outras normativas, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso. O mesmo deve ser considerado quanto à legislação nacional.

4.1.2. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étno-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira, africana e indígena

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação faz menção às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

A educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena já figura como conteúdos de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior, bem como projetos e eventos, como a Semana da Consciência Negra, do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

4.2. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Fundamentados na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), tem por objetivo prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e dar acesso à educação e ao ensino profissionalizante, visando o desenvolvimento e a formação integral do aluno autista.

O Art. 3º da Lei citada neste tópico trata dos direitos conferidos à pessoa com transtorno do espectro autista, quais sejam:

a) *vida digna, integridade física e moral, livre desenvolvimento da personalidade, segurança e lazer;*

b) proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

c) acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada e a terapia nutricional, os medicamentos e as informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

d) acesso à educação e ao ensino profissionalizante;

e) acesso à moradia, inclusive à residência protegida;

f) acesso ao mercado de trabalho; e,

d) acesso à previdência social e à assistência social.

Com base nisso, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), planejará e executará ações de forma articulada com os demais agentes escolares internos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem para dar atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista, assim como fará os devidos encaminhamentos dos discentes a outros órgãos/setores, caso eles necessitem de atendimentos dessa natureza. Além disso, o trabalho educacional a ser realizado pelo *Campus Jarú* deve ser pautado também no Parecer CNE/CEB Nº 8/2012, que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, cujo principal objetivo “é a construção de sociedades que valorizem e desenvolvam condições para garantia da dignidade humana”. A Educação em Direitos Humanos propõe uma formação cidadã, onde a pessoa tenha conhecimento de seus direitos e deveres e possa exercê-los de forma plena.

4.3. Tempo de Integralização

O tempo mínimo para integralização do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio é de 03 (três) e de no máximo 06 (seis) anos.

4.4. Acessibilidade para pessoas com deficiência física

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como “depósitos” — até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira. Diante disso o *Campus Jarú* do IFRO foi construído com estruturas e condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, laboratórios e sanitários. Além disso, as demais construções, reforma e ampliação da infraestrutura do *campus* já estão planejadas para atender os alunos com necessidades específicas.

Em atendimento à Lei Federal n.º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o *Campus Jarú* terá:

- a) Nas áreas externas e internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, serão reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.
- f) Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação será livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem

a acessibilidade de pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida;

- g) Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

O Instituto fomentará programas ou desenvolverá projetos destinados a especializar recursos humanos em acessibilidade, para facilitar a comunicação, o acesso e a permanência no ensino e na aprendizagem.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

4.5. Acessibilidade para alunos com deficiência visual

A deficiência visual é o comprometimento parcial (de 40 a 60%) ou total da visão. Segundo critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) os diferentes graus de deficiência visual podem ser classificados em:

- I. Baixa visão (leve, moderada ou profunda): Compensada com o uso de lentes de aumento, lupas, telescópios, com o auxílio de bengalas e de treinamentos de orientação.
- II. Cegueira: Quando não existe qualquer percepção de luz. O sistema braile, a bengala e os treinamentos de orientação e de mobilidade, nesse caso, são fundamentais.

Acreditando que uma das maiores dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência visual reside na falta de uma compreensão social mais profunda a respeito das reais implicações da cegueira e da baixa visão. Por isso é necessário capacitar os educadores para atuarem com competência específica, a fim de proporcionar à pessoa com deficiência a oportunidade de desenvolver-se, construir autonomia, participar de processos sociais, conscientizar-se de si mesma.

Conhecendo a necessidade e o direito do aluno cego de usar materiais adaptados, como livros didáticos transcritos para o braile ou a reglete para escrever durante as aulas, o *Campus Jaru* está se adaptando para adquirir equipamentos que

favoreçam a acessibilidade dos alunos com deficiência visual e que facilitem o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos.

A ausência de estimulação ou “restrição de experiências” pode ameaçar o desenvolvimento regular do processo educativo, principalmente naqueles aspectos relacionados às habilidades que envolvam a utilização dos canais visuais, tais como aspectos ligados às áreas de aquisição de conceitos, orientação, mobilização e controle do ambiente. O instituto deverá contar com recursos humanos e físicos para o atendimento às necessidades específicas, pois compreende-se que não pode negligenciar o desenvolvimento integral de todas as pessoas. Utilizará técnicas e recursos específicos fundamentais ao êxito e eficácia do processo do ensino e da aprendizagem, incluindo-se leitura e escrita pelo sistema Braille. Esse atendimento será possível especialmente a partir de investimentos autorizados e fomentados pelo Governo Federal.

4.6. Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Os processos de comunicação realizados pelas pessoas surdas ou com baixa audição possuem peculiaridades que ampliam o horizonte de interpretação a seu respeito. Fundamentados no Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS entende-se que há uma infinidade de recursos de que professores e alunos podem usufruir para potencializar o seu trabalho. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) consiste numa oportunidade inalienável para a expressão e o desenvolvimento da cidadania.

As línguas de sinais devem ter o mesmo status das línguas orais, uma vez que se prestam às mesmas funções: podem expressar os pensamentos mais complexos, as ideias mais abstratas e as emoções mais profundas, sendo adequadas para transmitir informações e para ensinar. São tão completas quanto as línguas orais e estão sendo estudadas cientificamente em todo o mundo. Coexistem com as línguas orais, mas são independentes e possuem estrutura gramatical própria e complexa, com regras fonológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas e pragmáticas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 76).

É impossível promover a inclusão, considerando-se qualquer necessidade específica, sem o investimento de cada qual nos domínios requeridos pelas

diferenças das pessoas com os quais se envolve. “Na sala de aula, a interação deverá estar estruturada de modo a estimular o intercâmbio e a valorização das ideias, o respeito por pontos de vista contraditórios e a valorização da pluralidade e da diferença” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 99).

O Instituto se adequará para contar com serviços de apoio pedagógico especializado, seja de professores intérpretes, seja de equipes multidisciplinares (psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, orientadores educacionais, entre outros), que prestam serviço complementar ao atendimento educacional, ofertado pelos Centros de Atendimento Especializado, públicos e privados, ou pela própria Instituição.

É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus Jaru* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.

4.7. Informações Acadêmicas

As informações acadêmicas são parte da relação de uma instituição de ensino com a comunidade a que ela atende. Em conformidade com a Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, no seu artigo 32, a IES precisa lançar mão de todos os instrumentos de comunicação que dispõe para manter a comunidade acadêmica informada de todas as suas ações, especialmente, aquelas que sejam de interesse de professores e alunos.

No IFRO, as informações acadêmicas são propagadas por intermédio de meios eletrônicos e virtuais, sem, no entanto, desprezar aqueles convencionais, a exemplo dos murais internos e dos comunicados impressos entregues aos discentes.

O IFRO construiu o SIGA – Edu, o qual está sendo migrado para SGA, Portal do professor como seu principal portal de informação acadêmica. Nele são registrados os conteúdos ministrados, a frequência e as notas atribuídas aos alunos. O docente tem acesso ao sistema para registro por meio do Portal do Professor, o

aluno, por sua vez, tem acesso a essas informações pelo Portal do aluno, recentemente implantado.

4.8. Políticas de educação ambiental

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e de conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO servirá de tudo o quanto está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- ✓ Transversalidade e Interdisciplinaridade;
- ✓ Descentralização Espacial e Institucional;
- ✓ Sustentabilidade Socioambiental;
- ✓ Democracia e Participação Social;
- ✓ Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

DIMENSÃO 5 - DOS TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 Infraestrutura do *Campus*

O *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização dos cursos. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As instalações prediais construídas são de excelente qualidade, em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso granilite antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado.

A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra.

Todos os ambientes são climatizados por ar condicionados tipo Split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas.

A instalação hidro sanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

5.1.1 Infraestrutura de segurança

A instalação do *campus* foi projetada para atender às normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBMRO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- ✓ Extintores CO² nos corredores;

- ✓ Saída de emergência;
- ✓ Luminárias de emergência;
- ✓ Sinalizações;
- ✓ Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

5.1.2. Área de Convivência

No planejamento das obras de implantação do *Campus* Jaru, também estão sendo planejados espaços de convivência para os alunos com cantina e pátio de recreação e para servidores abrangendo copa e sala de professores coletiva.

Ressalta-se que estes espaços são iniciais e, que, durante do desenvolvimento da unidade, outros espaços serão demandados, planejados e instalados no *Campus*.

5.1.3 Biblioteca

O *Campus* oferecerá biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à biblioteca, que contará ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

As ementas trazem uma lista de bibliografia básica que estará presente na biblioteca do *Campus*. Haverá ainda vários outros materiais, citados ou não, voltados para a área, nas mais diversas mídias, como CDs, DVDs, arquivos virtuais e outros. Os referenciais mais importantes encontram-se descritos nos planos de disciplina contidos neste PPC, aos quais serão somados outros.

O espaço para a biblioteca ainda em construção operará com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O

acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

5.1.4. Espaços para eventos

No momento, o *Campus* não disponibiliza de espaços para eventos grandiosos. Entretanto, já está em planejamento a construção desses espaços. As atividades que requeiram espaços maiores serão realizadas em órgãos públicos ou privados via parceria com o IFRO – *Campus Jaru*.

5.1.5. Instalações sanitárias

As instalações sanitárias do *Campus* foram construídas de acordo com as normas hidro sanitárias da concessionária local, composto de 1 banheiro masculino e 1 feminino, ambos prevendo sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Os conjuntos sanitários masculinos, possuem quatro divisórias com vasos sanitários e dois mictórios e uma bancada de cinco cubas de lavabo.

Os conjuntos sanitários femininos, possuem cinco divisórias com vasos sanitários e uma bancada de cinco cubas de lavabo.

Os conjuntos sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais possuem um vaso sanitário com barras de segurança nas laterais e uma cuba de lavabo na altura própria para o cadeirante.

Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em alumínio e com corrimão de proteção em toda a lateral dos banheiros.

5.1.6. Acessibilidade Arquitetônica

A acessibilidade arquitetônica prediz a eliminação das barreiras ambientais físicas, esse conceito é descrito na legislação brasileira como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com

deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

O *campus* Jaru está em fase de expansão e seu novo prédio está sendo construído dentro das normas que garantem a acessibilidade. Essa construção visa dar mais autonomia ao público que tenha algum tipo de necessidade específica, bem como contribuir para inclusão. Nessa projeção será contemplado toda parte de acessibilidade arquitetônica como: rampas, banheiros adaptados, elevadores, plataformas, corrimão, piso tátil, placas em LIBRAS e Braille nas portas e outros acessos.

Vale ressaltar que o prédio já construído e que está em uso, contempla a acessibilidade arquitetônica, pois possui corredor com piso tátil, banheiros para cadeirante e portas adaptadas na dimensão de 1 metro que facilitam a circulação e a passagem com cadeira de rodas.

Os trajetos até as salas de aula estão livres de obstáculos como escadas para o acesso das pessoas que utilizam cadeira de rodas ou que possuam mobilidade reduzida.

5.2. Organização do controle acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas nos documentos gerais do IFRO e também nos documentos internos de cada campus. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico denominado de SIGA-Edu, em fase de migração para o Sistema de Gestão Acadêmica – SGA.

O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos, assim como expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, dentre outras atividades são de responsabilidade da Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA.

A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da CRA. Cabe ao DAPE – Departamento de Apoio ao Ensino obter, instruir e avaliar os planos de ensino e os resultados parciais, finais e especiais das avaliações e

cômputo de notas e frequências, nos prazos estabelecidos em calendário e conforme os regulamentos do IFRO.

A CRA é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento acadêmico e administrativo de cada *campi* e é dirigida por um coordenador, sob a orientação da Diretoria de Ensino.

O coordenador tem sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e sistemas de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros e sistemas de registros fixados pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Organização Acadêmica e pela legislação vigente.

À CRA compete:

- I. Inscrever os candidatos à seleção e admissão;
- II. Proceder à matrícula dos alunos;
- III. Expedir documentação escolar geral;
- IV. Expedir diplomas e certificados;
- V. Organizar e manter atualizados arquivos e fichários;
- VI. Manter o controle dos registros acadêmicos;
- VII. Divulgar as diversas atividades do setor escolar;
- VIII. Executar outros trabalhos que lhes sejam atribuídos pelo diretor de ensino;

Ao coordenador compete:

- I. Dirigir a CRA, observadas as normas regimentais, e as que lhe forem conferidas pelos órgãos e instâncias superiores;
- II. Desenvolver todas as atividades que lhe for designada no Regimento Geral, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nos demais documentos e legislação vigente.

5.3 Setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo

A seguir, indicamos os principais setores em que atua a equipe de apoio pedagógico e técnico-administrativo e os principais serviços oferecidos pela IE no desenvolvimento do ensino, da aprendizagem, da extensão e da pesquisa.

5.3.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

5.3.1.1 Departamento de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

5.3.1.2. Departamento de Assistência ao Educando ou Coordenação de Assistência ao Educando

O *Campus* Jaru ainda não dispõe de um quadro completo dos profissionais do setor de Assistência ao Educando. Atualmente, temos um quadro composto por Orientador Educacional, Pedagogo, Tradutor e Intérprete de Libras, Assistente de Alunos, Assistente Social, além da Direção de Ensino que também faz atendimentos/orientações aos discentes. A Direção Geral do *Campus* está se articulando junto à Reitoria/DGP para remanejar servidores dessas áreas específicas para a lotação neste, além de já ter encaminhado à Diretoria de Gestão de Pessoas o quadro de necessidades de profissionais para o *Campus*, especialmente para este setor, tais como: enfermeiro e psicólogo.

Departamento/Coordenação de Assistência ao Educando desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio ao Ensino, presta informações, realiza orientações aos discentes e seus familiares, mantém um trabalho articulado entre os discentes, seus familiares e os agentes escolares

ligados ao ensino. Quando o *Campus* possuir com seu quadro completo, o Departamento/Coordenação prestará apoio aos discentes com serviços específicos:

- ✓ Serviço Social: presta assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no campus; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência e êxito do discente no curso e ao seu bem-estar psicossocial;
- ✓ Orientação Educacional: oferece orientação aos alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos, orienta os alunos quanto ao comportamento e compromisso com as regras e com os estudos;
- ✓ Serviço de Psicologia: atende os alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.
- ✓ Tradutor Intérprete de LIBRAS: atende os alunos com deficiência auditiva e surdos na acessibilidade aos espaços e atividades do campus, bem como nas aulas.
- ✓ Serviço de Psicologia: atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

5.3.1.3. Coordenação de Registros Acadêmicos

Coordenação de Registros Acadêmicos é um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

5.3.1.4. Coordenação de Biblioteca

Coordenação de Biblioteca: registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

5.4. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpri as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, e outros), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções. Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e todos os membros das comunidades (interna e externa) no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

5.5. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior — e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

5.6. Coordenação de Tecnologia da Informação

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

5.7. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Segundo Art. 2º da Resolução nº 48/CONSUP/IFRO/2017 o NAPNE é um órgão de assessoramento e encontra-se ligado na Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e em cada campus, diretamente à Diretoria de Ensino. O NAPNE, criado por Portaria instituída em cada campus, é um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às Pessoas com Necessidades Específicas.

Sua finalidade é a promoção da educação para a convivência, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas no IFRO.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE visa à inserção das pessoas com necessidades específicas em cursos presenciais e a distância de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações no IFRO.

O NAPNE tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais ao mundo do trabalho através do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania. O núcleo conta com:

- a) Uma equipe formada por profissionais com adequada especialização (psicólogo, assistente social, intérprete em Libras e outros), que adotará medidas que atender as necessidades educacionais do aluno com deficiência;

- b) Adaptação pedagógica de materiais como apoio necessário à aprendizagem, conforme a característica da deficiência.

Para fins de desenvolvimento das ações do NAPNE, são consideradas pessoas com necessidades específicas, todas aquelas contempladas pelo Decreto nº 7.611/11, cujas necessidades educacionais se originam em função de:

I. Deficiência, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;

II. Altas habilidades/superdotação, caracterizadas por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes;

III. Transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil); e transtornos funcionais específicos, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros.

Dentro da Resolução nº 48/CONSUP/IFRO/2017 que rege o NAPNE, em seu art. 46 prevê que;

O NAPNE deverá dispor de acessibilidade e infraestrutura necessária para sua instalação e suporte administrativo, de acordo com o decreto 5.296/2004, bem como atender aos aspectos legais estabelecidos na portaria 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

I. O local a ser instalado o NAPNE é um espaço institucional acessível, de acordo com a Norma Brasileira 9050 da ABNT, com sala específica para receber, acolher e garantir o Atendimento Educacional Especializado das pessoas com necessidades específicas na instituição;

II. Cada NAPNE deverá organizar um Plano de Ação que subsidie as atividades específicas no âmbito de seu campus, devendo o mesmo ser levado ao conhecimento da Coordenação de Educação Inclusiva na Reitoria (CONSUP/IFRO,2017, p.11-12).

Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órgenes, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais



e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

5.8. Políticas especiais do IFRO

5.8.1 Políticas de educação inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014):

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a

elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada *campus*, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne à educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica e superior, sem qualquer tipo de discriminação, pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos (Constituição Federal, 1988). Ainda nessa visão, o *campus* se embasa na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência e na Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Esse embasamento através das leis já existentes, é o caminho para promoção da inclusão, que é a única capaz de melhorar o futuro dos alunos com necessidades específicas, fazendo com que eles tenham mais oportunidades, se tornem cidadãos capazes e críticos e que lutem por seus direitos.

Sabe-se que os sistemas de ensino devem dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos e que a inclusão é um grande desafio, mas pode ser conquistado de forma harmoniosa, desde que haja a vontade de fazer a diferença.

A inclusão pressupõe a diversidade, a democracia e a liberdade de todos, deve ser uma ajuda mútua entre toda a escola, pois para se obter êxito é necessário de muita ajuda e compreensão ao próximo.

5.9. Certificação de Conclusão de Curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o **Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho**, conforme orientações do artigo 7º do Decreto 5.154/2004, o artigo 38 da Resolução 6/2012 do Conselho Nacional de Educação e o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas em vigência do IFRO.

5.10. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes

Todos os docentes do *Campus* têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios, salas de aulas e, futuramente, em todos os espaços acadêmicos.

A Instituição disponibiliza, em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática, composto com máquinas e equipamentos de última geração.

Além do laboratório, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, diretoria de ensino, departamentos/coordenações de pesquisa e extensão e serviço de apoio psicopedagógico.

Os microcomputadores disponibilizados aos docentes permitem, também, acesso, por intermédio do Sistema, às informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.

5.11. Recursos audiovisuais disponíveis para o exercício da docência

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Quadro 17: Recursos audiovisuais

Equipamentos	Quantidade
Computadores	35
Projetor de multimídia	03
Televisores	03
Caixa de som amplificada	04

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9050**. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24 .pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf). Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

ACHE TUDO E REGIÃO. **Geografia de Jaru**. Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/ro/jaru/geografia.htm>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2017.

ACIJ – **Associação Comercial e Industrial de Jaru**. Disponível em: <<http://www.acijaru.com.br/associados.php?pg=19>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

Aleks Palitot – **Trilhando a História**. A Colonização de Rondônia, terras de pioneiros. Disponível em: <<http://alekspalitot.blogspot.com.br/2015/11/a-colonizacao-de-rondonia-terras-de.html>>. Acesso em: 17 de janeiro 2017.

Aleks Palitot – **Trilhando a História**. Jaru: terra de gigantes. Disponível em: <<http://alekspalitot.blogspot.com.br/search?q=JARU:+A+TERRA+DE+GIGANTES>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M. e FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Decreto 5.296/2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5296.htm>. Acesso em: 04 de novembro de 2016.

_____. **Decreto 7.037/2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: 04 de novembro de 2016.

_____. **Decreto 5.154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 23 de novembro de 2016.

_____. **Decreto 5.626/2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

_____. IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 11.534/2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>> Acesso em: 02 de novembro de 2016.

_____. **Lei 10.741/2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 10.639/2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 12.343/2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 8.069/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 11 de janeiro de 2017.

_____. **Lei 9.503/1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm Acesso em: 11 de janeiro de 2017.

_____. **Lei 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 09 novembro de 2016.

_____. **Lei 9.536/1997.** Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9536.htm>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Decreto 7.611/2011.** Dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04 de novembro de 2016.

_____. **Decreto 7.612/2011.** Institui o Plano nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 04 de novembro de 2016.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação de Educação (PNE-2014-2020).** Ministério da educação/ Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE) 2014.

_____. **Lei 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989 e nº 9.029 de 13 de abril de 1995.

_____. **Lei 12.764/2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

_____. **Lei 8.112/1991.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 11.892/2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 12.711/2012.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 8.670/1993.** Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Congresso Nacional. Lei 10.436/02, 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 10.098/2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3º Edição. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

_____. MEC. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. **Parecer CEB/CNE 39/2004**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

CEB/CNE. **Resolução 2/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução CNE/CBE Nº 2. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

_____. **Resolução 04/1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução 6/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Ensino Médio. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução 039/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

CNE/CP. **Resolução 01/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

_____. **Parecer 8/2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. <<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

PNUD. NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**
CNS. **Resolução 466/2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humano. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018.** Disponível em: <http://estrategia.ifro.edu.br/pdi/wp-content/uploads/sites/6/2014/12/pdi-ifro-2014-2018-versao-preliminar-corrigida.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução 18/CONSUP/IFRO/2011.** Dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação – CEPI, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/consup/index>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Resolução 57/CONSUP/IFRO/2014.** Dispõe sobre o Regimento da Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: <<http://www.ifro.edu.br/consup/index>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Resolução 79/CONSUP/IFRO/2016.** Dispõe sobre o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Disponível em: <<http://www.ifro.edu.br/consup/index>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Resolução 88/CONSUP/IFRO/2016.** Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=753&tmpl=component&format=raw&Itemid=11>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Regulamento de Organização Acadêmica.** Porto Velho: IFRO, 2016.

_____. **Regulamento de Estágio nos Cursos Técnicos de Nível Médio.** Porto Velho: IFRO, 2016.

_____. **Regulamento da Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas.** Porto Velho: IFRO, 2012.

_____. **Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNEs/IFRO.** Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. **Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de suspensão Temporária e Extinção de Cursos.** Porto Velho. IFRO. 2016.

História e Geografia de Rondônia – BLOGSPOT. **Povoamento - A Força dos Migrantes**. Disponível em <<http://rondoniaemsala.blogspot.com.br/search/label/E%29%20Projeto%20de%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o%20do%20INCRA>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2017.

IBGE. **Estados - Rondônia – Síntese**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

IBGE. **Jaru – População**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=110011&search=rondonia|jaru|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

MATIAS, Francisco. **A História de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfLUEAG/a-historia-rondonia>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

RONDÔNIA. PIB de Rondônia cresce 3,7% e fecha período de 2010 a 2014 em R\$ 34,031 bilhões; agronegócio teve melhor desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/2016/12/146981/>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

SEPLAN – **RONDÔNIA**. Produto Interno Municipal. Disponível em: <http://www.seplan.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIB_20_2002_2007/O%20Produto%20Inter%20Municipal_2010.pdf>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.